Boletim de Abril

Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade

Junho | 2014

missão CRESCIMENTO

A Missão Crescimento

A AMC - ASSOCIAÇÃO MISSÃO CRESCIMENTO é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem por objecto o lançamento de iniciativas que visem a identificação de acções e medidas concretas para a promoção do crescimento da economia portuguesa.

As entidades promotoras:

2º Boletim Trimestral
Data de publicação: Junho/2014
Direcção: Paulo Carmona
Edição: Filipa Sousa Santos
Contacte-nos através de:
Facebook: https://www.facebook.com/#!/AMCrescimento
E-mail: assoc.missão.crescimento@gmail.com
Morada: a/c FAE Rua da Junqueira, nº 39 - 2º Piso 1300-307 Lisboa
Telefone: +351 21 3618250

Missão Crescimento: Boletim de Abril

Sumário Executivo

missão
CRESCIMENTO

Como gerar mais emprego e salários mais elevados?

Em 10 pontos chave (1/5)

1. Mais emprego e salários mais altos

O País precisa de criar condições para gerar mais emprego e salários médios mais elevados. Estes objectivos só podem ser alcançados por via do aumento do valor criado no mercado global pelas pessoas e pelas empresas e pelo aumento da produtividade. São também condições necessárias para uma sociedade poder aspirar a uma melhor distribuição do rendimento pelas classes mais desprotegidas.

2. A responsabilidade dos patrões/empregadores e dos trabalhadores

De que depende o valor numa economia? Das competências dos empregadores e dos empregados e das especializações das pessoas e dos sectores que, em conjunto, irão promover a competitividade que o País procura.

Da competitividade nacional depende também a existência de um sistema de protecção social sustentável que garanta o bem estar das gerações futuras e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. Uma estratégia vencedora: A conectividade

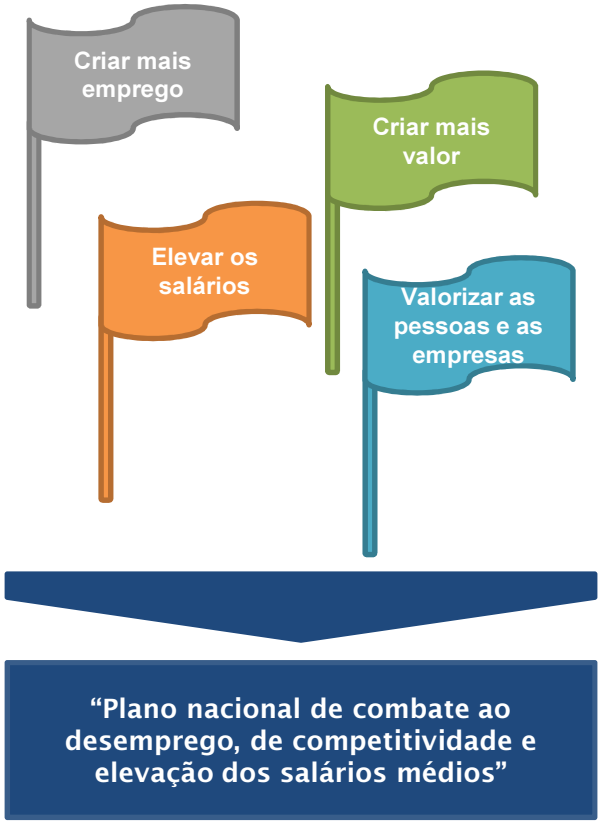
A Missão Crescimento propõe um plano nacional de combate ao desemprego, de competitividade e de elevação dos salários médios. Este combate ao desemprego e de promoção de salários competitivos e elevados, para ser sustentado, depende da iniciativa das pessoas e das empresas, assentes numa estratégia a que a Missão Crescimento denominou de conectividade para o crescimento.

4. Conectividade: uma capacidade portuguesa

A conectividade, para a Missão Crescimento, é a capacidade que os portugueses têm de se ligar a espaços regionais e globais, bem como a capacidade de aproveitar as interdependências com as economias mundiais, ao nível do investimento e das relações que se estabelecem entre as pessoas e entre empresas.

É através de mecanismos de conectividade que, hoje, as empresas portuguesas operam no mundo e que é realizado investimento do mundo na economia portuguesa. É também através destes mecanismos de "conectividade recíproca" que as empresas portuguesas exportam e os portugueses têm acesso a produtos estrangeiros. Mas a conectividade não existe apenas nas empresas, há portugueses espalhados pelo mundo que levam a identidade portuguesa além fronteiras e que adquirem experiências e competências que, um dia mais tarde, potencialmente, podem devolver das mais variadas formas a Portugal.

As bandeiras da Missão Crescimento



Como gerar mais emprego e salários mais elevados?

Em 10 pontos chave (2/5)

5. As propostas da Missão Crescimento

A Missão Crescimento defende um conjunto de propostas concretas para realizar esta estratégia, das quais destacamos:

- Incentivar empresas e associações de empresas (sem o Estado ou com o Estado como facilitador) que criem ou reorientem centros de formação, com escala, e que promovam a requalificação das pessoas e as preparem para a nova realidade da conectividade. Além da aposta nas competências técnicas base necessárias, é preciso qualificar as pessoas com as ferramentas necessárias para operar no mundo global (conhecimentos de línguas estrangeiras, capacidade de comunicação e de trabalho em equipa, mobilidade e disponibilidade para a mudança).
- Reactivar um Programa de Inserção de Doutorados, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, nas empresas, programa que já existiu e foi descontinuado em 2006 (no âmbito da AdI, com uma taxa de execução de 125%), tendo permitido a inserção de cerca de 250 doutorados nas empresas, durante o seu período de vigência.
- Retomar e divulgar os Programas de Apoio à Criação de Centros de I+DT devidamente estruturados e hierarquizados no seio das próprias empresas. Este tipo de programas já existiram no âmbito da AdI e devem assegurar, nos respectivos regulamentos, a necessidade de se evidenciar a existência de projectos de actividades específicas de I+DT devidamente articulados com a estratégia da competitividade empresarial.
- Apostar na prestação de serviços, conteúdos & conhecimento, designadamente, através do estabelecimento de contractos *ad hoc* entre investidores e o Estado (com um conjunto de incentivos fiscais e financeiros específicos):
  - ✓ Outsourcing TI.
  - ✓ Desenvolvimento de software, conteúdos digitais, aplicações multimédia.
  - ✓ Sistema de gestão de redes de comunicações.
  - ✓ Centros de competência e de I&D de empresas multinacionais.
  - ✓ Serviços de engenharia civil & arquitectura e serviços de engenharia e I&D – automóvel, aeronáutica, espaço e *offshore.*
  - ✓ Serviços Partilhados.
- Apostar em sectores que permitam trazer para Portugal rendimentos, poupanças e capital estrangeiro:
  - ✓ Turismo Residencial, Turismo & Entretenimento.
  - ✓ Eventos.
  - ✓ Serviços de Saúde & Reabilitação.
  - ✓ Ensino Superior & Formação.

Como gerar mais emprego e salários mais elevados?

Em 10 pontos chave (3/5)

6. A importância da conectividade

A conectividade facilita o escoamento dos bens e serviços e a sua colocação noutros mercados (regionais ou globais) e promove o crescimento da economia portuguesa, porque permite às empresas e produtores produzirem para um mercado maior e para um maior número de consumidores.

Como é que o País cresce? Através da conectividade:

- da conectividade gerada pela rede de transportes que facilitam a colocação de bens em qualquer ponto do mundo,
- da conectividade gerada pela tecnologia e comunicações que permite prestar um serviço, a partir de Portugal, para qualquer ponto do globo,
- da conectividade entre empresas em redes ou cadeias de valor internacionais geradoras de maior eficiência e ganhos produtividade.
- da conectividade gerada pelo mundo financeiro, do capital e do investimento que capta as poupanças do mundo para Portugal, e
- da conectividade estabelecida pela ligação entre as pessoas que facilita a partilha de experiências e de competências.

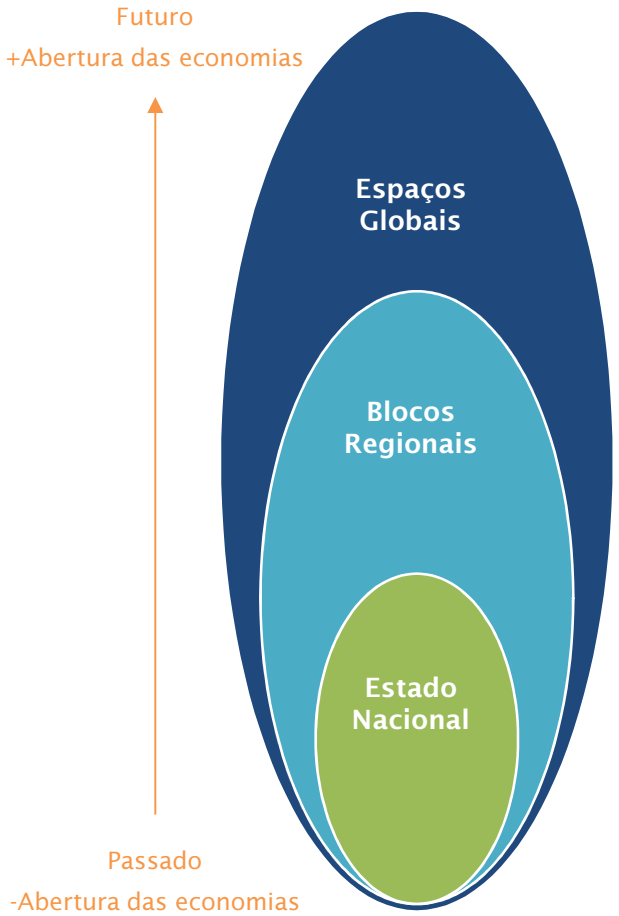
7. O papel das políticas públicas na conectividade

O tempo das economias nacionais, fechadas e auto-suficientes terminou. A falta de visão estratégica dos governos e das oposições, neste contexto de perda de importância dos espaços nacionais, conduziu ao desenho errado das políticas públicas.

É necessário que se compreenda esta mudança de realidade: as economias são cada vez mais abertas e interligadas, a sua especialização sectorial produtiva deve ser decidida no quadro dos espaços regionais e globais, orientando a vocação nacional para as necessidades e funções que ocupa e visa responder à escala global.

Só por via do aumento da competitividade, da produção de bens para os espaços mais alargados (regionais e globais) e do assegurar de funções para o mundo, pode Portugal oferecer mais postos de trabalho e salários médios mais elevados.

Os novos espaços



Como gerar mais emprego e salários mais elevados?

Em 10 pontos chave (4/5)

8. Novo rumo para as políticas públicas

O verdadeiro campo de oportunidades da economia portuguesa é a exploração do mercado mundial. E só conseguimos aproveitar estas oportunidades por via de políticas públicas e iniciativas privadas orientadas para a promoção e facilitação da conectividade, tais como:

- **Reorientar a política de ensino e informação**, incentivando a aposta nas competências técnicas que facilitem a ligação de Portugal no mundo e responsabilizando as instituições pela empregabilidade dos seus alunos:
  - ✓ **Competências técnicas de base:** a par da excelência técnico-funcional, o domínio de línguas estrangeiras (nomeadamente o inglês) e de tecnologias de informação são bases mínimas para competir globalmente.
  - ✓ **Mentalidade de abertura à mudança e ao mundo**: a disponibilidade de mudança (geográfica e funcional) é outro requisito mínimo para competir globalmente, o que implica uma noção diferente das distâncias e a minimização das restrições à mobilidade.
  - ✓ **Visão estratégica global**: capacidade para ambicionar, procurar informação e pensar à escala global, através do ganho de experiências profissionais e de aprendizagem multi-geográfica e multifuncional.
  - ✓ **Cooperação global**: capacidade de conexão, comunicação e trabalho em equipa, com diferentes pessoas e instituições, em diferentes contextos e em diferentes geografias, compreendendo a necessidade de ganhar escala, conectar competências e fomentar sinergias através da cooperação.
  - ✓ **Empreendedorismo e inovação:** capacidade de pensar diferente e agir de forma proactiva, assumindo riscos e mobilizando os outros para empreender, como alavanca para construir a mudança e inovar.
- **Apostar num plano de infraestruturas de transporte** que coloque Portugal no Centro do Mundo e da Europa. A título de exemplo, referimos a necessidade de:
  - ✓ Reforço do **Porto de Contentores de Sines e a promoção de um parque de tanques**, aposta na sua ligação ferroviária à Europa (focada no transporte de mercadorias), da forma economicamente mais viável, e conclusão da auto-estrada de ligação deste Porto à A2 (estão cerca de 20 km em falta).
  - ✓ A Norte é crucial o timing de arranque das obras previstas no **Porto de Leixões** (nova plataforma logística, novo terminal de contentores e a ligação ferroviária de Leixões ao centro da Europa).
  - ✓ Existência de um ***hub* aeroportuário transcontinental**: Construção, com um modelo de financiamento assente em capitais privados, de um novo aeroporto de Lisboa-NAL na margem sul do Tejo (construção por módulos), desempenhando funções de hub no transporte de passageiros nas ligações europa – Atlântico Sul.

Não precisamos de políticas públicas de excepção, defendemos um sistema que funcione.

Como gerar mais emprego e salários mais elevados?

Em 10 pontos chave (5/5)

9. As especializações que geram salários mais elevados

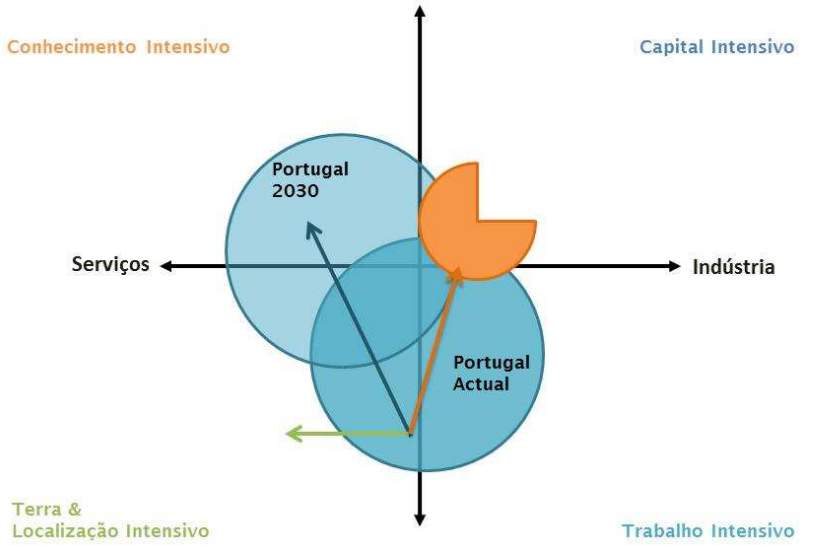
Se queremos salários mais elevados, devemos focar a nossa actuação em actividades de valor acrescentado, precisamos de uma nova vaga de investimento na produção de bens, serviços, conteúdos e conceitos que abram oportunidades no mercado exterior. Actualmente, Portugal tem uma presença nos mercados internacionais muito vulnerável à concorrência das grandes economias emergentes e das, em cada vez maior número, economias em desenvolvimento. Não podemos crescer mantendo o nosso foco exclusivamente nos bens e serviços que já exportamos, nem mantendo uma "fixação" na Europa.

A retoma do crescimento, para ser sustentada, tem que assentar num aumento substancial da produtividade dos factores (capital, conhecimento/tecnologia, trabalho e terra) e na identificação de uma nova vaga exportadora, que explora o conjunto de macro actividades distintivos de Portugal (destacamos localização, ambiente e recursos naturais, competências tradicionais em áreas de engenharia e indústria e novos pólos de conhecimento e novas competências).

10. As oportunidades que queremos explorar:

- A negociação da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre os EUA e a União Europeia;
- O reforço das relações comerciais, de investimento e de obtenção de tecnologias da Europa com a Ásia (em particular a China e a India), que pode favorecer a localização de Portugal se as redes de transporte marítimo aéreo, rodoviário ou ferroviário para Europa forem convenientes;
- A Intensificação da "corrida" ao Atlântico Sul pelas economias emergentes da Ásia em busca de recursos naturais e energia (constitui uma oportunidade para o espaço lusófono que ocupa o "Centro do Atlântico Sul");
- Extensão da plataforma continental nacional, aproveitando o potencial de recursos nela existente.

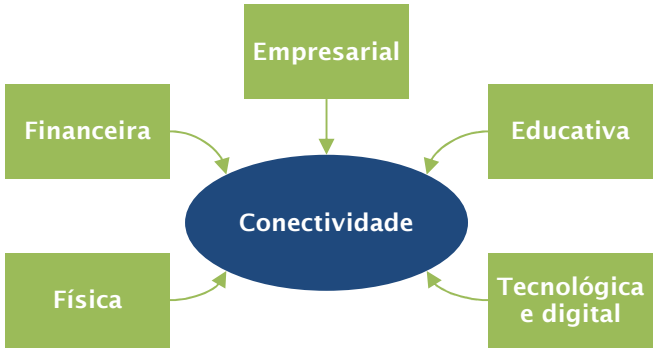
A especialização do futuro



A conectividade

Tipos de conectividade

A conectividade que une economias, povos e regiões pode ter diferentes naturezas e derivar de origens distintas:



- **Conectividade física**, das infraestruturas e redes logísticas que complementam e apoiam as funções de transporte, de distribuição e de estruturação de cadeias de produção. A conectividade física é visível no desenvolvimento das redes de transporte marítimo, aéreo, rodoviário e ferroviário que reduzem o tempo de transporte de mercadorias e pessoas e que facilitam a sua circulação pelo mundo. É através dela que os países trocam produtos, que os consumidores acedem a um conjunto mais alargado de bens e que as pessoas diversificam culturas e experiências.
- **Conectividade tecnológica e digital**, torna irrelevante a distância física entre países e pessoas e permite a operação às escalas regional e global. Os progressos verificados nas comunicações permitem falar e prestar um serviço para qualquer ponto do mundo.

  Permite também que se encontrem formas mais eficientes de organização que não dependem da presença física. Por exemplo, possibilitando a prestação de serviços online, acessíveis a partir de casa e que substituem as lojas e espaços de atendimento presenciais.
- **Conectividade empresarial**, à semelhança das pessoas, as empresas e os sectores também estão agora mais ligados do que nunca: agem em parceria com outras organizações, subcontratam serviços, utilizam fornecedores e matérias primas de várias geografias e formam alianças.
- **Conectividade financeira**, promove a deslocação de capitais para onde existirem oportunidades de investimento que lhes ofereçam a melhor remuneração. Mais emprego depende de mais actividade produtiva, a qual depende da capacidade das empresas se financiarem e da capacidade do País para atrair mais investimento.
- **Conectividade educativa**, relativa à valorização das competências das pessoas e à troca de experiências e culturas.

Além dos tipos de conectividade acima mencionados existem ainda as conectividades estabelecidas entre os países e as suas instituições (políticas e diplomáticas) e também as ligações que decorrem da partilha da língua ou de uma História.

Inovação tecnológica e competitividade

Ligação à conectividade

A conectividade obriga as empresas e as pessoas a encontrarem o seu espaço de especialização no mundo. Quanto maior for o valor criado no mercado global pelas pessoas e pelas empresas, melhores condições de vida e de empregabilidade pode o seu país lhes oferecer.

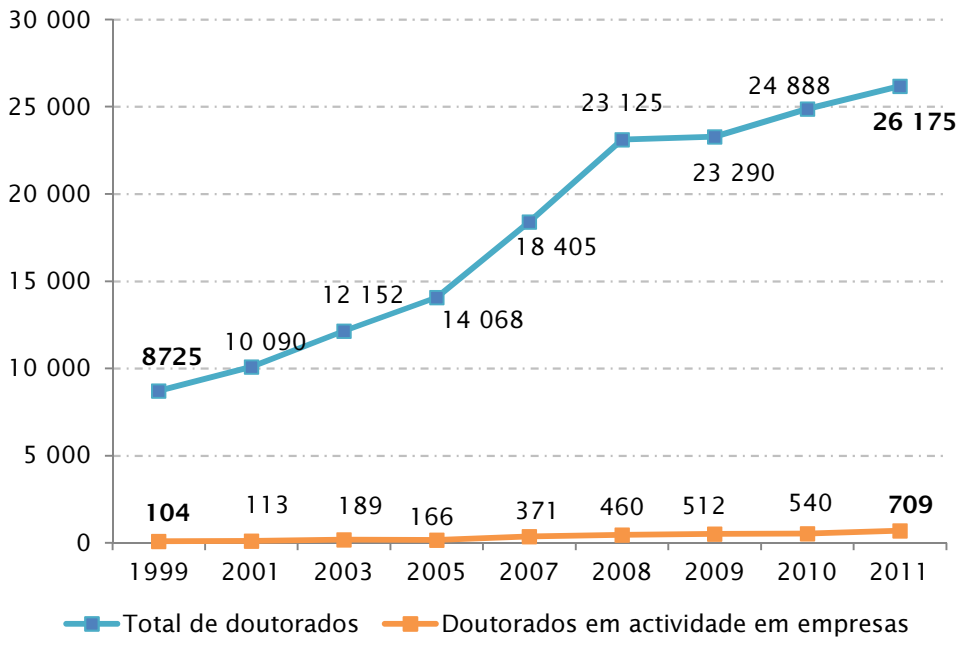
A inovação tecnológica permite produzir bens e serviços diferenciados e mais apetecíveis no mercado global. Quanto maior for a procura dos bens produzidos em território nacional, maior será a oferta de postos de trabalho e melhor remunerados serão os trabalhadores, sobretudo os que forem capazes de assegurar essa diferenciação por via das suas competências e especializações.

É, por isso, fundamental que as pessoas mais qualificadas estejam ao serviço das empresas: **a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I+DT) tem que se inserir na estratégia da competitividade das empresas que actuam em mercado global.**

Contudo, em Portugal, é o Estado que emprega a maioria destes trabalhadores: de 1999 para 2011, o número de doutorados em actividade em Portugal aumentou quase em 17.500, mas destes quase 17.000 foram trabalhar exclusivamente para o Estado.

Dedicar tempo e recursos à inovação tecnológica promove o valor criado pelas empresas, através de novos produtos ou da diferenciação dos produtos existentes. Mais valor traduz-se em maior procura e, em última instância, necessidade de um maior número de trabalhadores para dar resposta a essa procura.

Evolução dos Investigadores Doutorados em Empresas, face ao total de Investigadores Doutorados em Portugal (1999 – 2011)



Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN

Conectividade

As nossas medidas e propostas (1/2)

Identificam-se, neste contexto, 3 prioridades para promover a conectividade e a mobilidade de Portugal no horizonte 2030:

Valorizar as pessoas

- **Reformar a política de ensino superior**, promovendo a criação de um conjunto restrito de Pólos Universitários nacionais, mas de âmbito global, que se assumam como referência nos principais rankings globais e que:
  - ✓ Potenciem a investigação aplicada, inovação e desenvolvimento de conhecimento;
  - ✓ Tenham dimensão/escala e multidisciplinaridade para competir à escala global;
  - ✓ Estejam focados nas áreas/sectores onde se pretende um posicionamento competitivo diferenciador;
  - ✓ Possuam reputação global, com quadro docente de referência global;
  - ✓ Sejam suportados por parcerias internacionais (no meio académico e meio empresarial);
  - ✓ Estabeleçam relações privilegiadas com países de expressão portuguesa e países asiáticos, como forma de integração na Europa;
  - ✓ Gerem emprego através de *startups* ou redes empresariais;
  - ✓ Responsabilizem as Universidades e Politécnicos pela empregabilidade dos seus alunos.
- **Empresas e associações de empresas (**sem o Estado ou com o Estado como facilitador) **que criem ou reorientem centros de formação**, com escala, e que promovam a requalificação das pessoas e as preparem para a nova realidade da conectividade. Além da aposta nas competências técnicas base necessárias é preciso qualificar as pessoas com as ferramentas para operar no mundo global (conhecimentos de línguas estrangeiras, capacidade de comunicação e de trabalho em equipa, mobilidade e disponibilidade para a mudança)
- **Reactivar um Programa de Inserção de Doutorados,** especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, nas empresas. Programa idêntico ao que aliás já existiu (descontinuado em 2006, no âmbito da Adl, com uma taxa de execução de 125%) e que permitiu a inserção de cerca de 250 doutorados nas empresas, durante o seu período de vigência).

Aproveitar os benefícios da conectividade

- Rever o **modelo de relacionamento da Administração Pública com empresas e investidores**, com foco na empresa e investidor e nas suas necessidades em detrimento da lógica actual, que assenta na própria organização da Administração Pública. Suportado e permitido pelos progressos registados nas TIC.
- **Promover parcerias com investidores com capacidade técnica e financeira para promover a aceleração do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis**, se possível através da mobilização de recursos financeiros europeus ou, na sua ausência, através de parcerias estratégicas fora do espaço europeu.
- **Potenciar, através de sistemas de incentivo e de capital de risco adequados, a integração de empresas nacionais em redes internacionais** onde tenham maior valor acrescentado, evitando lógicas de subcontratação.
- **Estabelecer contractos *ad hoc* entre investidores e o Estado** (com conjunto de incentivos fiscais e financeiros específicos) para projectos de investimento em sectores especiais.
- **Retomar e divulgar os Programas de Apoio à Criação de Centros de I+DT** devidamente estruturados e hierarquizados no seio das próprias empresas.
- **Facilitar o regime de transmissão de propriedade das empresas de forma a promover a fusão de PMEs** para obtenção de escala suficiente para a conectividade.
- Criar um **fundo de promoção externa para produtos portugueses**, assente em capitais privados, e com o objectivo de apoiar a presença de empresas portuguesas em feiras internacionais.
- Criar um **portal de apoio à exportação**, com consultores especializados e certificados para a prestação de serviços às empresas portuguesas que queiram iniciar ou expandir a sua actividade exportadora (conhecimento e apoio a análises de mercados alvo).

Posicionar Portugal como plataforma global

Investir em infraestruturas que valorizem a posição geográfica de Portugal e que permitam intervir numa maior variedade de fluxos que podem ser de mercadorias, energia ou passageiros:

- **Reforço do porto de contentores de Sines, aposta na sua ligação ferroviária à Europa** (focada no transporte de mercadorias), **da forma economicamente mais viável,** e conclusão da auto-estrada de ligação deste Porto à A2 (estão cerca de 20 kms em falta).
- Abrir e facilitar o investimento de construção de um parque de tanques em Sines, de forma a desenvolver esse porto como um *hub* para *transhipment* de superpetroleiros.
- A norte, é crucial o **timing de arranque das obras previstas no Porto de Leixões: nova plataforma logística, novo terminal de contentores e a ligação ferroviária de Leixões ao centro da Europa**.
- **Reforçar a interligação eléctrica entre a Península Ibérica e França através dos Pirenéus**.
- Promover a **conclusão da 3ª interligação de gás natural entre a Península Ibérica e França** para potenciar os 7 terminais de LNG já existentes na Península.
- Existência de um *hub* aeroportuário transcontinental: Construção, com um modelo de financiamento assente em capitais privados, de um novo aeroporto de Lisboa-NAL na margem sul do Tejo (construção por módulos), desempenhando funções de *hub* no transporte de passageiros nas ligações europa – Atlântico Sul.

Conectividade

As nossas medidas e propostas (2/2)

Estas medidas, de cariz empresarial, de facilitação do ambiente de negócios e de valorização das pessoas, são ainda apoiadas por conectividades diplomáticas e políticas que se estabelecem entre os países. A este nível destacamos a necessidade de:

Valorizar as pessoas | **Aproveitar os benefícios da conectividade** | **Posicionar Portugal como plataforma global**

Utilização da Rede Cultural

A rede cultural, além de outros contributos de diferente natureza, pode na perspectiva do crescimento económico:

- Promover na CPLP um objectivo de maior integração comercial em articulação com as agências de diplomacia comercial nacionais.
- Organizar investimentos culturais em países com raiz portuguesa, especialmente na Ásia, com aproveitamento para a visibilidade do país e das suas empresas.
- Manter e organizar a diáspora dos portugueses, organizando e financiando clubes locais onde os produtos e marcas portuguesas possam ser colocados e divulgados.

Utilização da Rede Diplomática

- Fazer depender a remuneração salarial nas agências de diplomacia económica dos resultados obtidos numa lógica de gestão por objectivos.
- Garantir, designadamente pela via orçamental, que os instrumentos e estruturas orientados para a diplomacia económica mantenham meios materiais e humanos equivalentes aos de instâncias congéneres de outros países desenvolvidos, através de benchmarking sistemático com as melhores práticas internacionais
- Instituir a obrigatoriedade de auditoria externa independente, bienal, de nível internacional, à operação e qualidade de serviço de todas as estruturas de diplomacia económica nacional.
- Utilizar espaços físicos da rede diplomática, não ocupados, para a instalação temporária de empresas ou equipas de determinadas empresas que pretendam entrar no mercado onde as estruturas estão localizadas (face às limitações de espaço, a ocupação além de ser temporária, tem de estar associada a uma análise da dimensão, autonomia e capacidade de investimento da própria empresa).

Missão Crescimento: Boletim de Abril

missão
CRESCIMENTO

Conteúdo

Nota de abertura

I. Barómetro: Portugal em números

II. Vectores da estratégia de crescimento: Avaliação trimestral

III. Em análise: Conectividade, inovação tecnológica e competitividade

A. Enquadramento

B. Conectividade: uma visão centrada nos espaços

C. Conectividade: uma visão centrada nas funções

D. Conectividade, inovação tecnológica e competitividade

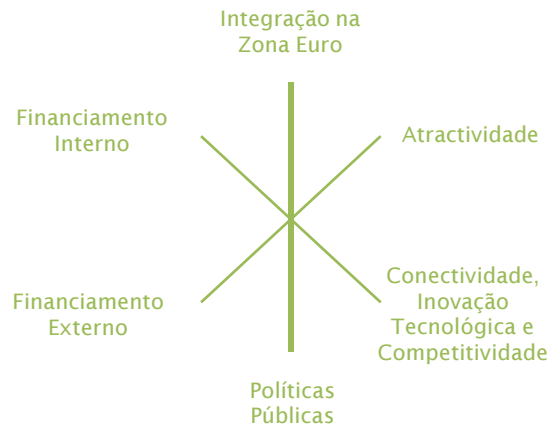
Nota de abertura

O Boletim de Abril

Apresentamos o 2º boletim da Missão Crescimento, o Boletim de Abril que, na sequência do anterior, dá corpo à continuidade da análise da evolução dos principais indicadores macro económicos nacionais e à identificação de acções e medidas concretas para a promoção do crescimento da economia portuguesa.

A economia portuguesa continua a demonstrar alguns sinais de recuperação: apesar da queda registada no crescimento do PIB no 1º trimestre de 2014, a balança corrente apresenta excedentes e prosseguimos com os esforços de consolidação orçamental. A evolução do saldo da balança corrente, embora positivo, pode sofrer uma inversão de tendência por via do aumento das importações (consequência da melhoria dos indicadores de confiança e do crescimento do PIB) e continua por isso, hoje, a ser fundamental apostar em medidas que promovem crescimento económico sustentado.

Os vectores do crescimento



No Boletim de Janeiro reformulámos os vectores que decisivamente contribuem para a dinamização do crescimento da economia portuguesa e **prosseguimos agora com a sua análise, sendo a presente publicação dedicada ao vector "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade"**.

Entendemos a **conectividade** como a capacidade para integrar, nomeadamente através de inovação e desenvolvimento tecnológico, sectores da actividade económica em cadeias de produção globais. É a conectividade que nos permite competir à escala regional e global, ligando pessoas, empresas e o capital.

No decurso da preparação do presente boletim deparámo-nos com duas visões distintas sobre a conectividade, cujo conteúdo e racional apresentamos:

Visão assente nos espaços	A actualidade é marcada pela perda de importância dos espaços nacionais. As economias nacionais tornaram-se progressivamente mais abertas e a sua lógica de organização e especialização sectorial deve ser decidida no quadro dos espaços regionais e globais em que se inserem.
Visão assente nas funções[1]	A actualidade é caracterizada pela redução das distâncias e pelo aumento da interdependência das economias mundiais. Cada país produz para o mundo e é à escala mundial que a especialização sectorial de cada economia deve ser decidida.

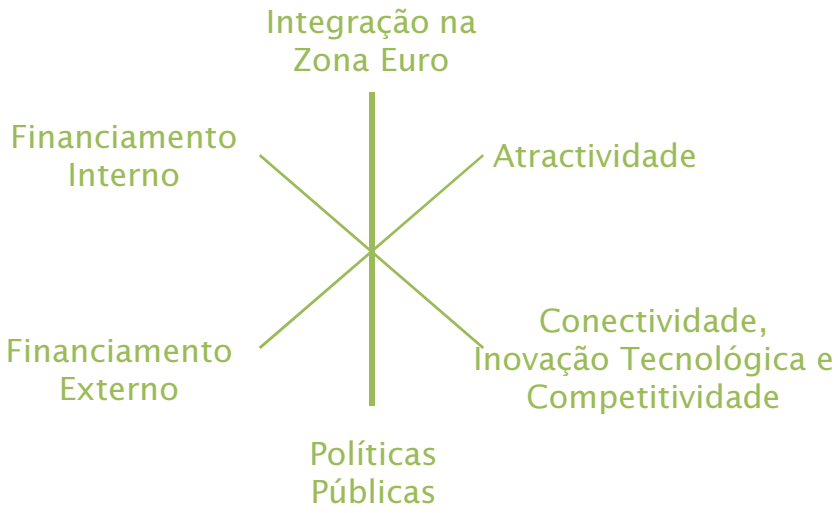
[1] Por José Félix Ribeiro e António Manzoni com base em José Félix Ribeiro, António Manzoni, Joana Chorincas e Marina Garcia "Portugal: Que funções na Globalização", publicação editada pela CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, 2014

Parte I: Barómetro
Portugal em números

missão CRESCIMENTO

Parte II - Vectores da estratégia de crescimento

Avaliação trimestral



missão CRESCIMENTO

Economia portuguesa

O que nos mostram os indicadores? (1/2)

Legenda:

Tendência: ⇧ Aumento ⇨ Sem alteração ⇩ Diminuição

Impacto: ■ Positivo ■ Sem impacto ■ Negativo

Indicador	Fonte	Tendência (Evol.recente)	Anuais						Trimestrais				
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013	1ºT 2014
PIB e a Procura													
Tx. Crescimento PIB (face ao período anterior)	INE	↑	0,00%	-2,90%	1,90%	-1,30%	-3,20%	-1,50%	-1,95%	-0,33%	1,06%	0,29%	-0,60%
Consumo Privado (€M)	INE/GEE	↓	114.957	109.774	113.979	113.779	109.579	107.716	25.604	25.766	26.203	25.983	26.044
Consumo Público (€M)	INE/GEE	↓	34.532	37.185	37.334	34.295	30.243	29.699	7.660	7.869	7.945	7.949	7.794
Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)	INE/GEE	↓	22.30%	20.99%	19.95%	18.07%	15.99%	14.79%	15.02%	14.92%	15.10%	16,00%	20%
Défice orçamental	INE/ Pordata	↓	3,60%	10,20%	9,80%	4,40%	6,40%	5,90%	10,00%	4,20%	3,50%	2,60%	1,98%
Saldo Primário OE (%PIB)	BdP	↑	-0,20%	-5,40%	-5,40%	-0,60%	-1,20%	-0,70%	-2,80%	-1,70%	-0,70%	1,40%	n.d.
Despesa da Administração Pública (%PIB)	BdP	↓	44,80%	49,77%	51,5%	49,33%	47,39%	44,00%	43,01%	41,60%	44,00%	48,00%	n.d.
Despesa com Segurança Social (%PIB)	BdP	↑	11,65%	13,2%	13,40%	13,50%	14,39%	15,90%	14,69%	14,50%	16,00%	14,97%	14.25%.
Relacionamento com o Exterior													
Saldo Balança Corrente	INE	↑	-10,90%	-10,60%	-7,00%	-2,00%	-1,50%	0.10%	0,90%	-0,10%	0,10%	0,80%	-0.23%
Grau de abertura da economia portuguesa (%PIB)	INE	↑	75,00%	63,50%	70,30%	75,70%	78,00%	80,50%	78,16%	80,7%	81,13%	80,63%	80.24%
Exportações (%PIB)	INE	↑	32,4%	28,0%	31,3%	35,7%	38,7%	40,6%	39,65%	41,16%	40,84%	40,94%	40.23%
Importações (%PIB)	INE	↑	42,5%	35,4%	39,0%	40,1%	39,3%	39,5%	38.51%	39.58%	40.29%	39.69%	40.00%

Economia portuguesa

O que nos mostram os indicadores? (2/2)

Legenda:

Tendência: ⇧ Aumento ⇨ Sem alteração ⇩ Diminuição

Impacto: ■ Positivo ■ Sem impacto ■ Negativo

Indicador	Fonte	Tendência (Evol.recente)	Anuais						Trimestrais				
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013	1ºT 2014
Poupança e endividamento													
Dívida Pública (% PIB)	Pordata	⇧	71,70%	83,20%	93,50%	108,10%	123,60%	128,80%	123,56%	131,40%	128,80%	129,00%	132,4%*
Yields da Dívida Soberana (a 10 anos)	Bloomberg	⇩	4,52%	4,21%	5,4o%	10,24%	10,55%	6,84%	6,25%	5,97%	6,84%	6,10%	n.d.
Dívida Externa Bruta (% PIB)	Pordata	⇧	182,80%	227,20%	228,30%	217,30%	233,30%	236,40%	236,70%	236,40%	225,40%	299,30%	n.d.
Dívida das Famílias (% PIB)	BdP	⇩	100,80%	105,90%	103,10%	101,40%	100,60%	99,00%	100,10%	99,00%	97,68%	95,63%	n.d.
Dívida das Empresas Não Financeiras (% PIB)	BdP	⇧	172,50%	179,00%	177,80%	179,60%	185,60%	186,60%	185,80%	185,80%	186,60%	183,58%	n.d.
Passivo Sociedades Financeiras (%PIB)	BdP	⇩	328,00%	357,00%	360,00%	338,00%	335,00%	324,00%	319,20%	327,70%	332,40%	316.39%	n.d.
Taxa de Poupança Bruta (% PIB)	BdP	⇩	10,60%	9,40%	9,80%	10,60%	14,10%	13,50%	14,40%	14,40%	13,50%	16,30%	n.d.
Emprego e demografia													
População activa (em milhares)	INE	⇩	5.613,90	5.586,80	5.567,70	5.506,50	5.455,00	5.388,30	5.385,40	5.391,60	5.392,20	5.388,20	5 215.0
População empregada (em milhares)	INE	⇩	5.197,80	5.054,10	4.978,20	4.837,00	4.634,70	4.513,50	4.433,20	4.505,60	4.553,60	4.561,50	4426.90
Taxa de Desemprego	INE	⇩	7,60%	9,50%	10,80%	12,70%	15,70%	17,40%	17,70%	16,40%	15,60%	15,30%	15,10%
Emigrantes Permanentes (% da Pop. Activa)	INE	⇧	0,36%	0.30%	0,43%	0,80%	0,95%	1,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Índice de Envelhecimento	INE	⇧	116,40	119,30	123,90	127,60	131,10	136,00	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

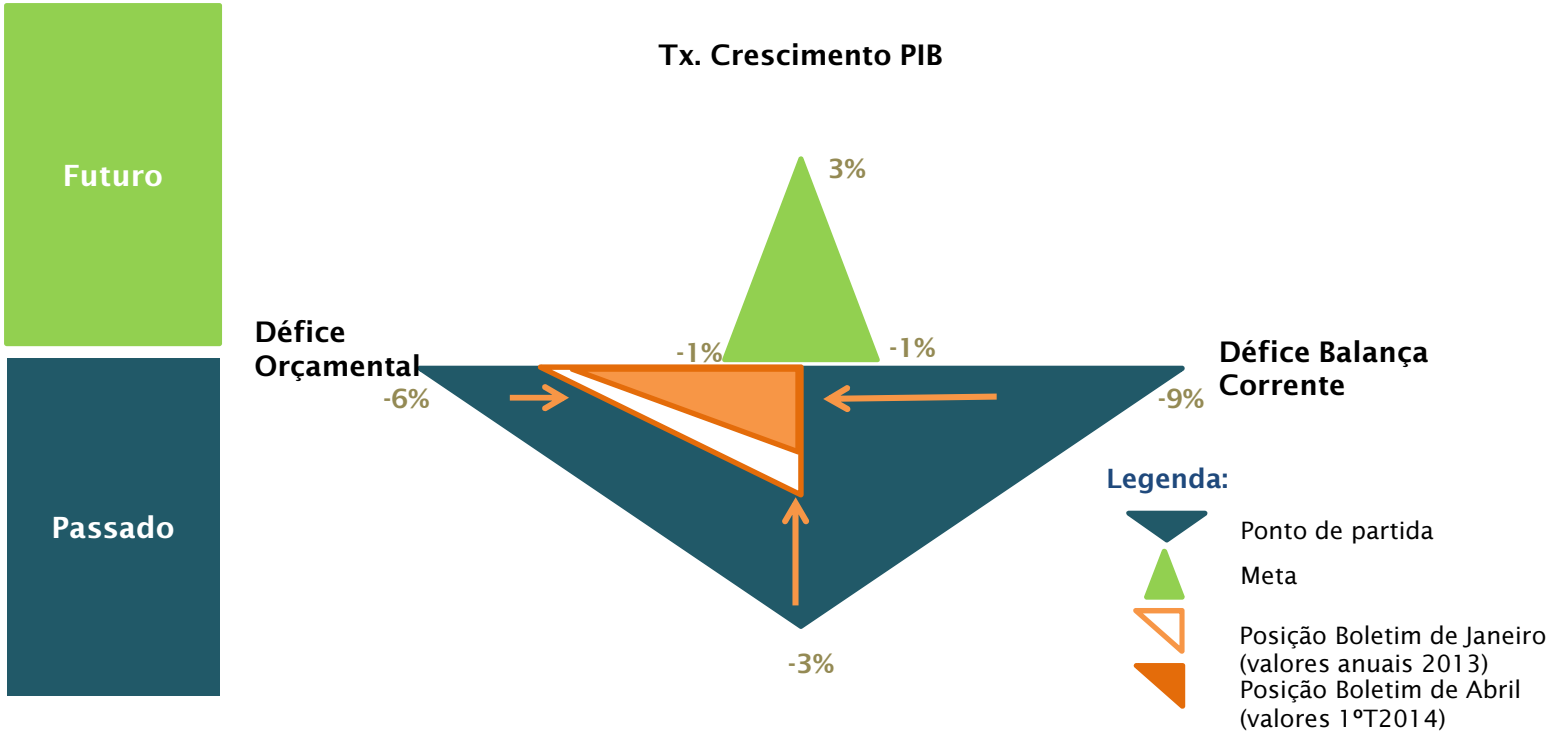
* Dado do Banco de Portugal

O polígono dos constrangimentos

O caminho percorrido e a distância para a meta… em Abril

Até ao momento e face aos objectivos definidos pela Missão Crescimento, houve já um caminho percorrido visível no polígono dos constrangimentos e que se traduz:

- Equilíbrio da balança corrente.
- Redução do défice orçamental.
- Saída da recessão técnica (o gráfico exibe a variação homóloga do PIB).



Crescimento económico

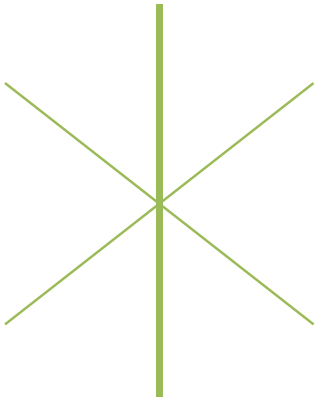
Os 6 vectores da estratégia de crescimento

Retomamos neste boletim os seis vectores da estratégia de crescimento e analisamos com maior detalhe o vector da "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade". Este vector da estratégia de crescimento é complementar ao vector da "Atractividade" na lógica da globalização competitiva, onde coexistem as liberdades de circulação de capitais, mercadorias, serviços e de pessoas.

Integração na Zona Euro
Capacidade de ajustamento à evolução da moeda comum.

Financiamento Interno
Capacidade para gerar lucro para utilização em receitas fiscais, poupança e acumulação de capital nas empresas.

Atractividade
Capacidade para competir e atrair investimentos dos agentes que operam na economia global



Financiamento Externo
Capacidade para captar financiamento externo e participar nos programas europeus de investimento.

Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade
Capacidade para integrar, nomeadamente através de IDT, sectores da actividade económica em cadeias de produção globais.

Políticas Públicas
Capacidade para reformular as políticas do Estado com critérios de eficácia e sustentabilidade.

Vectores da Estratégia de Crescimento	Estado
Atractividade	↑
Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade	→
Políticas Públicas	↑
Financiamento Externo	↓
Financiamento Interno	↓
Integração na Zona Euro	→

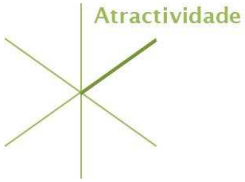
Legenda:

Tendência: ⇧ Aumento ⇨ Sem alteração ⇩ Diminuição

Avaliação: Positiva ■ ■ ■ Negativa

Os vectores da estratégia de crescimento

Atractividade



Objectivo

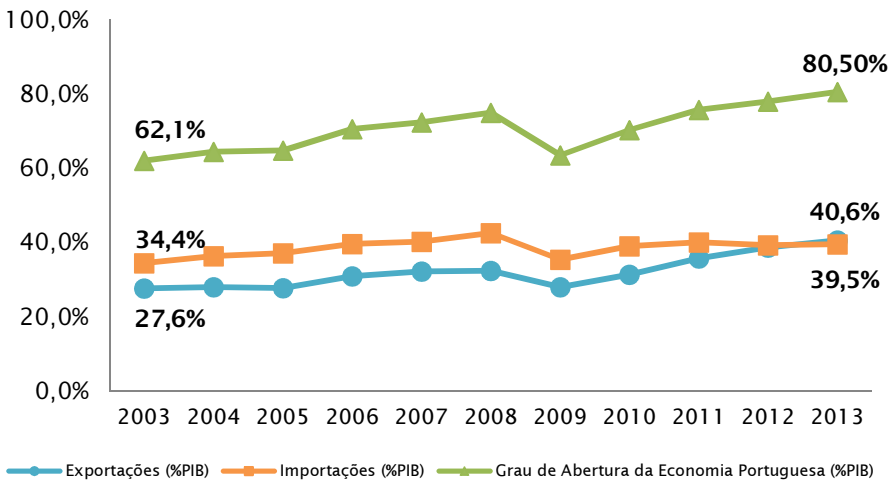
- Valorização dos activos empresariais, dos recursos humanos e dos recursos naturais
- Promoção da cultura da competitividade e da flexibilidade
- Ajustamento do nosso ecossistema económico ao exterior
- Mobilidade e óptica da internacionalização

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

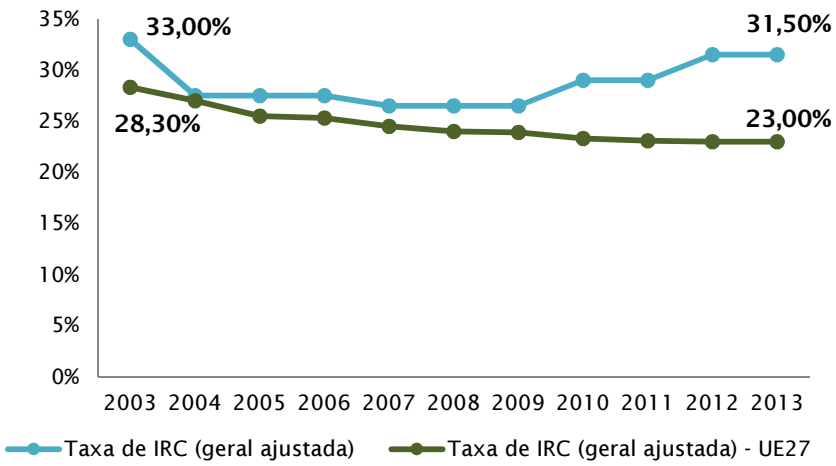
Onde estamos?

Grau de abertura da economia portuguesa, importações e exportações (%PIB)



Fonte: INE

Evolução da Taxa de IRC em Portugal e EU 27



Fonte: Comissão para a reforma do IRC - 2013 - KPMG

Os vectores da estratégia de crescimento

Conectividade, inovação tecnológica e competitividade

Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade

Objectivo

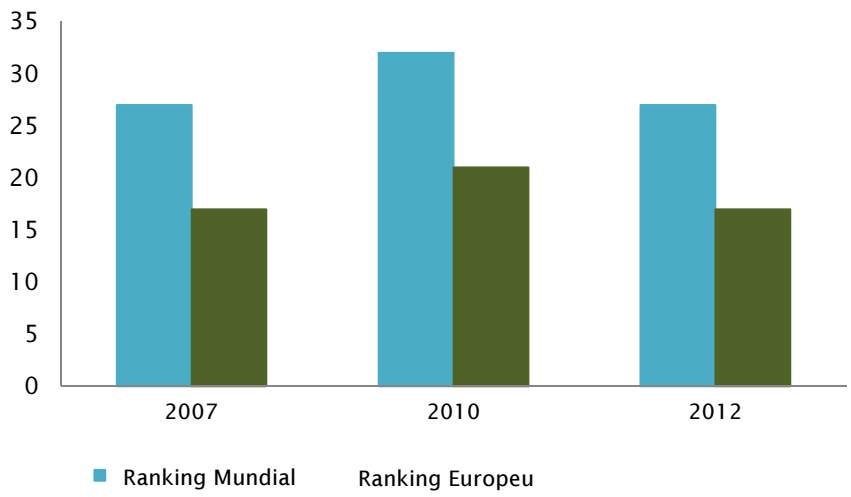
- Desenvolvimento de novos processos e tecnologias de produção, com incorporação tecnológica e impacto transversal na indústria
- Captura de competências sectoriais à escala europeia e global
- Integração em cadeias de produção globais
- Participação em programas de desenvolvimento em diversas geografias
- Programas de construção, gestão e operação de projectos empresariais, sectoriais e de Infraestruturas

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

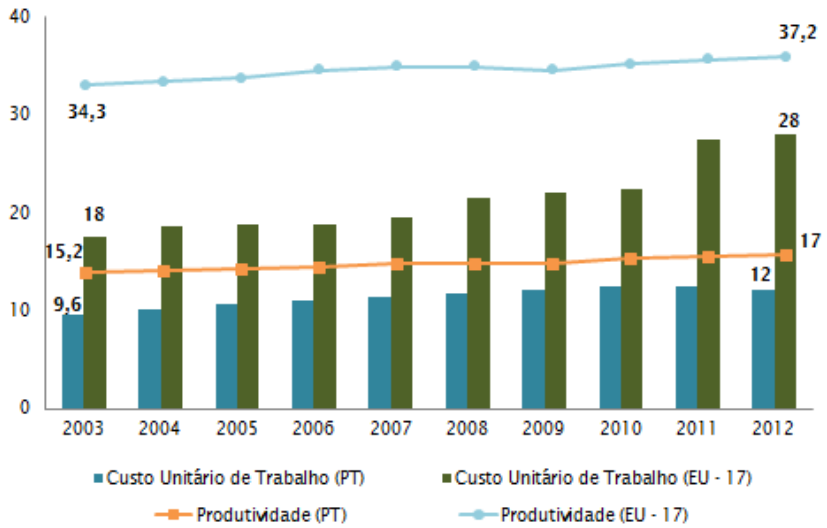
Onde estamos?

Evolução do *Logistics Overall Index* – Posição portuguesa no ranking



Fonte: World Bank

Evolução da produtividade e dos custos unitários do trabalho (Eur/hora) – Portugal vs EU-17



Fonte: Eurostat

Os vectores da estratégia de crescimento

Políticas públicas

Políticas Públicas

Objectivo

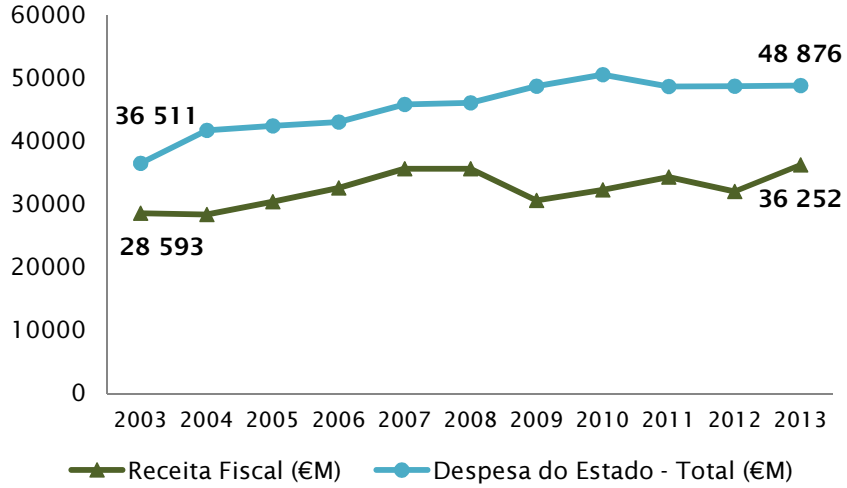
- Ganhos de competitividade
- Libertação de recursos financeiros (com redução da fiscalidade decorrente da redução da despesa pública),
- Criação de mercado e de emprego, devolvendo actividades económicas à iniciativa privada, reforço do papel de regulação e fiscalização
- Formação de poupança obrigatória para cobrir de riscos individuais (seguros especializados)
- Políticas de educação e ID&T articuladas com competitividade empresarial

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

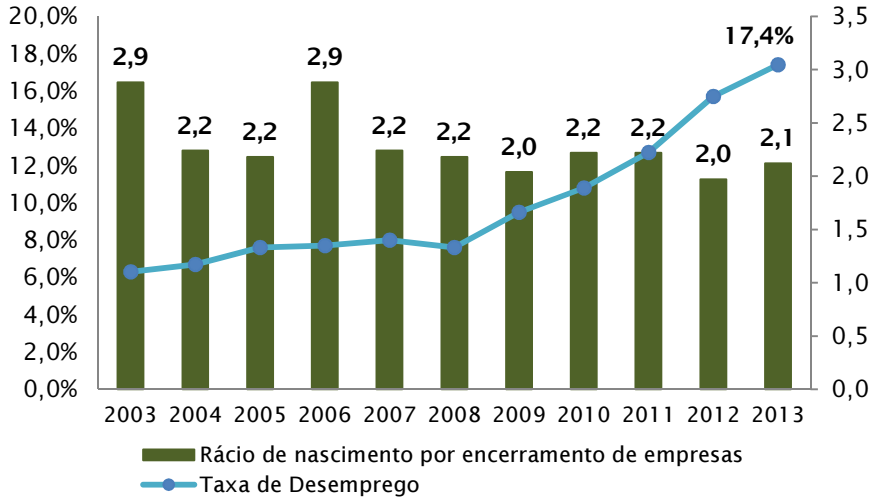
Onde estamos?

Evolução da Despesa Pública face à Receita Fiscal (€Milhões)



Fonte: Banco de Portugal

Taxa de Desemprego vs Rácio de Criação por encerramento de Empresa



Fonte: Informa D&B

Os vectores da estratégia de crescimento

Financiamento externo

Objectivo

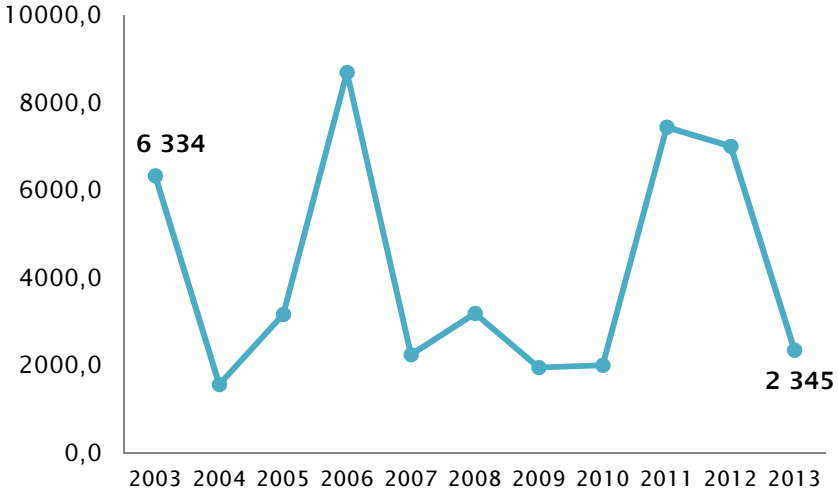
- Organização de programas de investimento de âmbito europeu para a competitividade e as redes de Infraestruturas é uma oportunidade vital
- Programas de privatização de empresas como veículos de alargamento do âmbito do investimento externo inicial
- Participação em fundos de investimento europeus e globais

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

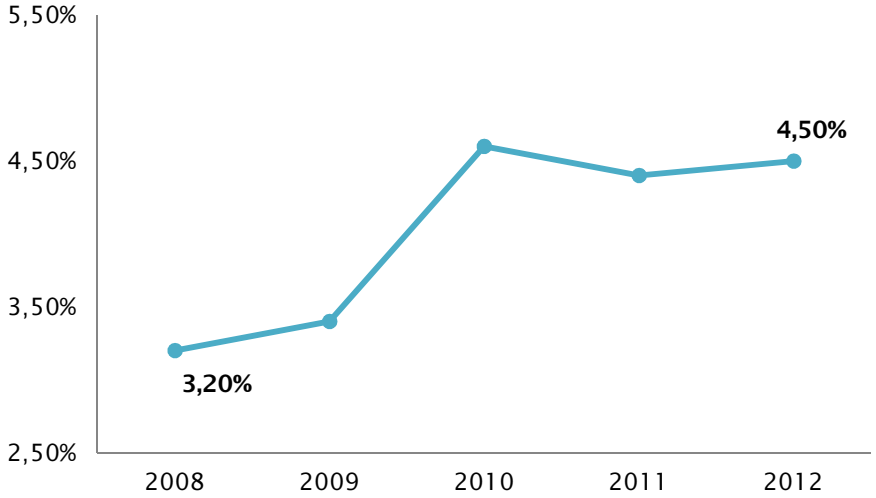
Onde estamos?

Investimento Directo Estrangeiro em Portugal – valor líquido (€Milhões)



Fonte: Banco de Portugal

Evolução do peso do Sector Empresarial do Estado no PIB



Fonte: DGTF

Os vectores da estratégia de crescimento

Financiamento interno

Objectivo

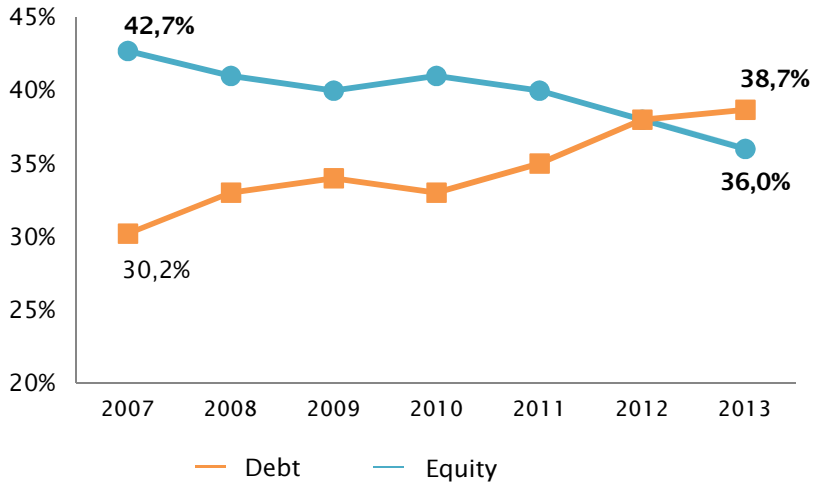
- Reconstituição do sistema financeiro interno, com resolução das imparidades e formação de centros de acumulação de capital implica o apoio e a supervisão pelo BCE
- Alargamento das maturidades das dívidas e da correcção das imparidades terá de ser acordada no âmbito da zona euro
- Reconstituição do sistema financeiro interno será feita no quadro da evolução do sistema financeiro europeu

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

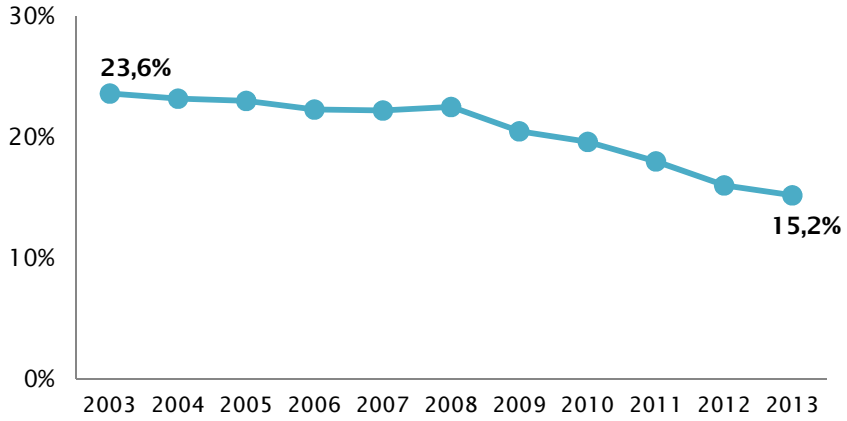
Onde estamos?

Evolução da estrutura de Financiamento das Empresas (% do activo)



Fonte: Banco de Portugal

Evolução do peso do Investimento no PIB



Fonte: The Economist Intelligence Unit

Os vectores da estratégia de crescimento

Integração na zona euro

Objectivo

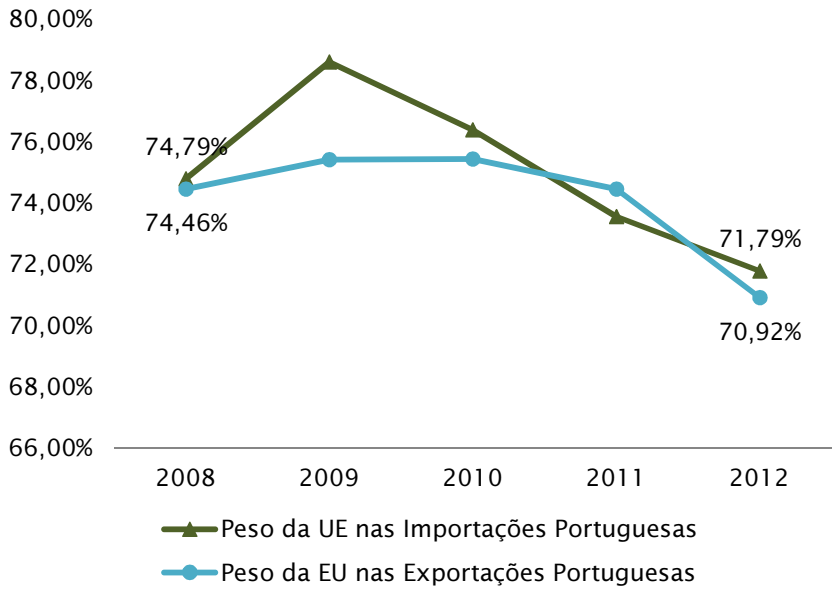
- Não sendo uma zona económica perfeita, a zona euro gerou assimetrias de competitividade e movimentos de capitais com consequências críticas
- Correcção desses efeitos abre a oportunidade para a reconfiguração do espaço económico europeu e de cada economia integrada

Estado

Melhorias implementadas, com necessidade adicional de intervenção

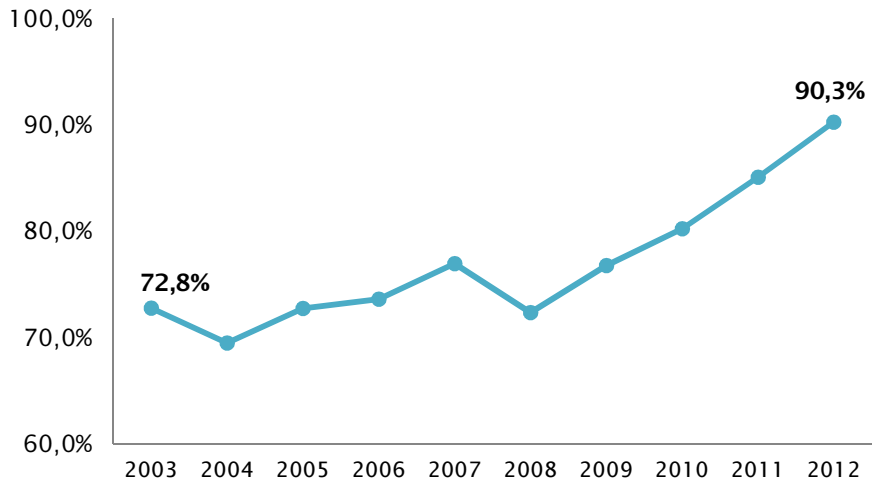
Onde estamos?

Peso da União Europeia nas importações e exportações portuguesas



Fonte: Banco de Portugal

Peso da União Europeia no IDE português



Fonte: Banco de Portugal

As medidas ou conjuntos de medidas implementadas ou em curso

Avaliação de impacto das principais propostas apresentadas (1/5)

Legenda:

↑ Impacto positivo → Impacto nulo ou reduzido ↓ Impacto negativo

Avaliação das principais propostas apresentadas pelo Governo (Janeiro – Abril de 2014)

	Identificação da proposta	Avaliação	Observações
1	IEVA – Infraestruturas de elevado valor acrescentado	↑	Na generalidade, faz-se uma avaliação positiva do plano apresentado. Os projectos previstos respeitam a necessária articulação com o sector produtivo e promovem a intermodalidade entre a rodovia, ferrovia e portos. Contudo, alerta-se para a necessidade de realizar uma análise custo beneficio mais fina em alguns projectos (para maior detalhe ver secção deste documento referente à Conectividade Física), dos quais destacamos a necessidade de reavaliar a possibilidade de construção do novo terminal de contentores (Lisboa - *deep sea*) na margem sul do Tejo. A consideração deste terminal, para além de aspectos técnicos relevantes como a sua importância face à aposta do País na zona Sul, deve avaliar o papel deste terminal face aos terminais de Sines e de Setúbal: tem um "*handicap*" associado à existência de solos altamente contaminados na zona do Barreiro e cuja dragagem, para garantir os necessários calados, impõe exigências elevadas no seu manuseamento e posterior confinamento, com reflexo nos custos de construção e exploração. Para além da necessária e indispensável análise de custo benefício, há que ter em conta o facto de o documento preparado pelo Grupo de Trabalho que elaborou o IEVA não ter contemplado, como refere, a Análise Ambiental Estratégica ou outras alternativas na margem norte do Tejo.
2	Convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social	↑	De forma global avaliamos positivamente a medida, porque promove a simplificação dos sistemas e a convergência dos domínios público e privado. A medida é importante e enquadra-se na reforma do sistema de segurança social, adoptando progressivamente o sistema dos 3 pilares conforme defendido pela Missão Crescimento no Boletim de Janeiro. A avaliação realizada é global: não foi efectuado um estudo detalhado sobre o impacto da medida, pelo que não será possível efectuar uma análise e crítica detalhada sobre o seu conteúdo.

As medidas ou conjuntos de medidas implementadas ou em curso

Avaliação de impacto das principais propostas apresentadas (2/5)

Legenda:
Impacto positivo | Impacto nulo ou reduzido | Impacto negativo

Avaliação das principais propostas apresentadas pelo Governo (Janeiro – Abril de 2014)

	Identificação da proposta	Avaliação	Observações
3	Extinção das tarifas reguladas de venda de electricidade a clientes finais no continente, com consumos em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE)	➡	É inegável a necessidade de liberalizar o mercado energético, reduzir os custos da energia e o défice tarifário. Neste sentido, a extinção das tarifas reguladas é uma medida necessária. Contudo, o mercado energético não assume ainda características suficientemente concorrenciais que permitam concluir que é o momento certo para proceder à sua extinção que, inevitavelmente, conduzirá a uma subida do preço da energia e perda de competitividade, por via do aumento de um custo que é praticamente fixo para as nossas empresas. A extinção cumpre um marco de calendário e não resulta da efectiva concorrência deste mercado.
4	Reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	⬆	De uma forma global, a reforma do IRC é positiva: entre outras medidas inclui a redução de 25% para 23% da taxa de IRC e estabelece um objectivo de redução adicional (até se fixar entre os 17% e os 19% em 2016), propõe a eliminação da derrama municipal em 2018 e promove a recapitalização de empresas e a simplificação processual associada ao cumprimento das obrigações fiscais. Contudo, a redução da carga fiscal, no curto prazo, é reduzida e não é estabelecido um calendário efectivo de redução até 2016 que nos permita, com confiança, assumir que o objectivo estabelecido vai ser cumprido. Apesar de representar uma redução da carga fiscal (fixação da taxa entre os 17% e os 19% em 2016), esta taxa não nos permite ainda ficar numa posição competitiva face a países como a Irlanda e poderá, por este motivo, ser insuficientemente ambiciosa para nos colocar na mira de investidores estrangeiros. Adicionalmente, e conforme já havia sido defendido no Boletim de Janeiro, defendemos que é necessária uma reforma abrangente do nosso enquadramento fiscal (em detrimento de uma reforma imposto a imposto, taxa a taxa). Sem esta reforma abrangente não existirá uma reforma efectiva e capaz de promover a simplificação global do regime fiscal.

As medidas ou conjuntos de medidas implementadas ou em curso

Avaliação de impacto das principais propostas apresentadas (3/5)

Legenda:
Impacto positivo | Impacto nulo ou reduzido | Impacto negativo

Avaliação das principais propostas apresentadas pelo Governo (Janeiro – Abril de 2014)

	Identificação da proposta	Avaliação	Observações
5	Alteração à Lei n.º 63-A/2008 que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros	↑	A crise que actualmente vivemos começou por ser uma crise financeira gerada pelas imparidades nos balanços dos bancos. A restauração da solidez financeira dos bancos e outras instituições de crédito constitui pedra basilar da retoma económica, delas dependem poupanças e investimento (por via do financiamento concedido às empresas). A avaliação realizada é global: não foi efectuado um estudo detalhado sobre o impacto da medida, pelo que não será possível efectuar uma análise e crítica detalhada sobre o seu conteúdo.
6	Programa de rescisões por mútuo acordo de técnicos superiores a realizar no âmbito da administração directa e indirecta do Estado	→	Não colocando em causa a necessidade de implementar um programa desta natureza, a avaliação realizada (e a não atribuição de uma avaliação positiva) prende-se essencialmente com o reduzido sucesso obtido até ao momento e a necessidade já confirmada de implementar um programa idêntico no futuro. As dificuldades na cessação dos contractos estabelecidos com os funcionários públicos e a necessidade de os realocar para a bolsa de mobilidade, tornam imprescindível o recurso a rescisões por mútuo acordo. As indemnizações oferecidas devem, contudo, aliciar a sua aceitação por parte dos trabalhadores. Ainda que o impacto na despesa pública desse ano seja elevada, são despesas extraordinárias que, estas sim, devem ser financiadas com receitas extraordinárias, com impacto estrutural no défice e que, potencialmente, permitirão ao Estado implementar medidas que valorizem, atraiam e retenham recursos qualificados para a Administração Pública.
7	Atribuição à Reunião de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento a função de Comité de Acompanhamento em Portugal do «Small Business Act»	→	Seleccionámos esta medida, não pela medida em si, mas sim pela importância que a correcta implementação do "Small Business Act" assume. É fundamental e urgente efectuar uma correcta e profunda análise do impacto da legislação nas PMEs (que representam mais de 90% do nosso tecido empresarial) antes da sua aprovação e entrada em vigor. Esta medida é complementar a uma outra medida defendida pela Missão Crescimento no Boletim de Janeiro relacionada com a implementação da regra "*one-in-one-out*" (por forma a promover a simplificação do quadro legislativo).

As medidas ou conjuntos de medidas implementadas ou em curso

Avaliação de impacto das principais propostas apresentadas (4/5)

Legenda:
Impacto positivo | Impacto nulo ou reduzido | Impacto negativo

Avaliação das principais propostas apresentadas pelo Governo (Janeiro – Abril de 2014)

	Identificação da proposta	Avaliação	Observações
8	Aprovação da orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	↓	Numa altura em que se discute a necessidade de redução da despesa pública e de implementar uma reforma profunda do Estado, a criação de um novo organismo para suporte a um novo Ministério criado pela remodelação governamental de Julho parecia-nos contornável. As funções exercidas pelas diferentes secretarias-gerais existentes podem perfeitamente ser agregadas e poderiam ter sido criadas sinergias e escala por via da partilha destes organismos entre vários ministérios. Aliás, o Guião da Reforma do Estado (apresentado no início de Maio) aponta nesse sentido.
9	«Factura da Sorte», um sorteio de facturas emitidas e comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).	↑	O combate à fraude fiscal e à economia paralela deve ser uma prioridade. A medida introduzida é um claro incentivo ao pedido de factura e, neste sentido, a avaliação global da medida é positiva. Contudo, a escolha do bem a sortear poderia ter sido mais adequado e compatível com o bolso dos portugueses e com a necessidade de redução da despesa pública (a selecção de um carro de menor cilindrada contribuiria para a concretização de todos os objectivos explicitados).
10	Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 (DEO)	↓	Relativamente ao DEO impõe-se um conjunto de comentários de natureza diversa, muito embora estas medidas tenham sido posteriormente afectadas pela declaração de inconstitucionalidade de algumas normas e não sendo ainda claras as alterações a realizar: • **O documento de estratégia orçamental, não apresenta uma estratégia, mas sim um plano de acção para 2015**: tendo na sua designação a programação estratégica 2014-2018, merece referência o facto de que o documento não apresenta qualquer medida com efeito neste horizonte (são apenas referenciadas medidas a aplicar em 2015 e cujos efeitos podem produzir efeitos continuados nos anos subsequentes – de que é exemplo a reposição dos salários dos funcionários públicos).

As medidas ou conjuntos de medidas implementadas ou em curso

Avaliação de impacto das principais propostas apresentadas (5/5)

Legenda:

Impacto positivo | Impacto nulo ou reduzido | Impacto negativo

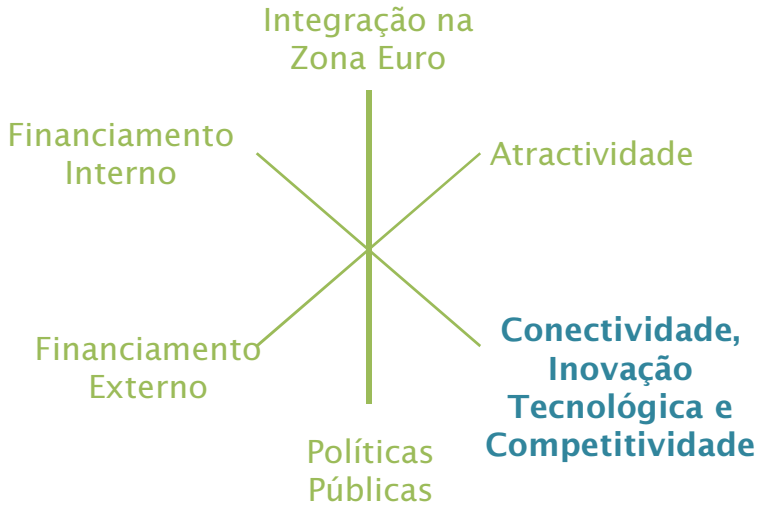
Avaliação das principais propostas apresentadas pelo Governo (Janeiro – Abril de 2014)

	Identificação da proposta	Avaliação	Observações
10	Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 (DEO) (continuação)	↓	• **Para a programação destas medidas com horizonte temporal 2018 poderia ter sido promovida maior articulação entre o DEO e o Guião da Reforma do Estado** (1): é facto que os documentos não estão totalmente desarticulados e partilham de algumas medidas comuns – sobretudo as que concernem aos funcionários da Administração Pública-, mas muitas das medidas referidas no Guião da Reforma do Estado poderiam ter sido vertidas no DEO por forma a enriquecer o seu conteúdo e também quantificar o impacto destas medidas no horizonte definido (e que em larga medida se sobrepõe). • **São novamente listadas as ditas reformas estruturais já implementadas, contudo, não é feita uma análise crítica ou estimativa quantificada do seu impacto**. Em particular, nos casos em que as reformas introduzidas foram claramente insuficientes, como é o caso da lei do arrendamento, não é feita uma análise crítica da mesma, nem qualquer consideração sobre eventuais ajustes que devam ser introduzidos por forma a aumentar a sua eficácia. Esta monitorização e acompanhamento insuficientes das medidas aprovadas reduz o *accountability* e a transparência no modo de funcionamento do Estado. • Existência de algumas **medidas não quantificadas e de impacto não determinado deveria ter sido evitado**, é o caso das medidas relativas à uniformização das tabelas salariais e de suplementos remuneratórios. • Existem ainda **medidas com impacto quantificado, mas cuja forma de implementação não é clara**: é o caso da compressão adicional de despesa a nível sectorial, que constitui também exemplo de uma medida que poderia ter sido detalhada com conteúdo da Reforma do Estado. • Por último dar nota que, embora reduzido, o **DEO prevê novo aumento da carga fiscal (IVA e TSU), com efeitos negativos no mercado interno e na confiança dos agentes económicos.**

(1) Documento publicado a 8 de maio e que será objecto de análise mais cuidada nos próximos boletins. Contudo salientamos já a inexistência de uma avaliação quantificada do impacto, medido em esforço de implementação e poupança gerada, das medidas listadas.

Parte III - Vectores da estratégia de crescimento

A. Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade



missão CRESCIMENTO

A Conectividade, inovação tecnológica e competitividade

Enquadramento (1/2)

É a complementaridade entre a atractividade e a conectividade que origina as concentrações de competências e de especializações que aumentam a competitividade e asseguram a flexibilidade, configurando centros competitivos num processo cumulativo auto-sustentado de reforço da atractividade e da conectividade.

Neste boletim, analisamos o vector da "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade". Este vector da estratégia de crescimento é complementar ao vector da atractividade na lógica da globalização competitiva, onde coexistem as liberdades de circulação de capitais, mercadorias, serviços e pessoas.

Terá maior grau de atractividade a economia que se conseguir constituir como plataforma de conexão entre regiões e entre sectores:

- Oferecendo a oportunidade de estabelecer, a partir da sua posição, redes funcionais e dispositivos de coordenação que promovam a concentração de competências (condição de criação de valor);
- Promovendo a competitividade e a flexibilidade com capacidade para se ajustar às flutuações dos mercados (condição de sustentabilidade com variação das circunstâncias);
- E sustentando programas de expansão das empresas que aí se localizarem (condição de crescimento).

Terá maior grau de conectividade a economia que tiver uma posição geográfica valorizada por infraestruturas de mobilidade e por competências que permitam o alargamento da sua plataforma nacional, integrando-a nas redes de circulação de produtos e factores à escala global. A conectividade funciona como factor de transmissão dos fluxos que caracterizam a globalização competitiva e que:

- Concretizam as redes intersectoriais que formam cadeias de valor;
- Estruturam os canais de financiamento mobilizando os capitais para as aplicações sectoriais mais eficientes;
- Estabelecem áreas de influência sectorial e regional pela via das alianças estabelecidas entre investidores e entre empresas;
- Oferecem os canais de mobilidade dos factores de produção que formam os fluxos nas economias globalizadas.

A Conectividade, inovação tecnológica e competitividade

Enquadramento (2/2)

No decurso da preparação deste boletim, encontrámos duas visões distintas sobre a conectividade e a forma como esta influencia a especialização da economia portuguesa:

- **Uma visão assente nos espaços**: A actualidade é marcada pela perda de importância dos espaços nacionais. As economias nacionais tornaram-se progressivamente mais abertas e a sua lógica de organização e especialização sectorial deve ser decidida na quadro dos espaços regionais e globais em que se insere. No caso português, a sua especialização sectorial deve ser decidida no quadro europeu.
- **Uma visão assente nas funções**: A actualidade é caracterizada pela redução das distâncias e pelo aumento da interdependência das economias mundiais. Cada país produz para o mundo e é à escala mundial que a especialização sectorial de cada economia deve ser decidida. No caso português, a sua especialização sectorial é decidida com base nas funções que a economia nacional pretende ocupar e dar resposta à escala mundial.

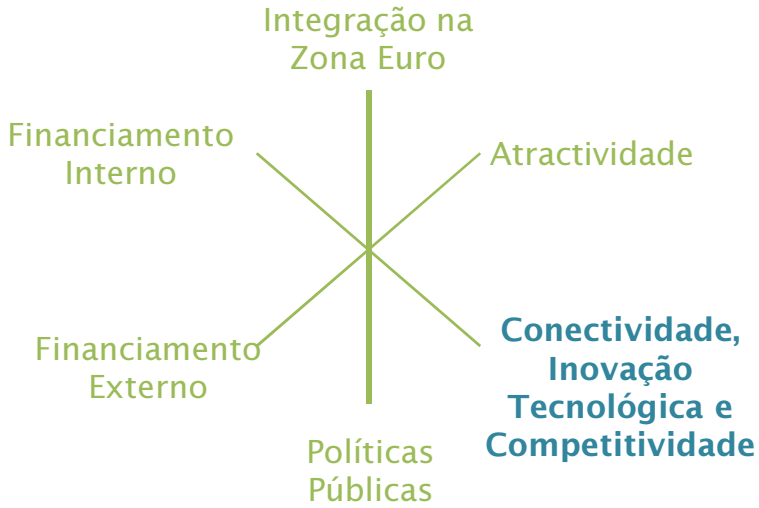
Por esse motivo a organização do presente capítulo é feita da seguinte forma:

- Apresentação da visão e argumentos da conectividade na perspectiva dos espaços;
- Apresentação da visão e argumentos da conectividade na perspectiva das funções;
- Conclusões, análise comparativa das duas visões e identificação de medidas associadas à **conectividade** e análise da **inovação tecnológica e competitividade** (relembrando que o vector do crescimento económico em análise neste boletim é conectividade, inovação tecnológica e competitividade).

A nossa visão de especialização sectorial da economia portuguesa e a capacidade de a concretizar dependem, em larga medida, da nossa capacidade de criar inovação tecnológica e de a incorporar nos processos produtivos, sofisticando a produção nacional.

Parte III - Vectores da estratégia de crescimento

B. Conectividade: uma visão centrada nos espaços



missão CRESCIMENTO

Globalização e conectividade

Espaços, fluxos e redes

A conectividade é uma propriedade dos processos de globalização, através da qual se liga o que antes estava separado por obstáculos e fronteiras físicas e administrativas. O processo de globalização competitiva tem como característica central o estabelecimento de ligações entre os pontos que formam as cadeias com maior potencial de criação de valor.

Os anteriores processos de globalização também se realizaram através da formação de conectividades:

- **Como rotas comerciais**, com entrepostos, feitorias e áreas de colonização – na primeira globalização da expansão marítima europeia a partir do século XV;
- **Como redes de financiamento** baseado em emissões de títulos para programas de construção de diversos tipos de infraestruturas em diversas geografias – na segunda globalização da expansão financeira europeia a partir da segunda metade do século XIX.

Os sistemas de comunicação e o regime das quatro liberdades de circulação (de pessoas, de produtos, de capitais e de serviços) reconfiguram os tradicionais espaços nacionais, estruturando-os em espaços regionais e globais

A terceira globalização é caracterizada por um processo mais complexo de formação de conectividades: os sistemas de comunicação e o regime das quatro liberdades de circulação (de pessoas, de produtos, de capitais e de serviços) que reconfiguram os tradicionais espaços nacionais (configuração dos espaços), estruturando-os em espaços regionais e globais (configuração dos fluxos e redes) que conflituam com as instituições e as entidades que continuam a existir nos espaços nacionais.

A passagem da configuração dos espaços (com moedas nacionais e regulação pela taxa de câmbio) para a configuração dos fluxos (com moedas comuns e regulação pelo grau de competitividade) e das redes de cadeias de valor é um processo crítico de mudança de época, contendo a coexistência conflitual destes dois padrões: o padrão do passado (espaços nacionais) e o padrão do futuro (espaços regionais e globais).

Não é possível construir o futuro como se o passado não tivesse existido, mas também não é possível construir o futuro como se o passado tivesse de continuar a existir, pelo menos não na forma e essência que assumiu até ao momento presente.

Globalização e conectividade

Espaços, fluxos e redes

A conflitualidade entre estes dois padrões (o do passado e o do futuro) não tem resolução estável, porque as configurações de equilíbrio e de crescimento sustentado em cada um deles não são compatíveis.

O Passado	O Futuro
A Sociedade dos Espaços Sociedade Fechada	**A Sociedade das Regiões e Global** Sociedade Aberta
• **Sociedade de espaços nacionais, enquadrada por fronteiras geográficas, administrativas e monetárias**; • Com um **território de exercício de soberania** sobre populações nacionais de mobilidade condicionada por regras administrativas e pelo atributo da nacionalidade; • É também uma **sociedade artificializada pelas normas, regras e procedimentos estabelecidos pelo poder do Estado nacional** que tem o atributo da legitimidade interna e do respeito externo pela não ingerência nos assuntos internos; • Uma sociedade de segurança garantida pelos termos e condições do contrato social.	• **Sociedade de fluxos, construída em função da geometria variável das redes formadas por entidades que estabelecem estratégias e programas comuns** que variam consoante as oportunidades e os campos de aplicação; • **Desenvolve-se em torno de fluxos** em mercados e redes de financiamento e de produção; • Obedece a um **critério competitivo estabelecido pelo poder das entidades mais eficientes**; • Constitui-se como uma sociedade de risco, onde a natureza humana se afirma e se manifesta em organizações sociais que não têm a protecção das barreiras nacionalistas, das diferenciações monetárias e das regulações administrativas internas.
• **Enquadrada** - fronteiras • **De espaços** - territórios e populações nacionais • **Artificializada** - poder do Estado nacional • **De segurança** - contrato social	• **Construída** - geometria variável • **De fluxos** - mercados e redes • **Competitiva** - poder do mais eficiente • **De risco** - a natureza humana sem paraíso

A mudança das configurações do Estado

A cada configuração do Estado corresponde um campo de possibilidades específico e um singular campo estratégico de confronto de vontades

As configurações do Estado têm evoluído num processo cíclico entre fases de consolidação da ordem e dos mercados internos e fases de expansão e de integração de áreas comerciais capturadas pela conquista ou pela vantagem competitiva.

Nas fases de consolidação, o crescimento potencial é reduzido e as políticas dominantes são distributivas e formalizadoras de direitos. Nas fases de expansão, o crescimento potencial é elevado e as políticas dominantes são promotoras da competição, do comércio e da circulação de capitais.

Com a configuração do Estado nacional, há a articulação da consolidação (da ordem interna) com a expansão (por competição nos mercados mundiais e por expedições militares), mas gerando fases de instabilidade e de crises de âmbito global, que conduzem ao reconhecimento da necessidade de entidades de coordenação e de regulação na escala supranacional.

É na década de 1930, no contexto da Grande Depressão e das crises de movimentos de capitais e de competição pelas quotas de mercado na economia mundial, que se anuncia uma nova mutação nas configurações do Estado, que será depois concretizada em diversos projectos de integração regional e de regulação global – mas todos procurando encontrar o sistema institucional adequado para operar com os fluxos que formam as redes de conectividade.

Períodos	Configurações	Características estruturais
XV-XVI	Estado soberano	• Libertação da tutela da igreja • Centralização do poder • A dinastia configuradora da nação
XVII	Estado comercial	• Entidade económica autónoma • Mercado livre interior • Fronteiras aduaneiras • Liberdade de acesso às fontes de matérias-primas
XVIII-XIX	Estado liberal	• Formalização do direito e da constituição • Garantia dos direitos jurídicos objectivos • Garantia dos direitos individuais
XIX-XX	Estado nacional	• Comunidade popular natural • Origem e memórias comuns • Sistema político representativo • Mobilização patriótica • Serviço militar obrigatório
XX-XXI	A nova mutação	• Do sistema europeu de Estados nacionais para a integração dos mesmos na escala global • Integração e mundialização dos mercados • A dinâmica dos fluxos, estruturante da globalização

As clivagens no processo de globalização

A formação de redes de conectividade, que superam as fronteiras nacionais e que dependem da sua viabilidade competitiva, altera as tradicionais clivagens políticas estruturadas por políticas distributivas no espaço nacional

O processo de globalização força a mudança na configuração do Estado, mas também altera o modo de formação das clivagens políticas quando o alargamento do campo de acção (com a internacionalização pela via das redes de conectividade) altera o grau de autonomia e de influência dos grupos sociais nacionais e, por outro lado, abre o espaço interno à penetração por operadores externos (que passam a fazer parte dos sistemas de forças internas).

As quatro crises que se identificam no processo de globalização (crise do Estado nacional, crise do Estado Providência, crise fiscal do Estado e crise de orientação estratégica) são crises de transição entre a configuração que se conheceu no passado e a configuração futura que resulta destas crises.

Nas oposições polarizadas que diferenciam os programas políticos, **o maior valor estratégico está na competição, na integração, na mobilidade, na avaliação do risco, na preferência dos contribuintes e dos jovens, na sustentabilidade financeira, na preferência pela fiscalidade e pelo princípio da viabilidade, na promoção do movimento, da inovação, da flexibilidade e na promoção de estruturas dissipativas que difundam em cada sociedade as condições da competição estratégica.**

Tema estratégico	Clivagens políticas	Tipo de crise política
Globalização	• Proteccionistas/competitivos • Nacionalistas/integracionistas • Sedentários/nómadas	Crise do Estado nacional
Modelo social	• Segurança/risco • Pensionistas/contribuintes • Idosos/jovens • Direitos adquiridos/ sustentabilidade financeira	Crise do Estado providência
Modelo orçamental	• Endividamento/fiscalidade • Princípio da confiança/princípio da viabilidade	Crise fiscal do Estado
Modelo de desenvolvimento	• Ordem/movimento • Repetição/inovação • Estatuto corporativo/ flexibilidade competitiva • Dirigismo centralizado/ estruturas dissipativas	Crise de orientação estratégica

Evolução dos factores de hegemonia e os tipos de poder

A evolução das configurações do Estado é o resultado da alteração do factor de hegemonia no sistema de relações internacionais, a que corresponde a alteração do tipo de poder que é dominante

O factor de hegemonia na globalização competitiva será constituído pelo domínio dos fluxos (de capitais, de mercadorias, de serviços e de pessoas) e pela capacidade para construir e gerir as redes de conectividade formadas entre centros competitivos.

Será um tipo de poder de geometria e geografia variáveis, que se afirma no espaço global e se articula com as formas de poder existentes a nível local, subordinadas ao que forem as estratégias globais.

O factor de hegemonia nas sociedades tradicionais decorria da combinação de território, população e recursos, naturais e humanos. O tipo de poder que corresponde a este factor de hegemonia é o poder militar, na medida em que é ele que assegura a integridade destas fontes de valor estratégico e impede a sua penetração ou apropriação por interesses externos.

Depois da expansão europeia do século XV, o factor de hegemonia passou a ser o controlo das rotas de circulação e o objectivo central de cada um dos sucessivos poderes hegemónicos (os poderes ibéricos, a Holanda, a Inglaterra, os Estados Unidos da América) foi estabelecer uma ordem mundial que assegurasse a livre circulação dos produtos e o acesso às fontes de matérias-primas. O papel do poder militar não deixou de existir, mas passou a estar dependente da sua capacidade de projecção no espaço mundial, protegendo as rotas comerciais.

Na globalização competitiva, o factor de hegemonia passou a ser a mobilidade, como condição de exploração das oportunidades económicas com maior potencial competitivo, mas o tipo de poder que lhe corresponde não está associado a espaços nacionais, mas sim a centros competitivos que formam redes de conectividade articuladas em programas estratégicos comuns.

Factor de Hegemonia	Tipo de Poder
Território, população e recursos	Militar
Circulação	Ordem mundial que assegure a livre circulação de produtos
Mobilidade	Fragmentação em espaços regionais em torno de centros competitivos

A escala dos espaços

Dos espaços nacionais para os fluxos

O espaço do Estado nacional continua a ser o que existe na memória das sociedades, mas perdeu a sua relevância na identificação do actual campo de possibilidades. O tempo necessário para a passagem de um padrão para o outro é indeterminado, porque depende da resistência à mudança e da capacidade de mobilização social para o padrão novo (o dos espaços regionais e globais).

O Passado	O Futuro
A Sociedade dos Espaços Sociedade Fechada	**A Sociedade das Regiões e Global** Sociedade Aberta
• Delimitado por fronteiras e dotado de uma condição de legitimidade do poder político • Controlo da mobilidade dos factores • Controlo do efeito do tempo	• Cartografia dos territórios estabelece uma diferenciação por soberanias • Espaços nacionais contíguos são representados por cores diferentes
• Alianças entre Estados • Acordos multilaterais • Espaços de livre circulação	• Formados por acordos entre Estados • Correspondem a estratégias políticas e económicas e diferenciam-se por especializações, de modo a que a competitividade conjunta possa ser superior ao somatório das competitividades de cada Estado-membro
• Mobilidade dos factores e dos centros de decisão • Capacidade competitiva, conquista de quotas de mercado e circulação de capitais • Estruturas de poder sem quadros institucionais reguladores	• Constituídos por fluxos • Cartografia definida por relações de atracção e repulsão • Diferenciados por graus de competitividade e funcionalidade de cada ponto no conjunto, onde se articulam capacidades produtivas competitivas com capacidades funcionais de serviços e de apoio à circulação

Dinâmica dos espaços

A comparação dos campos de possibilidades

O Estado nacional estrutura o seu campo de possibilidades e a sua estratégia no território integrando as populações dentro do espaço delimitado pelas suas fronteiras, com legitimidade para impor normas de administração e de regulação, controlando a mobilidade dos factores.

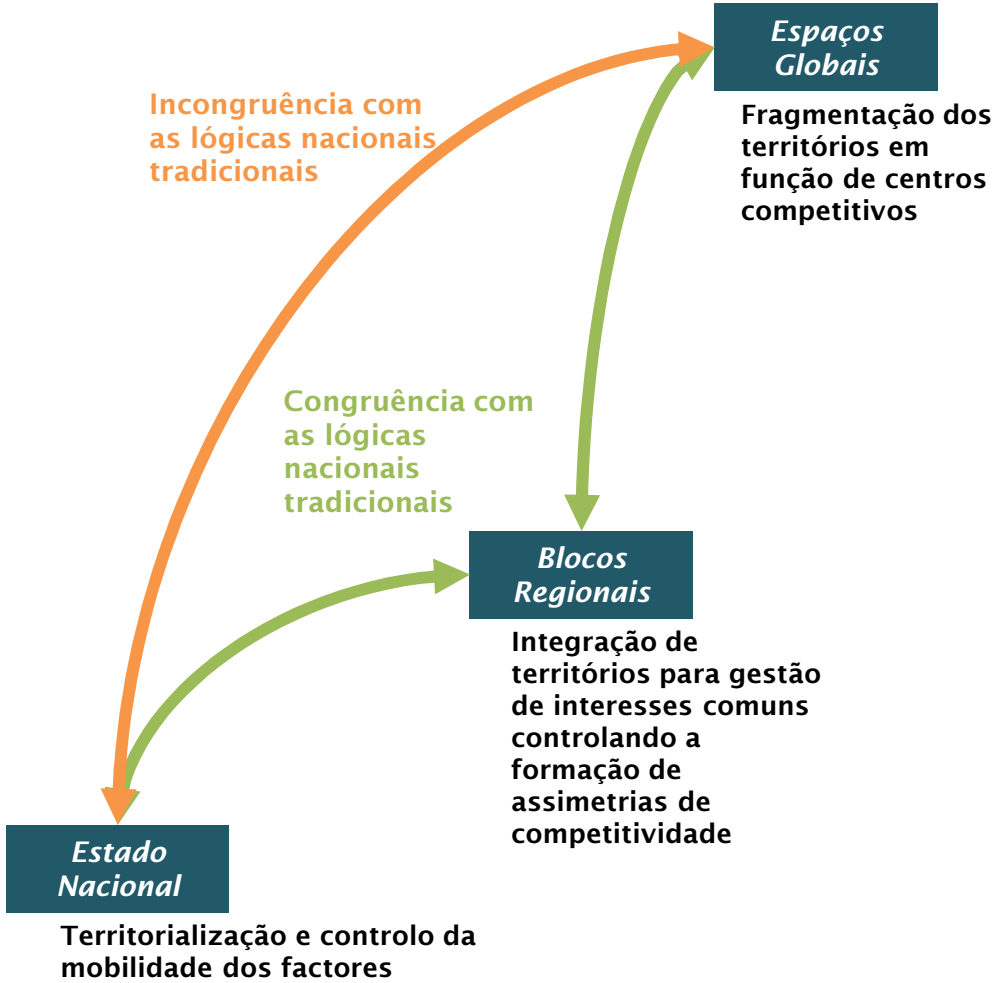
Os blocos regionais unem territórios e legitimidades nacionais para a gestão de interesses comuns – o que é compatível com o campo de possibilidades dos Estados nacionais integrados, até que, por exemplo, uma união monetária revele a evolução assimétrica dos diferentes Estados-membros.

Os espaços globais estruturam os seus campos de possibilidades fragmentando os territórios em função da existência de centros competitivos, o que é incompatível com os Estados nacionais (porque segmenta os seus territórios) e provoca uma segmentação dos blocos regionais, que passam a ter uma geometria variável em função dos diferenciais de competitividade.

A conectividade do futuro reconfigura os tradicionais espaços nacionais, estruturando-os em espaços regionais e globais.

Os novos espaços sob os quais assenta a conectividade são formados com base na diferenças de competitividade e especialização em detrimento das fronteiras e legitimidade do poder político.

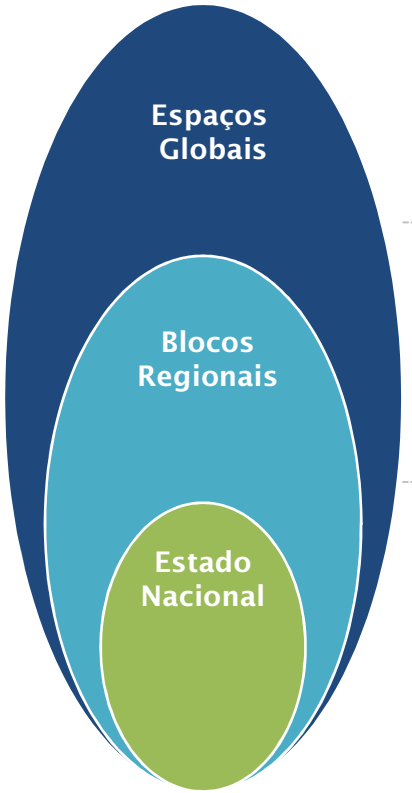
A incongruência entre os espaços globais e o Estado nacional é gerada pelo efeito da moeda comum (moeda única ou moedas de câmbios ligados)



Riscos estratégicos na globalização competitiva

Vantagens competitivas e vulnerabilidades estruturais

Cada campo de possibilidades estruturado nas três escalas (nacional, regional e global) tem diferentes tipos de riscos associados: isolamento, divergência, irrelevância:



Contexto	Risco	
A racionalização estratégica por análise comparativa de competitividades, com estruturação e regulação sectorial especializada.	**Risco de irrelevância**	As economias nacionais que não tiverem condições de atractividade e de conectividade tornam-se irrelevantes nos blocos regionais e nos espaços globais, ficando o poder político nacional sem condições para assegurar a sua legitimidade democrática.
Organização de plataformas de interesses comuns com a finalidade de construir escala e dispondo de um centro regulador de uma moeda comum.	**Risco de divergência**	A criação de escala que é útil para as economias competitivas é negativa para as que perdem posição nessa comparação, ficando sem condições para apelar à intervenção do centro regulador e já não podendo utilizar os meios de controlo da mobilidade dos factores e da moeda que existiam na estrutura do Estado nacional.
Legitimidade democrática de um poder nacional soberano a que está associada a memória e a expectativa social de uma função de regulação proteccionista, com controlo da mobilidade dos factores e com gestão de uma moeda nacional.	**Risco de isolamento**	Na medida em que a regionalização e a globalização implicam respeitar as condições das quatro liberdades de circulação (de capitais, produtos, serviços e pessoas) existe o risco de isolamento quando o poder nacional soberano deixa de poder controlar a mobilidade dos factores e perde a função reguladora da moeda nacional e da taxa de câmbio.

Globalização e "localização"

O paradoxo do poder dos fluxos: precisa de se "localizar" para gerar valor pela competição, o espaço dos fluxos precisa do espaço local ou dos campos de acção

" O espaço das redes de conectividade é o modo de articulação entre três elementos:

- *Os locais onde se localizam as actividades e as pessoas que as realizam;*
- *As redes de comunicação que ligam estas actividades;*
- *O conteúdo e a geometria dos fluxos de informação que estruturam as actividades em termos funcionais e de orientação estratégica."*

(Manuel Castells, Communication Power, Oxford University Press, 2009, 2013.)

Apesar da diferença de escalas e de condições de racionalização, os três campos de possibilidades (o Estado nacional, os blocos regionais e os espaços globais) têm relações entre si e a qualidade da sua articulação depende da harmonia estratégica entre os três.

Neste sistema de relações entre as três escalas espaciais, atractividade e conectividade são valores estratégicos complementares e igualmente necessários, que exigem o controlo de três riscos de descoordenação:

Descoordenação entre estratégias sectoriais de competição global e as condições locais de produção em termos de equipamentos e concentração de recursos qualificados.

Descoordenação entre normas regionais e condições nacionais ou entre normas regionais e condições de competitividade global.

Descoordenação entre as expectativas sociais locais e as condições estratégicas regionais e globais.

O global está "ancorado" no local: o capital e os recursos qualificados deslocam-se no espaço, mas têm de se localizar num espaço concreto, em determinado momento do tempo, para gerarem valor.

Regimes de mobilidade dos factores

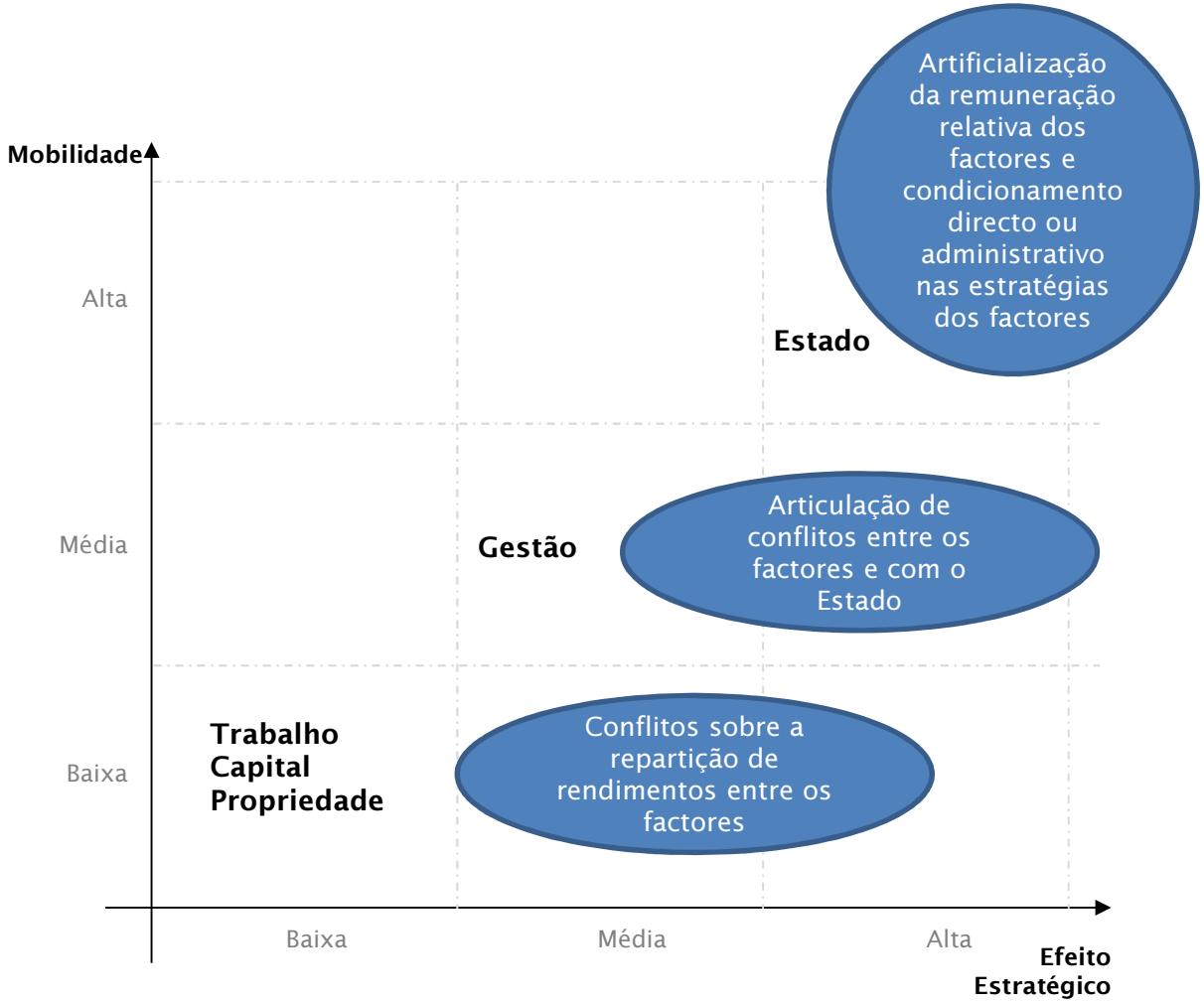
Graus de mobilidade e o efeito estratégico dos factores nas economias nacionais

O trabalho, a propriedade e o capital têm uma mobilidade e um efeito estratégico baixos porque a sua deslocação e transacção estão sujeitas a autorização administrativa. Encerrados dentro de fronteiras, a sua relação é conflitual nas disputas sobre as suas remunerações relativas.

O Estado tem a maior mobilidade (é o interlocutor reconhecido nas relações internacionais) e tem o maior efeito estratégico (determina a remuneração relativa dos factores e condiciona as estratégias dos factores).

A gestão tem um efeito estratégico duplo de articulação dos conflitos entre os factores (para assegurar a viabilidade das actividades empresariais) e de articulação dos conflitos com o Estado (para assegurar que o efeito estratégico do Estado seja compatível com a viabilidade das actividades empresariais).

Nas condições das economias nacionais, com moeda própria e com fronteiras administrativas, o Estado estrutura um campo de possibilidades artificial através do exercício das soberanias política e económica.



Regimes de mobilidade dos factores

Graus de mobilidade e os efeitos estratégicos nas economias globalizadas

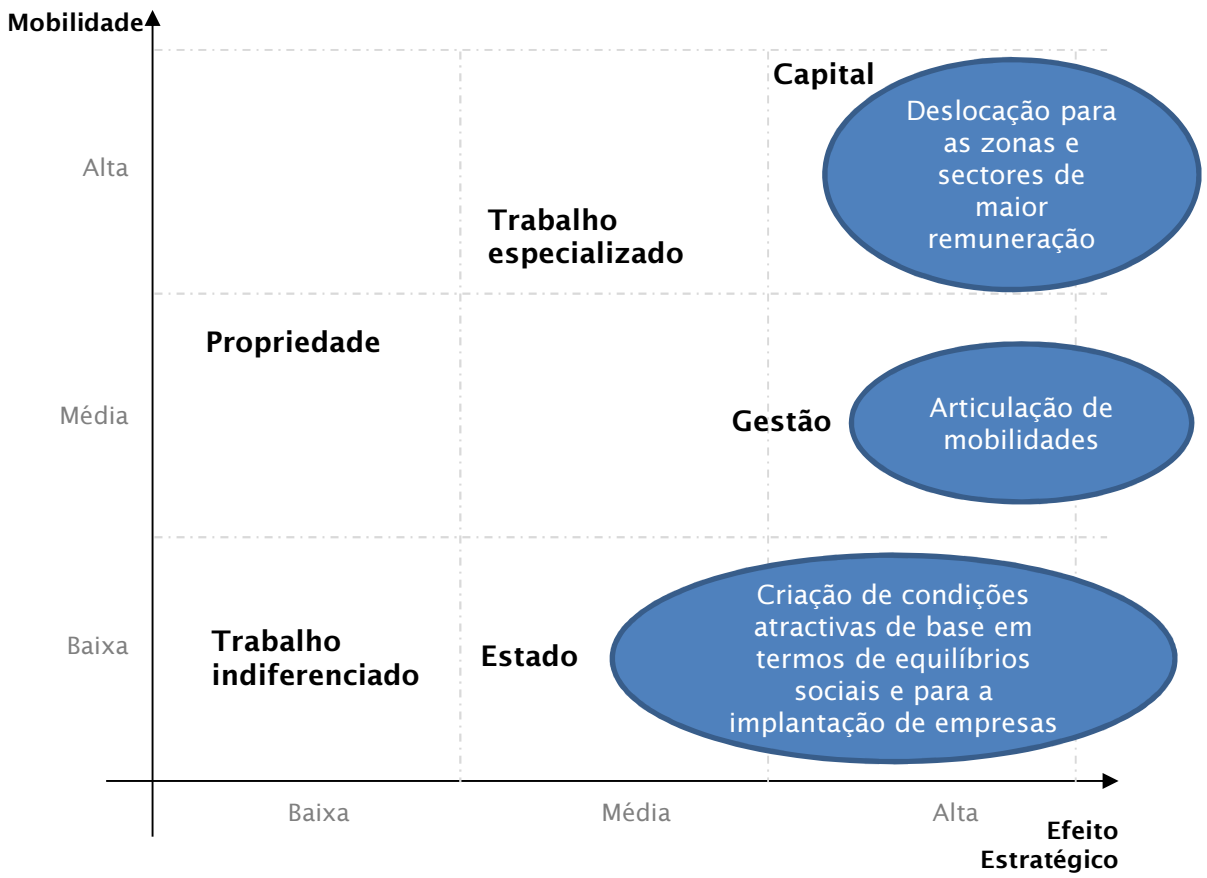
Nas economias abertas e globalizadas é o capital que tem maior mobilidade e maior efeito estratégico, deslocando-se para as zonas e sectores com melhores condições de remuneração.

O Estado perde mobilidade e efeito estratégico, ficando condicionado a criar condições atractivas para o capital e trabalho especializado em termos de equilíbrios sociais e de factores favoráveis para a implantação de empresas e sectores.

A gestão aumenta o seu efeito estratégico por via do papel que ocupa na articulação de mobilidades, sobretudo em relação aos movimentos do capital e do trabalho especializado, mas também na deslocalização das empresas na procura das melhores condições de produção.

O trabalho indiferenciado permanece numa posição de baixa mobilidade e de baixo efeito estratégico, mas o trabalho especializado tem maior mobilidade e maior efeito estratégico.

A propriedade aumenta a sua mobilidade, na medida em que as suas transacções se libertam das autorizações administrativas.

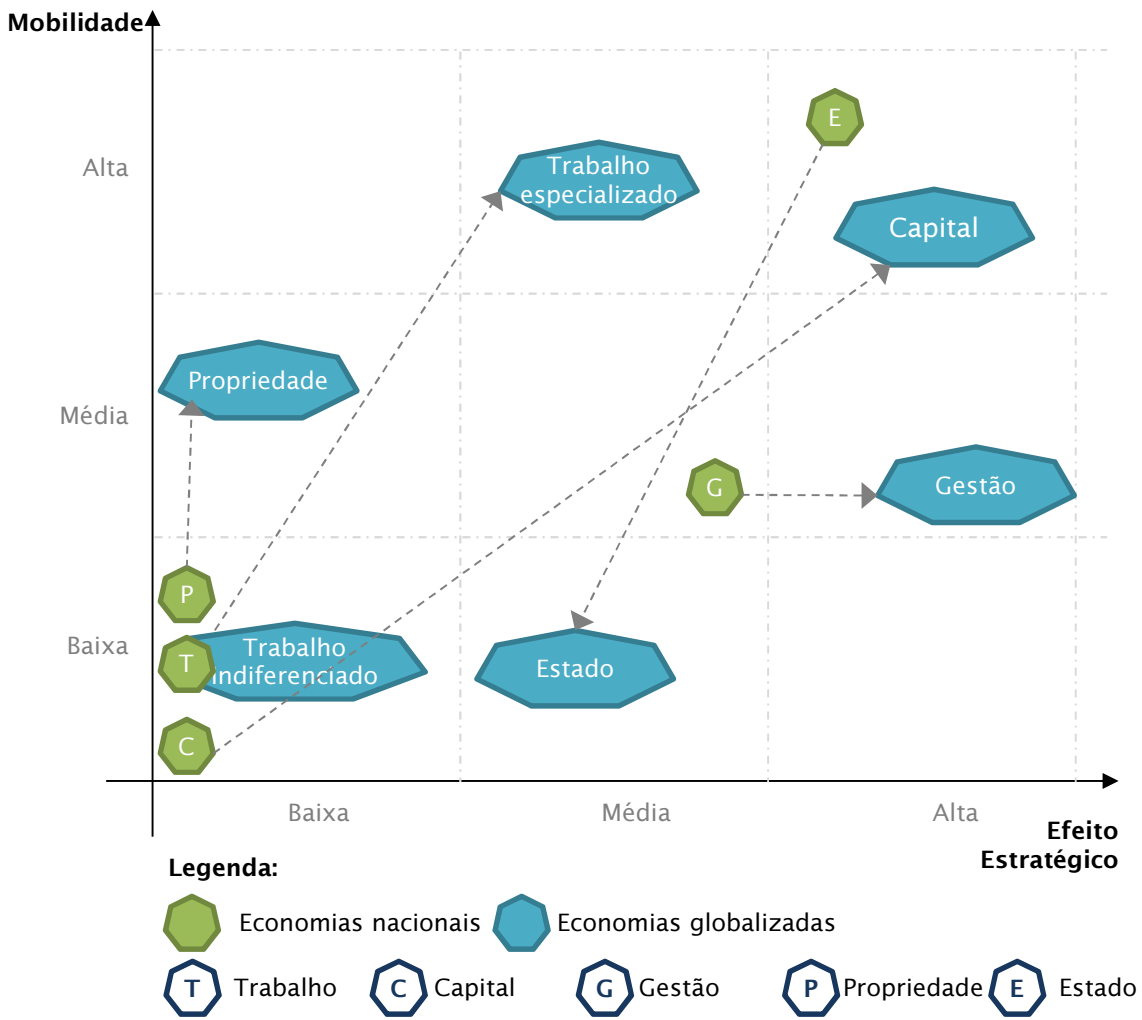


Regimes de mobilidade dos factores

"Saldos" de mobilidade das economias nacionais para as economias globalizadas

A evolução do regime das economias nacionais para o regime das economias globalizadas altera o campo de possibilidades porque altera as propriedades dos factores:

- O **capital**, a **gestão** e o **trabalho** especializado ganham mobilidade e efeito estratégico;
- O **Estado** perde mobilidade (porque perde relevância externa e interna) e perde efeito estratégico (deixa de poder artificializar e garantir as remunerações relativas dos factores dentro das fronteiras nacionais);
- A **gestão** aumenta mobilidade e efeito estratégico porque racionaliza a formação e a direcção dos fluxos que operacionalizam as quatro liberdades da circulação dos produtos, das pessoas, dos serviços e dos capitais;
- A **propriedade** aumenta a sua mobilidade porque existe liberdade de transacção, mas a isso não corresponde um aumento do seu efeito estratégico.



Regimes de conectividade

Os padrões de conectividade em função da escala das economias

Padrão de conectividade	Escala da economia
Nacional	• Aumento da densidade do tecido empresarial através do aumento das relações intersectoriais • Programa de economias nacionais completas, com representação e todos os sectores dentro de um modelo de autonomia • Incorporação de população transferida do sector primário para o secundário e para o terciário • Sistema de relações de comércio internacional
Imperial	• Padrão de complementaridade da economia metropolitana com os mercados e as fontes de matérias-primas coloniais • Estruturação de espaços estratégicos com conectividades cruzadas de modo a criar valor com as relações de complementaridade • Espaços estratégicos vulneráveis à penetração por agentes externos
Integrado	• Acordos de bloco regional com estruturação de instituições comuns, de uma moeda única ou de moedas de câmbios ligados e de uma distribuição de especializações dentro desse espaço comum • Padrão vulnerável à formação de assimetrias de competitividade que geram desequilíbrios financeiros quando aquelas assimetrias não podem ser compensadas com alterações cambiais
Globalizado	• Estrutura variável e mutável, em função das alterações das competitividades relativas das economias e dos incidentes locais que alteram o grau de atractividade de cada ponto • Padrão vulnerável à formação de assimetrias de competitividade, com a polarização de regiões de excedentes e regiões de défices

Abertura e integração: - → +

Regimes de conectividade, espaços estratégicos e factores de produção

Extensão das redes de conectividade e modelos de desenvolvimento

As redes de conectividade estruturam os espaços estratégicos que dão corpo aos modelos de desenvolvimento – mas quando os padrões das redes de conectividade mudam, os modelos de desenvolvimento aplicáveis aos espaços estratégicos também terão de mudar. Contudo, os modelos de desenvolvimento não dependem apenas da escala dos espaços estratégicos, dependem também dos graus de mobilidade dos factores de produção.

Abertura e integração: - → +

Padrão de conectividade	Espaços estratégicos	Mobilidade dos factores de produção	Modelo de desenvolvimento
Nacional	• Regime de moeda própria, com fronteiras administrativas e barreiras proteccionistas • Dependência do mercado interno	• Determinada por controlos administrativos • Conflitualidade de repartição de rendimentos regulada por acordos tripartidos	• Economia completa para assegurar a autonomia do espaço nacional protegido • Regime de contrato social de garantia interna
Imperial	• Extensão ao espaço imperial das normas e barreiras nacionais	• Condicionamento administrativo da circulação dos factores de produção dentro do espaço imperial	• Extensão do mercado interno metropolitano a mercados protegidos com garantia de acesso a matérias-primas
Integrado	• Regime de moeda comum • Critérios a respeitar na área da moeda comum • Condição de estabilidade: correcção das assimetrias de competitividade	• Regime das quatro liberdades de circulação (de produtos, serviços, pessoas e capitais) • Maior mobilidade do capital	• Economia de sectores em função da competitividade nas cadeias de valor • Especializações complementares no espaço integrado
Globalizado	• Regime de competição cambial • Espaços de competitividade convergente • Condições de atractividade diferenciadas pela competitividade • Qualidade da plataforma económica e das infraestruturas de conectividade	• A maior mobilidade do capital é instrumental dos graus de mobilidade dos outros factores nos processos de atracção e de deslocalização	• Economias de configuração variável em função da competitividade e da remuneração do capital • Contrato social indexado à competitividade

Conectividade na geografia económica

Localização, redes sectoriais, competitividade conjunta e especializações

Uma economia nacional era uma economia completa, com as suas redes de conectividade centradas nas ligações intersectoriais internas, com um campo de possibilidades estruturado pela escala do mercado interno e pelo grau de desenvolvimento da economia.

Uma economia globalizada é uma economia de especializações sectoriais (que estruturam a sua base de exportação) com sectores de mercado interno que complementam e tornam possíveis as especializações sectoriais, com os seus campos de possibilidade variáveis em função da competitividade continuada das especializações sectoriais e da sua capacidade de financiamento dos sectores do mercado interno.

	Nacional (completa)	Global (sectores)
Localização	• Preenchimento das lacunas nas relações intersectoriais • Substituição de importações	• Integração em cadeias de valor globais • Função de investimentos iniciais que induzam complementaridades sectoriais
Redes sectoriais	• Complementaridades tecnológicas • Dependência da protecção para as indústrias nascentes • Expectativa de estabilidade contratual e de protecção política a longo prazo	• Complementaridades competitivas • Dependência das alterações dos campos de possibilidades • Sensibilidade ao grau de flexibilidade para resposta a variações dos campos de possibilidades
Competitividade conjunta	• Avaliação dos custos comparados para escolha entre produção local e importação	• Avaliação de competitividade comparada para selecção dos sectores
Especializações	• Limites à concorrência no campo de possibilidades na escala do mercado interno • Crescimento equilibrado lento • Conectividade interna	• Especializações sectoriais estabelecidas para a escala do mercado global • Crescimento sectorial rápido • Efeitos de indução para sectores complementares e para a base do mercado interno

Conectividade: uma visão assente nos espaços

Em suma: as Economias de espaços, economias de fluxos e mobilidade dos factores

No passado, as economias caracterizavam-se como "Economias de Espaços" - economias nacionais delimitadas por fronteiras (políticas, monetárias e administrativas), em que a expansão do sistema económico obedece ao padrão das relações intersectoriais, tendo como finalidade a formação de uma economia completa.

- O critério da atractividade era secundário e o critério da conectividade era limitado às relações intersectoriais dentro da economia nacional, com os objectivos de diminuir a dependência das importações e de assegurar a maior autonomia de uma economia onde todos os sectores estavam representados, independentemente da sua competitividade relativa;
- A mobilidade dos factores é muito reduzida e sujeita a autorizações administrativas dos poderes nacionais e a soberania política está ligada à gestão de uma moeda nacional.

As economias tornaram-se progressivamente mais abertas e as "Economias dos Espaços" foram substituídas por "Economias de Fluxos".

A economia completa das economias dos espaços passa a ser uma economia de sectores nas economias de fluxos

- Operam em regime de globalização competitiva, sobretudo se integradas numa união monetária ou numa união cambial;
- A expansão do sistema económico processa-se pela formação de centros competitivos e pela complementaridade de especializações entre as economias nacionais, fragmentando e reestruturando os espaços económicos nacionais em redes de ligações entre empresas e sectores.

Nestas "Economias de Fluxos", **a qualidade da política económica depende**:

- da **eficácia e funcionalidade dos dispositivos de transmissão** que articulam as decisões políticas com a fragmentação dos centros competitivos integrados em redes sectoriais transnacionais;
- da **diferenciação das condições de operação das empresas e sectores** que integram redes de ligação com outras empresas e outros centros competitivos localizados em sistemas económicos que se integram em áreas de influência de diferentes políticas económicas;
- da **exploração da complementaridade entre estes dois vectores estratégicos**: se a atractividade é favorecida pelas localizações que oferecerem maior potencial de conectividade, também é a conectividade que atrai investimentos, competências e empresas que procuram aproveitar as condições de expansão que cada plataforma oferece.

Redes de conectividade na zona euro

Uma zona de moeda única com diferenciais de competitividade precisa de seleccionar áreas e sectores de especialização para estabelecer os equilíbrios internos

Uma moeda comum implica uma política monetária e cambial comum que, em conjunto, revelam as diferenças de competitividade entre espaços e geram assimetrias nos movimentos de capital se não houver uma estratégia comum de promoção da convergência nos indicadores de competitividade dos diferentes países que a integram e, em primeira linha, dos custos unitários de trabalho.

Uma união de transferências não corrige os diferenciais de competitividade e não cria unidade estratégica para o espaço económico da zona de moeda comum.

A antecipação do que serão os dispositivos de políticas comuns associados à gestão da moeda única é configuradora das decisões estratégicas em cada ponto da rede de conectividade.

A eficácia da autoridade orçamental comum depende da sua capacidade para estabelecer a harmonização fiscal e a convergência dos custos unitários do trabalho.

Com estes três pilares, terá meios para impor limites nos défices e na dívida, poderá emitir títulos de dívida europeus que financiem os programas de investimento e os programas de ajustamento, realizando, por via indirecta e sujeita a condicionalidades, o que seria uma união de transferências onde seria difícil impor as condicionalidades da convergência.

Estes três pilares permitem estabelecer a distribuição das especializações competitivas na área da moeda comum, ao mesmo tempo que permitem estabelecer constrangimentos aos movimentos especulativos de capitais que se desenvolvem entre regiões de excedentes e regiões de défices.

Redes de conectividade de Portugal na economia global

O papel dos canais de transmissão nas dinâmicas de expansão e de globalização

A expansão portuguesa, a partir do século XIV, pode traduzir-se como um projecto europeu que seleccionou a Península Ibérica como plataforma especializada para essa finalidade estratégica. Neste contexto, as configurações imperiais europeias foram as redes de conectividade que estabeleceram o domínio europeu, usando como canais de transmissão os Estados nacionais.

O projecto de formação de uma União Europeia aparece na sua forma inicial durante a década de 1930, como contraponto à fórmula imperial e como resposta à eventualidade de enfraquecimento das conectividades coloniais dos Estados europeus: as redes que asseguravam o domínio na escala mundial seriam reconvertidas na formação de uma soberania europeia por partilha cooperante de soberanias nacionais.

As consequências da Segunda Guerra Mundial (de facto, o segundo episódio de uma guerra civil europeia) confirmam o quadro de possibilidades antecipado na década anterior e marcam o fim da configuração dos Estados nacionais europeus como centros de conectividade de domínio mundial.

A formação da Comunidade Económica Europeia e a sua evolução até à União Europeia formam um bloco regional, mas ainda não geram o campo de possibilidades de um espaço global: as diferenciações nacionais ainda são mais fortes do que a integração regional.

É a decisão de adoptar uma moeda única, constituindo uma área monetária comum, que altera o campo de possibilidades no espaço europeu, alterando também a natureza inicial do projecto da União Europeia: em lugar da convergência institucional para regular a partilha de soberanias nacionais dos Estados-membros, a união monetária revelou as diferenças de competitividade e criou a dinâmica de assimetrias entre as regiões de excedentes e as regiões de défice que, na ausência de política cambial, implica a existência de coordenação económica e de convergência de factores de competitividade para ser controlada e neutralizar os movimentos especulativos de capitais.

Mais uma vez, Portugal é integrado num projecto europeu que tem por finalidade participar num processo de globalização, mas agora quando a iniciativa da expansão não tem por centro a Europa, antes é esta que tem de se adaptar às forças mundiais da globalização. **O poder da Europa depende da sua capacidade de coordenação do seu potencial de crescimento económico e isso implica resolver a crise induzida pela moeda única. Mas se esse objectivo for atingido, o seu potencial estratégico depende da capacidade para instalar os canais de transmissão que concretizem as redes de conectividade da Europa na economia global no que será um novo processo de expansão**.

Padrão da economia nacional e conectividade imperial

Impérios territoriais e redes de mobilidade dos factores

As redes de conectividade no padrão da economia nacional estavam segmentadas por filtros administrativos que limitavam a mobilidade dos factores: os movimentos de capitais estavam sujeitos a autorização prévia, as mercadorias tinham de passar por barreiras alfandegárias, os serviços e os recursos humanos tinham a sua mobilidade subordinada a acordos internacionais e autorizações administrativas.

As redes de conectividade no padrão imperial eram formadas pela projecção no espaço do padrão da economia nacional, que conservava a função de centro da conectividade imperial e administrava as normas diferenciadoras entre a metrópole e as unidades coloniais. Esta projecção do padrão nacional no padrão imperial configurava estratégias de desenvolvimento específicas de cada centro metropolitano, com uma complementaridade que permitia a expansão e a criação de novos mercados e permitia o acesso a matérias-primas com a organização de empresas de transporte protegidas por normas de exclusividade.

O fim da era dos impérios não significou o retorno ao padrão nacional, porque o corte das redes de conectividade estruturadas no padrão nacional-imperial obrigava a procurar modalidades de conectividade que substituíssem as anteriores, para que não fosse destruído o nível de desenvolvimento atingido pelas economias metropolitanas quando estas ficaram sem as suas redes de conectividade protegidas. As negociações de liberalização do comércio internacional e a iniciativa de formação de blocos regionais de integração das economias nacionais foram dois processos de compensação para a perda das redes de conectividade imperial.

As redes de conectividade do padrão da economia nacional e do padrão imperial eram estruturas espaciais, configuradas e reguladas por normas administrativas e militares coordenadas por centros metropolitanos. As redes de conectividade das regiões de integração económica e nos mercados globalizados são estruturas de forma variável porque são configuradas por fluxos (que resultam das quatro liberdades de mobilidade dos factores) e a sua organização e regulação depende dos centros competitivos para onde convergem esses factores.

O papel tradicional dos Estados como factores de diferenciação dos espaços através das fronteiras, garantidas pelo poder militar e pela autoridade da soberania, é transferido para os agentes da mobilidade nos mercados globalizados, onde têm um papel central os fundos financeiros que operacionalizam a circulação do capital e a localização das especializações em função do critério da competitividade.

Conectividade financeira e regulação bancária

Transmissão monetária e difusão de uma crise de endividamento através dos balanços dos bancos

A crise económica iniciada em 2008 formou-se e desenvolveu-se em dinâmicas de conectividade financeira permitidas e toleradas por deficiências de regulação bancária, com consequências nos já conhecidos desequilíbrios dos balanços dos bancos (imparidades acumuladas depois de um longo período de aplicações especulativas, mantidas fora do balanço através da inovação dos produtos financeiros derivados, com o objectivo de reduzir o risco e de não realizar aumentos de capital dos bancos). Esta situação foi mantida até que os desequilíbrios acumulados pela facilidade de acesso a crédito a juros baixos generalizou a perda de confiança nos mercados interbancários e bloqueou a circulação financeira.

Esta é uma crise formada pela conectividade financeira, que se difundiu pelos canais de transmissão monetária e que gerou vários processos perversos que dificultam agora a reconstituição do equilíbrio.

A tendência deflacionista absorve as injecções monetárias que deveriam provocar inflação, dificultando a absorção da dívida acumulada e a correcção das imparidades nos balanços dos bancos.

As taxas directoras dos bancos centrais próximas de zero, quando não há inflação, não estimulam o investimento e voltam a promover o recurso a aplicações especulativas da liquidez existente, na procura da remuneração que o investimento em capacidade produtiva não oferece.

A diminuição da taxa de crescimento potencial não abre oportunidades novas para investimento e para a valorização dos activos existentes, não oferecendo condições favoráveis para a absorção da dívida acumulada.

A pressão continuada sobre os movimentos de capitais, gerada pelas assimetrias nas correntes comerciais e que se traduz em divergências entre regiões de excedentes e regiões de défices, é amplificada pela persistência de défices primários nos orçamentos públicos, com necessidade crescente de soluções para o financiamento das políticas sociais influenciadas pelo envelhecimento, pelas despesas de saúde e pela protecção no desemprego.

A relação entre a base monetária, a criação de crédito, a evolução dos rendimentos nominais, a taxa de crescimento da economia e as pressões deflacionistas é instável e prejudica o funcionamento dos dispositivos de transmissão da política monetária, em especial porque o aumento da oferta monetária é compensada pela diminuição da velocidade de circulação da moeda, aumentando as reservas de liquidez nos bancos e nas empresas que não se traduzem em aumento do crédito, nem em investimentos em capacidade produtiva.

Conectividade financeira, assimetrias de competitividade e os bancos

Capital dos bancos, operações fora do balanço e imparidades

A conectividade financeira oferece condições favoráveis para a fluidez dos movimentos de capitais, dirigindo-os para as zonas e sectores mais competitivos. Mas também difunde e acentua os desequilíbrios que se formam por deficiências na regulação bancária, tornando necessária a concepção e instalação de novos dispositivos de coordenação das políticas monetárias e dos movimentos de capitais.

Dois dispositivos centrais da regulação dos mercados financeiros são o constrangimento dos rácios de capital na expansão da produção dos bancos e a existência de um pagador em última instância com poder financeiro suficiente para responder a uma crise de liquidez.

A conectividade financeira tem duas vertentes. Uma promove a deslocação de capitais para onde houver melhores condições de remuneração. Outra amplifica as assimetrias de competitividade até ao ponto de provocar desequilíbrios que se acumulam até à formação de crises de grande intensidade.

Em contextos de globalização, com liberdade de circulação de capitais, a conectividade financeira amplifica as crises financeiras quando tiver sido violado o constrangimento dos rácios de capital e quando o pagador em última instância não tiver liberdade de intervenção na escala necessária para resolver as imparidades e corrigir a insuficiência de liquidez quando se generaliza a desconfiança nas relações interbancárias.

A estruturação de créditos em produtos derivados tinha como justificação formal a redução do risco pela diferenciação dessas carteiras, mas teve como efeito real a organização de operações fora do balanço, que superavam o constrangimento dos rácios de capital, permitindo o crescimento do produto bancário sem exigir os correspondentes aumentos de capital. Onde a autoridade monetária central tinha um mandato indefinido para situações de assimetria entre regiões de excedentes e regiões de défice e não podia usar dispositivos de transferências que compensassem a rigidez cambial de uma moeda única – como aconteceu na zona Euro – os movimentos de capitais tornam-se pró-cíclicos por efeito dos diferenciais de taxa de juro efectiva, tornando inoperante a política monetária das taxas de juro directoras muito baixas.

A crise de balanços dos bancos, inicialmente alimentada pelas imparidades dos seus créditos às empresas e às famílias, mas também pela perda de controlo dos produtos derivados, é depois amplificada pelas imparidades nas dívidas soberanas por efeito da subida das taxas de juro efectivas e pela falta de liquidez na colocação de novos títulos de dívida.

A potencialidade de amplificação de crises pela conectividade financeira é maior onde o aumento da actividade bancária provocar insuficiências de capital, onde a autoridade monetária central não tiver mandato e instrumentos de regulação e de intervenção e onde as assimetrias de competitividade desencadearem movimentos de capitais que acentuam essas assimetrias em vez de as corrigir.

Conectividade financeira e um mercado europeu competitivo

Moeda comum, convergência de competitividades e função do Banco Central

O centro das redes de conectividade financeira numa zona monetária comum é o Banco Central.

Uma zona monetária comum estabelece um campo de possibilidades de conectividade financeira natural: **a política monetária única pressupõe que haja convergência dos indicadores de competitividade em todo esse espaço, para que se evitem as movimentações de capital das zonas mais competitivas (que geram excedentes) para as zonas menos competitivas (que têm défices)** que irão aumentar o endividamento das zonas menos desenvolvidas e fomentar aplicações especulativas que, por seu turno, põem em causa a política monetária comum (porque as diferenciações das taxas de risco vão introduzir distorções na taxa de juro directora comum).

O centro das redes de conectividade financeira numa zona monetária comum é o Banco Central, que não pode estruturar essa zona monetária se limitar as suas funções à coordenação os mercados monetários nacionais através dos bancos centrais nacionais. O Banco Central da zona monetária comum é o configurador em última instância desse mercado comum, o que implica que tenha poderes para regular a taxa de inflação e para conduzir as políticas de convergência de competitividade quando as diferentes economias nacionais têm de respeitar uma política monetária comum.

Na concepção inicial da integração comunitária como um padrão de partilha de soberanias, a função do Banco Central podia ficar limitada a um mandato de regulação da inflação e de garantia de liquidez através da sua coordenação de contas correntes com os bancos centrais nacionais que participam nesse Banco Central. Com a passagem da integração comunitária para a fase da moeda comum e, portanto, de uma política monetária única, a responsabilidade do Banco Central alarga-se porque a defesa da estabilidade da moeda comum exige que sejam controladas as assimetrias de competitividade que induzem movimentos de capitais especulativos que escapam ao controlo dos operadores e dos reguladores.

A zona monetária comum estabelece redes de conectividade financeira que têm dinâmicas muito diferentes do que foi a experiência de regulação das relações financeiras na época das moedas nacionais, das restrições à livre circulação de capitais e das diferenciações das taxas de câmbio e de juros.

Formação de activos de qualidade para a conectividade financeira

Áreas e sectores de atractividade financiados pelas redes de conectividade financeira

Quando foi tomada a decisão política de constituir a Zona Euro, na sequência de uma alteração das condições geoestratégicas na Europa, o processo da globalização competitiva e a formação de redes de conectividade de fluxos ainda estavam nas suas fases iniciais. Porém, a evolução da globalização e dos movimentos de capitais vieram contribuir para intensificar e acelerar as dinâmicas da moeda única, que já não pode ser administrada e regulada na perspectiva tradicional da "partilha de soberanias", exige a existência de uma autoridade monetária central com características e poderes federais.

Antes de poder haver federação política, terá de existir federação monetária para que possa continuar a existir moeda comum na União Europeia.

A conectividade financeira não é só uma questão de redes de ligação e de transmissão da política monetária numa zona de moeda comum, também é uma questão dos pontos de aplicação dos meios financeiros, para que os activos tenham capacidade para atrair e remunerar esses capitais.

A organização da convergência real nas economias que integram uma área de moeda comum não é só uma condição necessária para evitar as assimetrias nas relações comerciais que desencadeiam movimentos de capitais especulativos e implicam a acumulação de endividamento, também é uma condição necessária para que os investimentos possam ser realizados com a expectativa fundamentada de que poderão ter remuneração adequada.

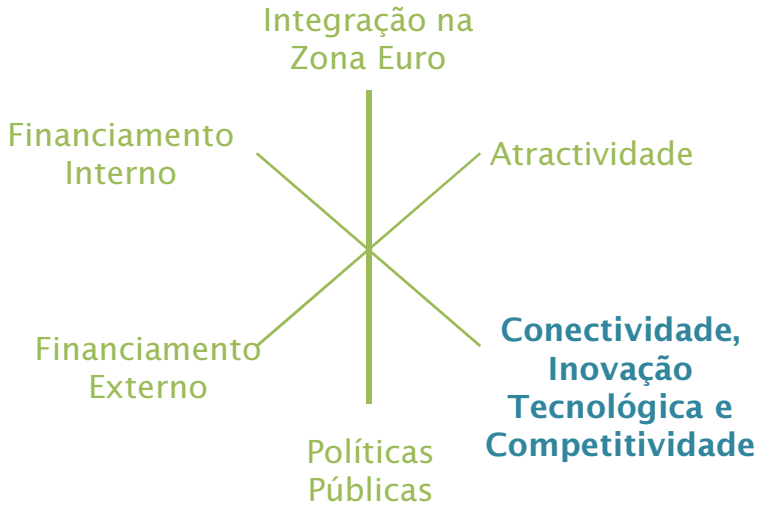
Desde que sejam obtidas as condições de convergência real, a diferenciação de áreas e sectores com atractividade será estabelecida em função das vantagens competitivas de cada localização, com os investimentos realizados a reforçarem e valorizarem o que forem essas vantagens iniciais. Esta selecção, porém, não poderá ser feita em função de cada espaço nacional, mas sim em função de uma leitura integrada das possibilidades e vantagens competitivas para a escala europeia e da Zona Euro – o que significa que terá de ser uma estratégia federal, definida para o conjunto e não em obediência aos interesses específicos de cada ponto.

A federalização da estratégia de investimentos, combinada com a federalização das funções do Banco Central Europeu, permite esperar que a conectividade económica se articule com a conectividade financeira com potência suficiente para recuperar o crescimento potencial que tem vindo a diminuir em todas as economias nacionais integradas na área da moeda comum.

A federalização da estratégia de investimentos oferecerá um quadro de estabilidade de longo prazo que será útil para os operadores especializados nos movimentos de capitais, os fundos de investimento, que podem complementar as linhas estratégicas centrais estabelecidas pelas instituições comunitárias.

Parte III - Vectores da estratégia de crescimento

C. Conectividade: uma visão centrada nas funções [1]



[1] Por José Félix Ribeiro e António Manzoni com base em José Félix Ribeiro, António Manzoni, Joana Chorincas e Marina Garcia "Portugal: Que funções na Globalização", publicação editada pela CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, 2014

Portugal hoje

Limitadas oportunidades de crescimento na globalização

Em Portugal, a redução do défice externo acompanhada pela ausência de crescimento, foi obtida por via da contracção da procura interna e pela viragem para exportação de uma parte mais significativa da capacidade produtiva já instalada.

É consensual que a retoma do crescimento em Portugal tem que assentar numa nova vaga de investimento na exportação de bens, serviços, conteúdos e conceitos que abra oportunidades no mercado exterior, suficientemente vastas que:

- Justifiquem um aumento substancial e continuado do investimento no sector exportador;
- Contribuam para a diversificação e sofisticação da carteira de actividades exportadoras.

Contudo, é importante assinalar que Portugal:

- **Tem uma presença actual nos mercados internacionais que é muito vulnerável à concorrência das grandes economias emergentes e a cada vez maior número de economias em desenvolvimento**;
- **Não pode crescer mantendo o seu foco, nem exclusivamente no que já se exporta** para exportar "mais do mesmo" (mesmo quando o "mesmo" é melhorado), **nem manter uma "fixação" na Europa** (região que se prevê que vá crescer muito pouco nas próximas décadas).

Para responder à crise em que se encontra, Portugal tem que organizar um reposicionamento na Globalização: novas actividades, novos modos de valorizar competências tradicionais.

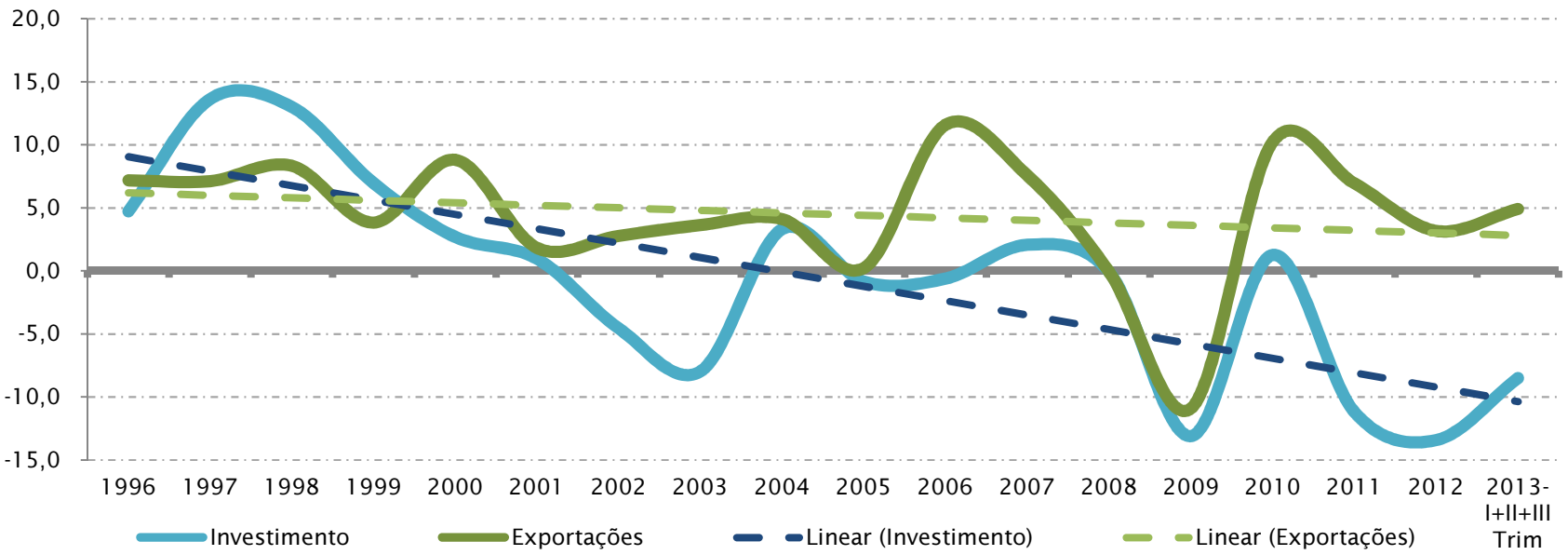
Portugal hoje

O percurso de uma década

Da evolução do investimento na última década, salientamos dois factos incontornáveis:

- A flutuação das exportações em torno de uma tendência de decrescimento gradual;
- O colapso do investimento.

Evolução real do investimento e das exportações

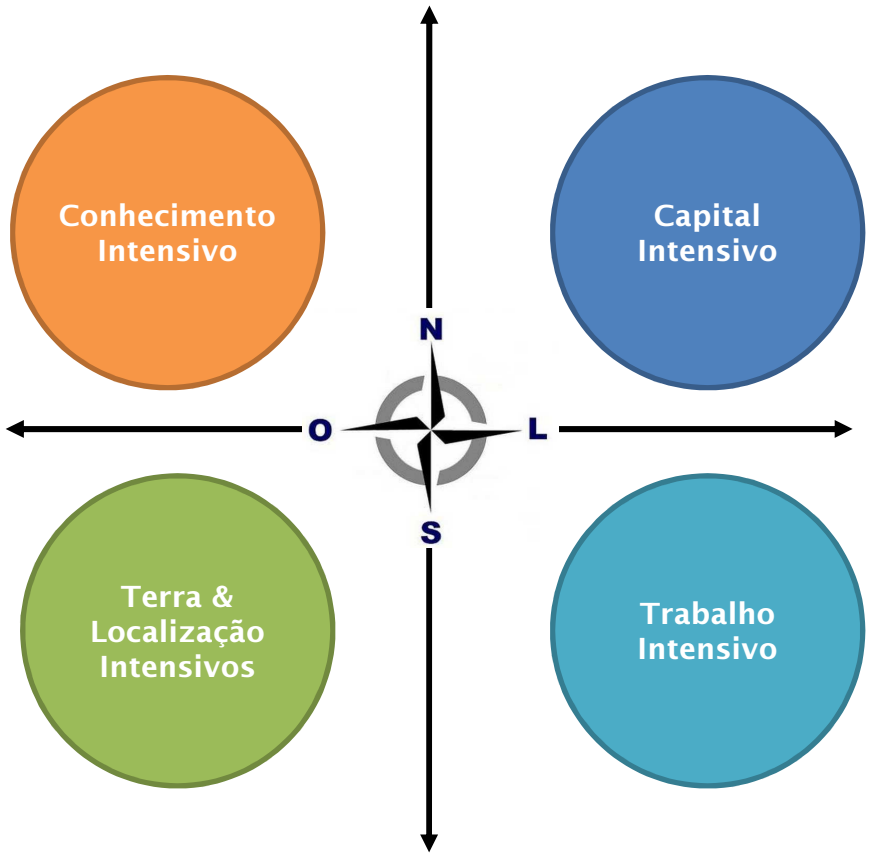


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais

Portugal hoje

A especialização produtiva

Os diferentes sectores que compõem uma economia podem ser classificados em 4 quadrantes, consoante o factor de produção que é maioritariamente utilizado no seu processo produtivo.



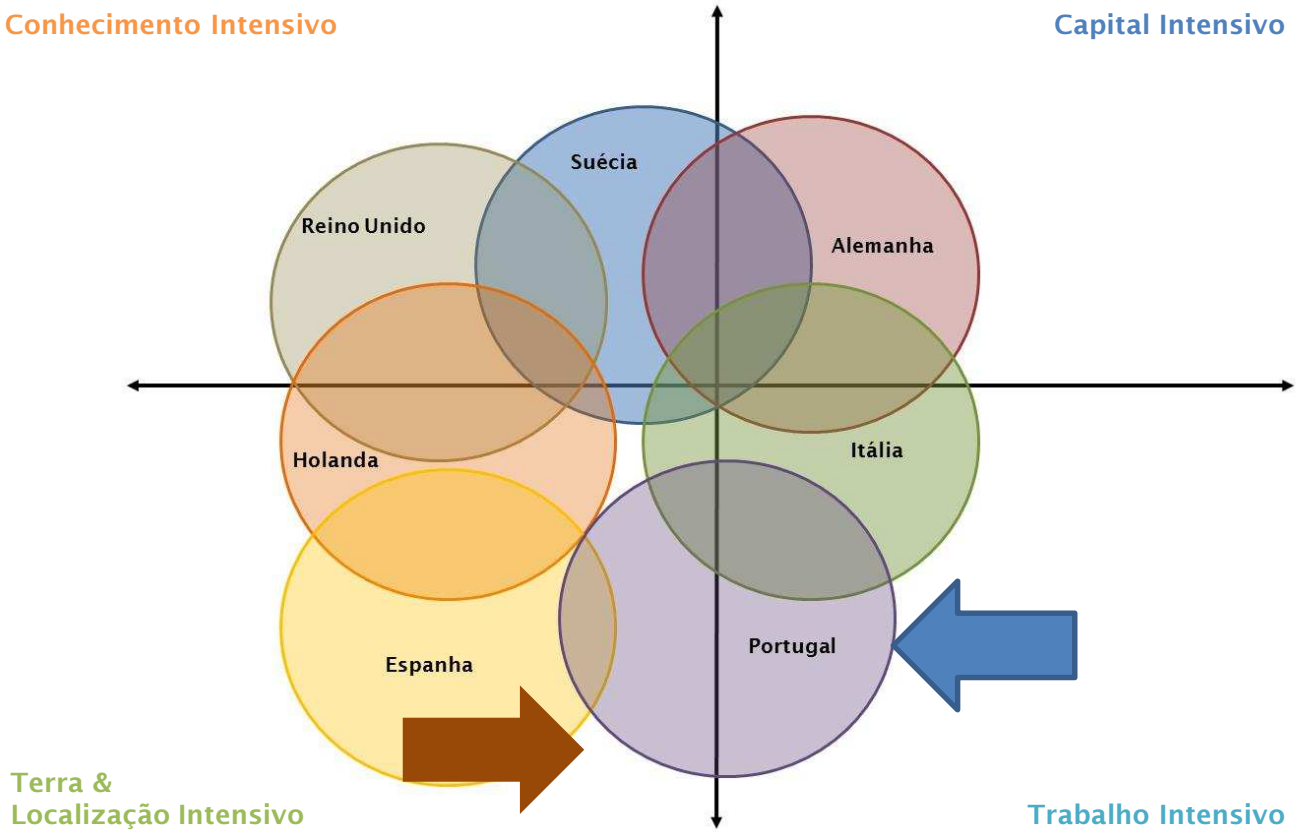
(*) **Metodologia**:
Com base numa análises dos Clusters Europeus (Cluster Observatory – Plataforma Europeia) http://www.clusterobservatory.eu/index.html#!view=aboutobservatory;url=/about-observatory/methodology/indicators/

Specialisation: if a region is more specialised in a specific cluster category than the overall economy across all regions, this is likely to be an indication that the economic effects of the regional cluster have been strong enough to attract related economic activity from other regions to this location, and that spill-overs and linkages will be stronger. The 'specialisation' measure compares the proportion of employment in a cluster category in a region over the total employment in the same region, to the proportion of total European employment in that cluster category over total European employment (see equation).

Europa

Um “mapa” de especialização produtiva

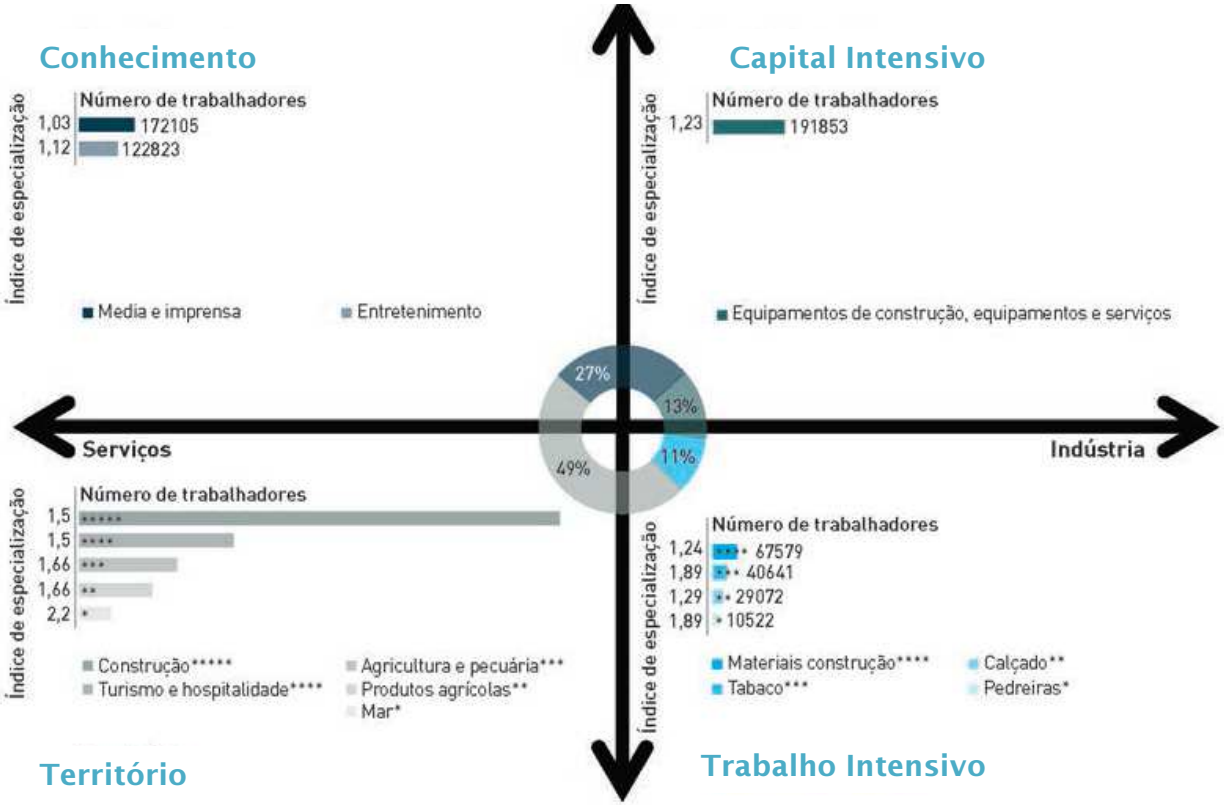
Portugal apresenta uma estrutura produtiva especializada em actividades trabalho intensivas ou assentes na “terra” – dos recursos naturais ao turismo - com reduzida presença em actividades conhecimento intensivas, ao contrário do que acontece com a Europa do Norte (Alemanha e Suécia, por exemplo) ou com a Europa do Oeste (Reino Unido ou Holanda) ou com os países mais desenvolvidos da Europa do Sul (França).



Europa
A especialização de Espanha

ESPANHA na sua especialização internacional é profundamente diferente do Norte da Europa e mesmo da Itália:

- **Os seus pontos fortes gravitam quase todos em torno da "terra" e do território**, mesmo quando surgem classificadas como trabalho intensivas – construção, turismo e hospitalidade, agricultura pecuária/produtos agrícolas, pesca, materiais de construção, equipamentos para construção e serviços urbanos, etc.
- **Tem vindo a consolidar nas actividades intensivas em trabalho uma presença internacional** no vestuário e no calçado.
- **Nas actividades de serviços mais intensivas em conhecimento e criatividade está especializada apenas nos media e imprensa e entretenimento.**



Fonte: Adaptação própria dos dados do European Cluster Observatory (*http:www.clusterobservatory.eu*)

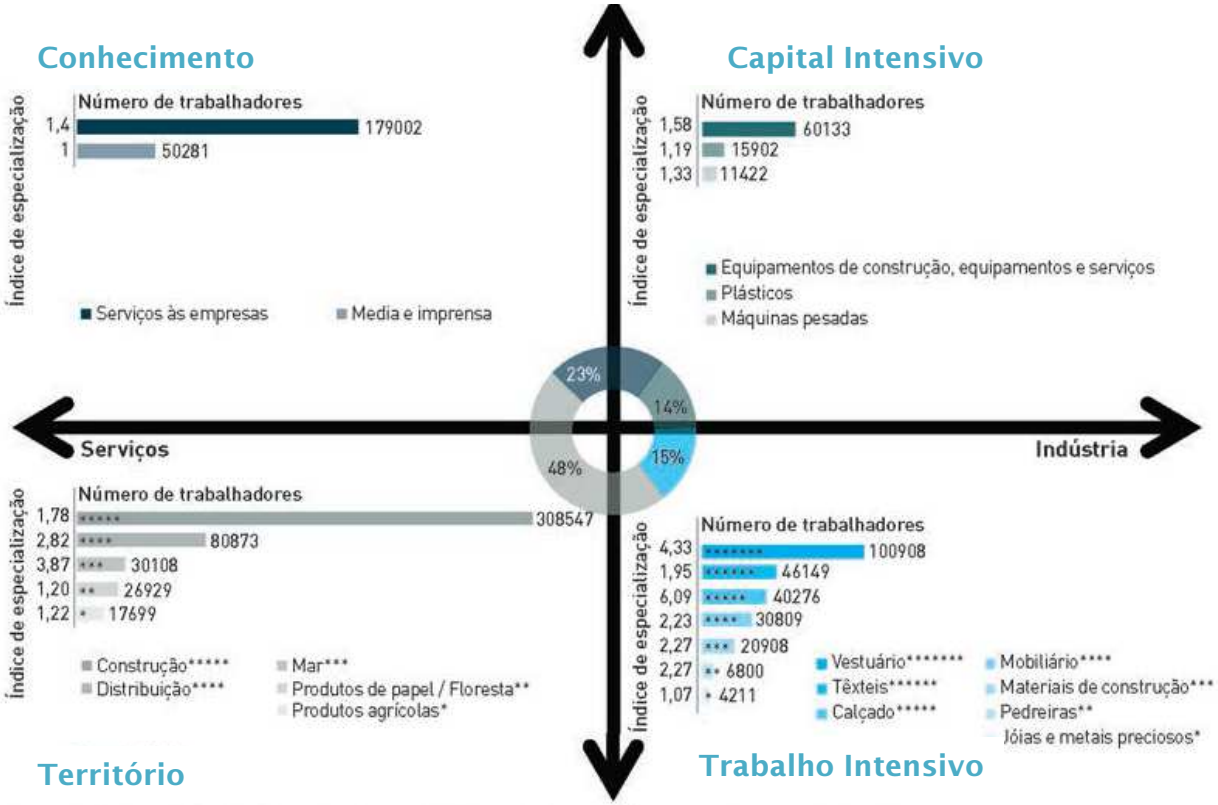
Europa

A especialização de Portugal

PORTUGAL, partilhando com a Espanha a ausência da maior parte das actividades intensivas em conhecimento e em capital e escala tem como traços dominantes:

- Muito **maior especialização nas indústrias intensivas em trabalho** - vestuário, calçado, têxteis, mobiliário;
- Forte **dependência de actividades assentes na "terra"** – indústrias florestais, construção, turismo e mesmo nas áreas industriais dos materiais de construção e pedreiras;
- Mas **com especialização crescente nos serviços às empresas** - classificados aqui como actividades intensivas em conhecimento.

Nas últimas três décadas denota-se uma diversificação de exportações industriais (automóvel, material eléctrico e electrónico) com um perfil relativamente estável de especialização sectorial (medida através do emprego).



Fonte: Adaptação própria dos dados do European Cluster Observatory (*http:www.clusterobservatory.eu*)

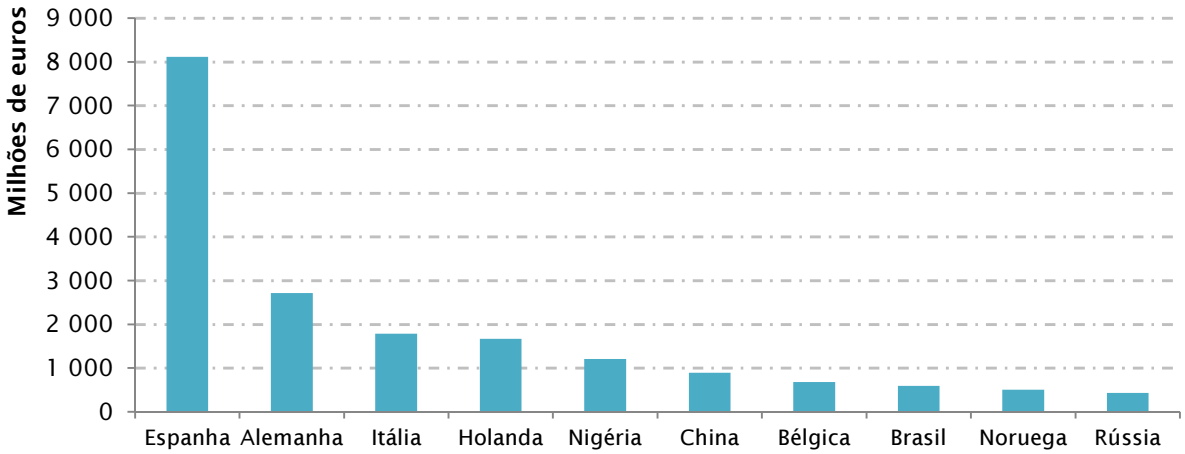
Europa

A relação Portugal e Espanha

Espanha na Península Ibérica - uma visão a partir de Portugal

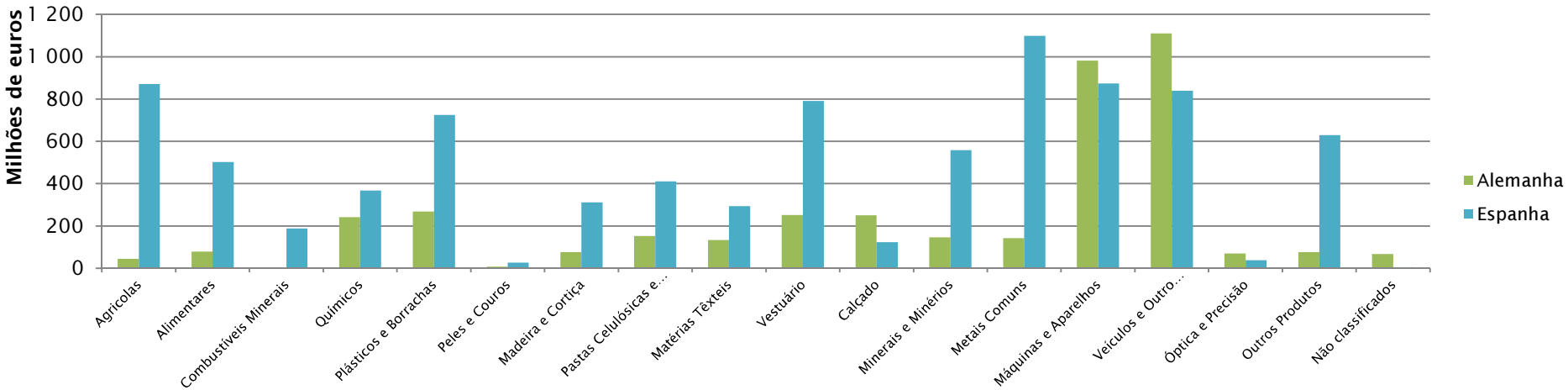
Ocupando simultaneamente o espaço da indústria – a "Alemanha próxima"- e do agroalimentar - a "França próxima"- e gerando o maior défice comercial de Portugal, muito superior ao da Alemanha.

10 Maiores défices da balança comercial de Portugal (2009)



Fonte: INE _ Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009

Importação de bens provenientes de Espanha e Alemanha por grupos de produtos (2009)



Fonte: INE _ Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009

Portugal
Os desafios do crescimento

O que determina o crescimento futuro numa pequena economia aberta é o investimento que lhe permite competir e prosperar na economia globalizada:

- Ampliando a oferta de bens, serviços, conteúdos e conceitos ao exterior;
- Atraindo rendimento vindo do exterior que dinamize o mercado interno e a oferta de maior qualidade que nele exista;
- Valorizando o território com infraestruturas de conectividade internacional, necessárias a quem queira vender no exterior e com instituições que assegurem qualidade dos recursos humanos.

A retoma do crescimento, num período de contracção da procura interna, exige em paralelo uma dinâmica assente na atracção de rendimento vindo do exterior, não só sob a forma de turismo, mas sobretudo através do acolhimento de dezenas de milhares de novos residentes vindos da Europa. O que também pode contribuir, a prazo, para animar as actividades imobiliárias e de construção, valorizando activos hoje acumulados como crédito mal parado.

A retoma do crescimento, para ser sustentada - ainda mais com uma evolução demográfica desfavorável - **tem que assentar num aumento substancial da produtividade dos factores (capital, conhecimento/tecnologia, trabalho e terra)**:

- Nos **sectores exportadores que têm que ser pólos de elevada produtividade na economia** (assentes em equipamentos, tecnologia, organização e qualificação de recursos humanos);
- **Nos sectores mais "protegidos" da concorrência internacional,** por forma evoluir para soluções mais eficazes e eficientes.

Nessa vaga exportadora:

As empresas multinacionais podem fornecer volume	As P M E`s e as *startups* fornecerão a variedade
Em actividades que tenham forte procura internacional, empreguem recursos humanos qualificados e permitam a **Portugal posicionar-se nas respectivas cadeias de valor, de modo a poder ascender gradualmente nessa cadeias**.	**Volume e variedade são duas componentes chave numa vaga de internacionalização**, para que seja rápida nos efeitos e prudente no evitar da dependência excessiva de um número restrito de grandes operadores. **Valor é a terceira componente chave: corresponde a "subir#" nas funções desempenhadas nas cadeias de valor globais.**

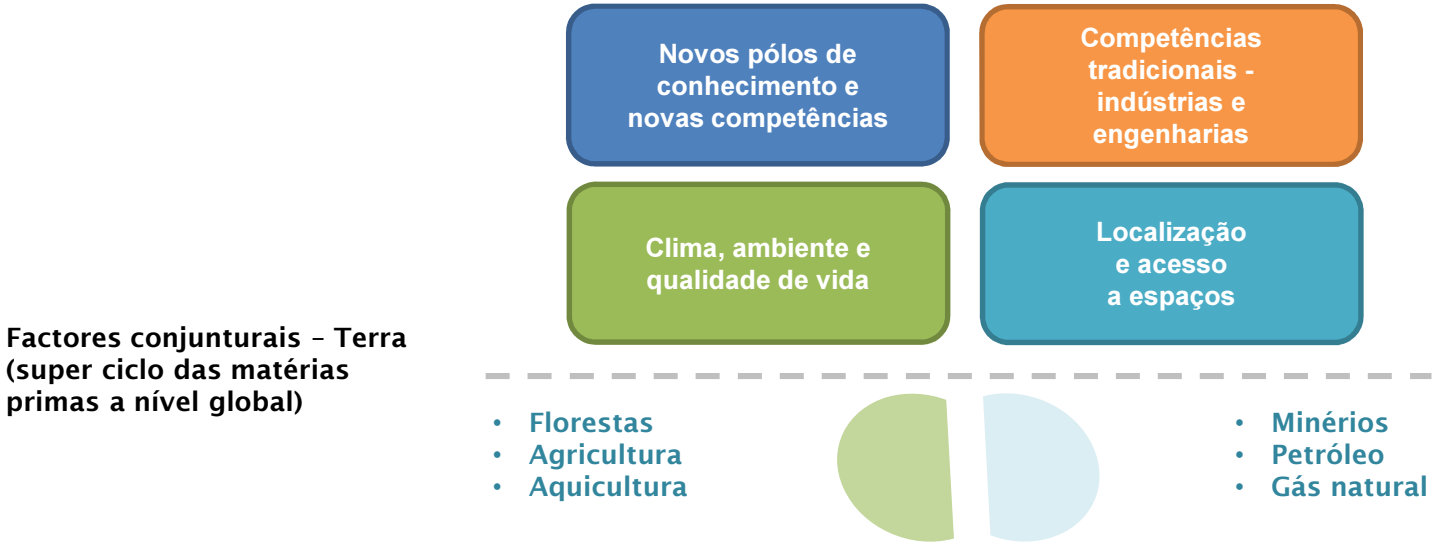
Portugal 2014-2030

Macro factores de atractividade

As "Vagas Exportadoras" do futuro exploram um conjunto de macro factores de atractividade distintivos de Portugal, de que destacamos quatro e aos quais acrescem os recursos naturais:

- **Localização** (geográfica, horária, etc.) **e espaço disponível**;
- **Ambiente e recursos naturais**;
- **Competências tradicionais em áreas da engenharia e da indústria**;
- **Novos pólos de conhecimento e novas competências** (resultantes do maior programa de formação avançada de recursos humanos em ciência e tecnologias da história contemporânea do País).

Estes macro factores têm que ser completados por melhorias significativas no "Ambiente de Negócios".



Portugal

Procurando o crescimento nas vagas que vão estruturar a globalização (1/2)

A globalização pode abrir a Portugal a possibilidade de encontrar novas "vagas exportadoras" que se articulem com o dinamismo do mercado interno e, desse modo, permitam consolidar o crescimento.

Para percepcionar algumas dessas oportunidades pode-se partir da identificação de entidades que no mundo "andam à procura de localização" para segmentos das cadeias de valor que organizam à escala global:

1. **O crescimento das classe médias nas economias emergentes vai constituir um dos principais motores do crescimento do consumo mundial**, quer de bens, quer de serviços, conteúdos e conceitos. A venda de serviços, a difusão de conceitos desenvolvidos em Portugal e adaptados a essas economias e a venda de bens distintivos nesses mercados constitui uma oportunidade para Portugal.

2. **A vaga de urbanização quer nas economias emergentes quer em economias em desenvolvimento** que experimentem maiores crescimentos demográficos (vd Africa) **constituem um mercado de múltiplos impactos sectoriais e com uma exigência de inovação** (e não de mera cópia de soluções anteriores das economias desenvolvidas) **nas soluções.**

3. **As economias e as sociedades vão passar a funcionar integralmente com base no ciberespaço e em redes "inteligentes"** e esta transformação gerará uma onda de inovações e de serviços que exigem na sua criação recursos humanos qualificados e "talentos" e originarão novas vagas de *nearshoring.*

4. **As cadeias produtivas mundiais das indústrias vão ser redesenhadas devido ao surgimento de inovações tecnológicas e organizacionais nas economias desenvolvidas que vão favorecer o encurtamento das cadeias de abastecimento e a recaptura de actividades industriais**, com base numa mudança nas tecnologias utilizadas para gerir em tempo real essas cadeias, para produzir com base digital e para assegurar o transporte mais flexível dessas cadeias de fornecimento.

5. **As bases de conhecimento acessíveis pelas multinacionais vão continuar a mundializar-se na procura de "talentos", competências e inovação abrindo assim espaço à localização de pólos de conhecimento e de inovação** - frequentemente especializados – **em múltiplas regiões do mundo.** Simultaneamente, empresas inovadoras procuram locais de teste de demonstração de soluções inovadoras para sistemas complexos fundamentais ao funcionamento das economias e sociedades.

Portugal

Procurando o crescimento nas vagas que vão estruturar a globalização (2/2)

6

O início por parte de algumas das economias emergentes – quer da Asia, quer do Brasil - **de um processo de implantação multinacional das suas empresas** que procuram, nomeadamente, localizações no mundo para operações logísticas, montagem de produtos, centros de serviços, constituindo uma vaga de longa duração que pode ser atraída pela posição geográfica de Portugal no centro dos Atlânticos e na fronteira com o Mediterrâneo.

7

O reforço por parte da(s) Ásia(s) - e, em particular, a China e a India – **das suas relações comerciais, de investimento e de obtenção de tecnologias com a Europa**, pode favorecer a localização de Portugal se as redes de transporte marítimo aéreo, marítimo ou ferroviário para Europa forem convenientes.

8

Certos territórios vão ser valorizados por razões energéticas, quer em termos de funções que possam desempenhar na segurança do abastecimento das macro - regiões em que se integram, quer pelos serviços de manutenção e assistência técnica a regiões de produção energética em ascensão. Portugal tem uma posição geográfica que permite o cruzamento destas duas procuras.

9

A pressão da escassez de recursos energéticos "baratos", acompanhada pela crescente preocupação ambiental, vai gerar uma vaga de experimentação de novas soluções tecnológicas e organizativas na área da energia e da mobilidade urbanas e que pode valorizar os países ou regiões que, de uma forma organizada, se disponham a funcionar como locais de experimentação e teste dessas soluções.

10

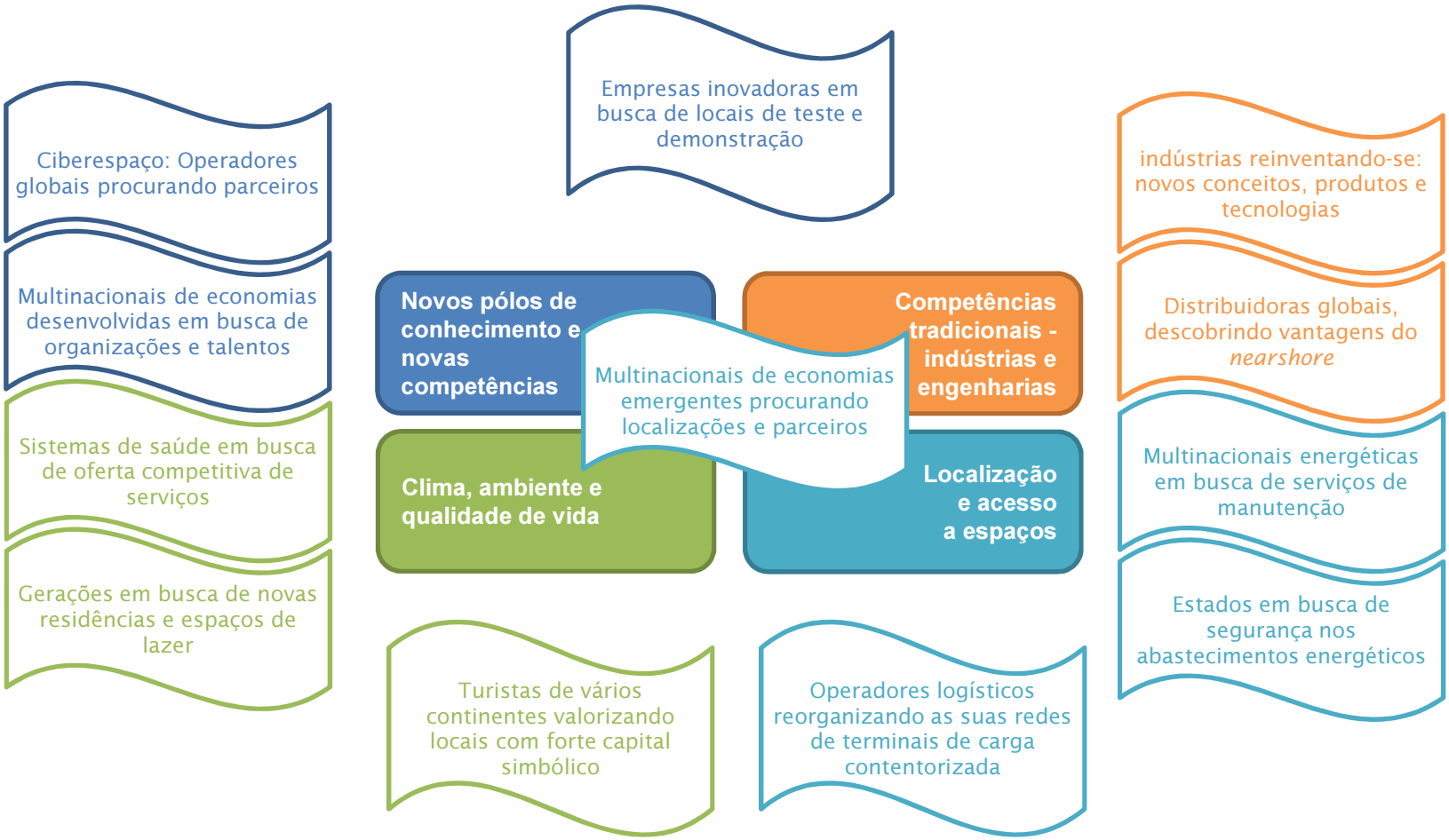
O reforço de novos fluxos turísticos, seja no seio da Europa, seja entre a Europa e a Ásia ou seja ainda entre a Europa e a América do Sul – mesmo num contexto de uma elevação dos preços dos combustíveis – traduzindo um aumento deste tipo de despesas nas preferências das classes médias europeias e asiáticas.

11

A crescente importância dos "espaços de qualidade de vida" no contexto da economia globalizada, espaços que beneficiem de condições naturais, de serviços e de factores de atracção que os tornem pontos focais para quem procure ter residências secundárias ou novas residências permanentes.

Portugal

Vagas de procura internacional e macro factores de atractividade de Portugal - Exemplificação



Portugal

Geoeconomia: quatro oportunidades para Portugal

1. **A negociação de uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre os EUA e a União Europeia, eventualmente alargada ao Canadá e México.**

2. **O reforço por parte da(s)) Ásia(s)** – e, em particular, da China e da India – **das suas relações comerciais, de investimento e de obtenção de tecnologias com a Europa, pode favorecer a localização de Portugal,** se as redes de transporte marítimo, aéreo, rodoviário ou ferroviário para Europa forem convenientes.

3. **A intensificação da "corrida" ao Atlântico Sul** (América Latina e África) **pelas economias emergentes da Ásia em busca de água, solos aráveis, alimentos, minérios e energia** (constitui uma oportunidade para o espaço lusófono que ocupa o "centro do Atlântico Sul").

4. No mais longo prazo, **os processos de extensão das plataformas continentais, ocorrendo num ambiente de busca de novas fontes de minérios** - mas também de recursos biológicos susceptíveis de aplicação na descoberta de novos fármacos - **valorizam os países com configuração arquipelágica como Portugal.**

Portugal 2014-2020

Retoma do crescimento e quatro tarefas chave

Atrair Rendimento

- Turismo Residencial
- Turismo & Entretenimento
- Eventos
- Serviços de Saúde & Reabilitação
- Ensino Superior & Formação

Exportar serviços, conteúdos & conhecimento

- *Call Centers*
- Serviços Partilhados
- Outsourcing TI
- Desenvolvimento de software, conteúdos digitais, aplicações multimédia
- Sistema de gestão de redes de comunicações
- Centros de competência e de I&D de empresas multinacionais
- Serviços de engenharia civil & arquitectura e serviços de engenharia e I&D – automóvel, aeronáutica, espaço e *offshore*

Recentrar a tradição indústrial

- Integração de produtos complexos (ex. automóvel, aeronáutica, equipamento eléctrico, electrónica automóvel) & produção de módulos e subsistemas para produtos complexos
- Concepção e/ou teste de soluções inovadoras para sistemas infraestruturais (energia, mobilidade e habitat em cidades)
- Competências sectoriais aplicadas em áreas funcionais em crescimento (dispositivos médicos e engenharia biomédica, equipamentos para laser e equipamentos para segurança

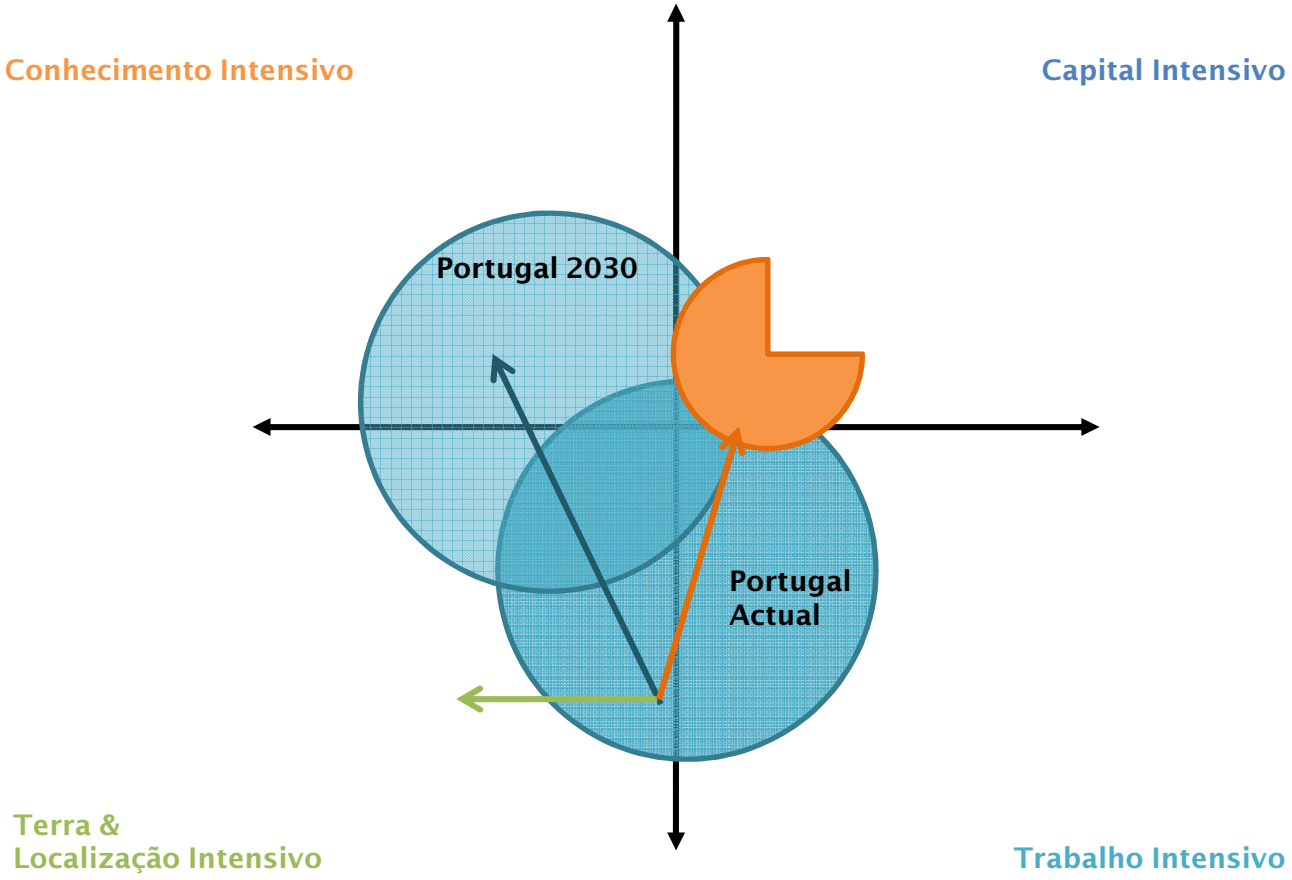
Valorizar a localização para operadores globais

- Actividades de recepção, armazenamento e transporte de gás natural para a Europa (e difusão das tecnologias mais "limpas" no uso de gás natural
- Exportação de electricidade renovável por conta de terceiros
- Funcionamento como plataforma de integração de produtos complexos para exportação
- Base de serviços às actividades *offshore*

Portugal 2014-2020

A trajectória do crescimento

Onde estamos e para onde poderíamos evoluir se tivermos êxito nestas quatro tarefas?



Pensar Portugal no futuro e no mundo

O desafio da conectividade (1/2)

Identificam-se, neste contexto, 3 prioridades para promover a conectividade e a mobilidade de Portugal no horizonte até 2030:

1. **Gestão de informação e processo de decisão em tempo real – redes inteligentes.** Constitui o pilar fundamental da competitividade económica. Seguramente, no horizonte 2030, nenhuma economia será competitiva sem:

   - **Uma rede integrada de infraestruturas inteligentes** – telecomunicações, energia, água, saneamento e transportes – e resilientes, recolhendo informação *online* e adaptada para gerir e agir em tempo real, minimizando os riscos no abastecimento e na oferta, produzindo de forma ambientalmente sustentada e com possibilidade de praticar preços diferenciados *online*, adaptados a uma boa gestão da oferta e da procura;
   - **Cidades inteligentes**, tecnologicamente desenvolvidas que assegurem eficiência, segurança, mobilidade e qualidade de vida constitui pré-requisito de atractividade internacional e condição para poderem funcionar como espaços de competitividade na economia globalizada;
   - **Empresas com capacidade de gerir em tempo real,** designadamente grandes quantidade de informação provenientes dos seus clientes ou fornecedores, de forma produzirem mais eficientemente e a "personalizarem" as suas ofertas;
   - Um **sistema logístico de suporte à produção e distribuição em tempo real**, articulado para responder às necessidades específicas de diferentes cadeias produtivas globais e integrado como nó na rede global de logística e abastecimentos;
   - **Instituições com competências para fornecer *online* uma gama de serviços públicos muito diferenciados** (saúde, educação, administrativos);
   - **Pessoas qualificadas e habilitadas a viverem e a trabalharem no mundo do *big data* e da gestão em tempo real.**

   Não apostar estrategicamente na gestão em tempo real significa ficar à margem da revolução tecnológica que está a condicionar e a moldar o futuro ou, por outras palavras, hipotecar o futuro por falta de estratégia.

2. **Serviços de logística orientados para as cadeias produtivas da globalização** – evolução de uma especialização centrada nos produtos para as tarefas com foco nas cadeias de valor globais.

Pensar Portugal no futuro e no mundo

O desafio da conectividade (2/2)

3. **Portugal como plataforma global** – Investir em infraestruturas que valorizem a centralidade atlântica e a posição geográfica de Portugal para intervir numa maior variedade de fluxos que podem ser de mercadorias, energia ou passageiros.

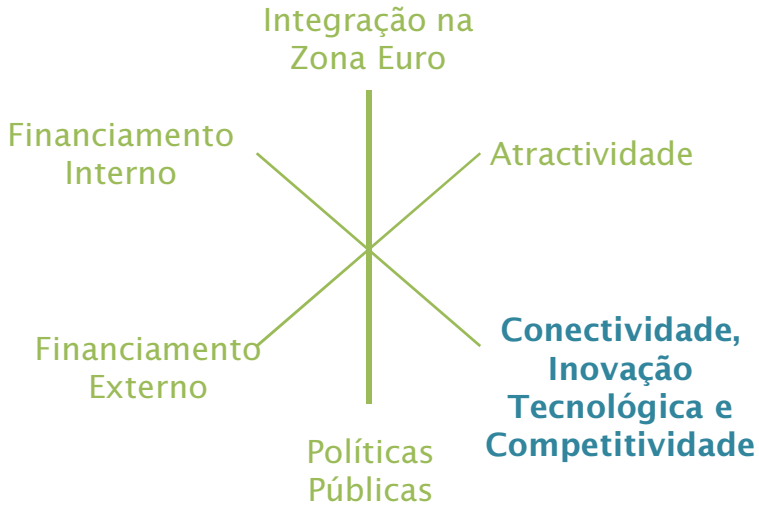
Estas prioridades obrigam a uma reorientação estratégica de algumas prioridades nacionais no próximo quadro comunitário 2014 – 2020.

Importa ainda salientar que, no que concerne à conectividade internacional – Pessoas, Bens e Serviços – existem três orientações prioritárias:

- Combinação de aeroportos/movimentação de passageiros/telecomunicações em banda larga chave para atrair serviços.
- Integração funcional - a norte e a sul- de aeroportos, portos e plataformas logísticas para funcionar como plataforma global.
- Transporte de mercadorias para o centro da europa envolvendo sempre um modo menos dependente da via terrestre - a importância do transporte marítimo de curta distância.

Parte III - Vectores da estratégia de crescimento

D. Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade



missão CRESCIMENTO

A conectividade

Uma visão convergente?

As duas visões de conectividade apresentadas são, numa primeira análise, divergentes, porque o seu ponto de partida é distinto:

A conectividade assente na lógica evolutiva dos espaços

A visão de conectividade assente na lógica dos espaços conduz a uma lógica de especialização da economia nacional definida com base numa lógica de especialização do espaço europeu. A conectividade financeira obrigará à organização da convergência real dos níveis de competitividade, porque oferece condições favoráveis para fluidez dos capitais, dirigindo-os para as regiões e espaços mais competitivos. Não é apenas uma questão de redes de ligação e de transmissão da política monetária numa zona de moeda comum, é também uma questão relacionada com a aplicação dos próprios meios financeiros: os activos tem de ter capacidade para atrair e remunerar adequadamente os capitais neles investidos.

Uma das principais conclusões retiradas da análise efectuada é que**, obtidas as condições de convergência real entre as economias da Zona Euro, a diferenciação de áreas e sectores com atractividade será estabelecida em função das vantagens competitivas de cada localização**, com os investimentos realizados a reforçarem e valorizarem o que forem essas vantagens iniciais. **Esta selecção, porém, não poderá ser feita em função das opções de cada espaço nacional, mas sim em função de uma leitura integrada das possibilidades e vantagens competitivas para a escala europeia e da Zona Euro** – o que significa que terá de ser uma estratégia federal, definida para o conjunto e não em obediência aos interesses específicos de cada ponto.

A conectividade assente na lógica evolutiva dos fluxos

A visão de conectividade assente na lógica das funções parte de um pressuposto diferente: caracteriza a actual especialização de um País (consoante a sua utilização mais ou menos intensiva de capital, trabalho, conhecimento e recursos naturais na actividade produtiva) e, como resposta à crise, promove a **reorganização do posicionamento da economia na globalização (com novas actividades e novos modos de valorização de competências tradicionais defende uma alteração da utilização do mix capital, trabalho, conhecimento e recursos naturais)** e **uma análise da especialização sectorial portuguesa definida com base numa lógica de especialização mundial**.

Embora tenham pontos em comum, em particular a necessidade de promover uma especialização sectorial nacional como resposta à progressiva abertura das economias e globalização, os resultados a que se chega num e noutro cenário serão, sem dúvida, diferentes.

A conectividade

Uma visão convergente?

A possibilidade e os perigos da convergência

Numa lógica de funções, Portugal deve apostar em indústrias conhecimento e capital intensivas e reduzir a intensidade de utilização do factor trabalho e dos recursos naturais (a sua especialização actual torna a economia muito vulnerável à concorrência das grandes economias emergentes e a um cada vez maior número de economias em desenvolvimento). Contudo, a aplicação da visão assente na definição dos espaços, no seio da UE esta alteração da especialização é difícil por força dos perfis de especialização já existentes nas fortes economias do Norte da Europa, concorrenciais ao pretendido por Portugal. Estas economias, com perfil de especialização assente nos factores capital e conhecimento, podem construir forte oposição a uma estratégia de crescimento nacional concorrencial às suas próprias economias.

Embora se reconheça a necessidade de alterar o perfil de especialização nacional, também reconhecemos que fazemos parte integrante da UE e que é necessário procurar uma solução que compatibilize ou, se preferirmos, faça convergir os resultados de ambas as análises. Para garantir o sucesso e a continuidade da UE é igualmente fundamental encontrar formas de especialização inteligente que não prejudique a convergência real das economias e que não penalize as economias do sul.

Contudo, esta visão, onde todos os países europeus pretendem caminhar no sentido da especialização em actividades intensivas em conhecimento e em capital, apresenta perigos eminentes que devem ser acautelados: A sua prossecução, designadamente ao nível da dependência de matérias primas, pode colocar em causa a produção industrial europeia.

Em torno desta necessidade de especialização são de seguida caracterizados os diferentes tipos de conectividade que unem as economias nacionais e supranacionais, de que forma as mesmas constituem oportunidades de crescimento económico para Portugal e que medidas devem ser implementadas para o efeito.

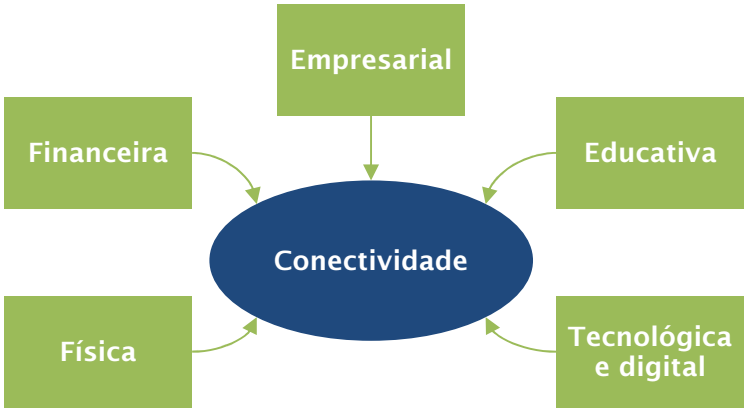
Redes de conectividade

Tipos e linhas configuradoras de conectividade

A conectividade entre pólos de desenvolvimento, economias, países e regiões pode ter diferentes naturezas e pode derivar de origens distintas:

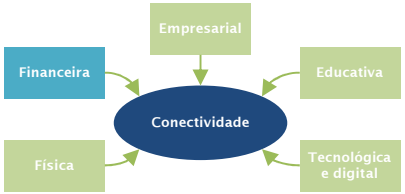
- **Conectividade física**, das infraestruturas e redes logísticas que formam actividades complementares ou de apoio nas funções de transporte, de distribuição e de estruturação de cadeias de produção, garantindo a respectiva operacionalidade e funcionalidade ao serviço da competitividade dos bens transaccionáveis.
- **Conectividade tecnológica e digital**, reduz as distâncias físicas e permite a operação às escalas regional e global. Através da qual se promovem as competências empresariais de inovação de base tecnológica, tanto em termos de desenvolvimentos endógenos como da respectiva utilização operacional, criando sinergias com os centros universitários de I+DT.
- **Conectividade empresarial**, relativa à integração de sectores para a formação de plataformas de especialização e de subcontratação e ao estabelecimento de relações de aliança para a formação de redes de empresas e de sectores, com circulação de produtos, capitais, recursos humanos e serviços, explorando as complementaridades dentro de um espaço estratégico regional ou sectorial.
- **Conectividade financeira**, orientada para os movimentos do capital e para os instrumentos de política monetária. Promove a deslocação de capitais para onde existirem melhores condições de remuneração dos investimentos realizados. É particularmente relevante em contextos de integração monetária, como a União Europeia, uma vez que amplifica assimetrias de competitividade ao ponto de provocar desequilíbrios que se acumulam até à formação de crises de grande intensidade.
- **Conectividade educativa**, relativa à valorização dos recursos humanos, através da qual se cria uma dinâmica cultural em que as pessoas compreendem a realidade dos novos espaços e a necessidade de operar com escala.

Além dos tipos de conectividade acima mencionados existem ainda as conectividades estabelecidas institucionalmente entre os países (política, institucional e, também, a conectividade que resulta da história e das afinidades), que são analisadas em conjunto com as restantes, porque nelas estão embebidas e delas fazem parte integrante.



Redes de conectividade

A conectividade financeira



Conectividade Financeira

A conectividade financeira tem duas vertentes:

- Promove a deslocação de capitais para onde existirem melhores condições de remuneração dos investimentos realizados.
- Em regiões geográficas com integração da politica monetária e moeda única, são amplificadas as assimetrias de competitividade ao ponto de provocar desequilíbrios que se acumulam até à formação de crises de grande intensidade.

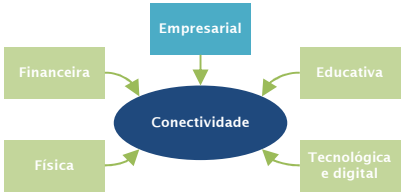
A União Europeia representa um caso extremo de conectividade financeira entre diferentes países uma vez que, além de moeda única e partilha de politica monetária, existe também liberdade de circulação de capitais. **A conectividade financeira assume assim particular relevância no contexto da União Europeia e para o caso português.**

Este ponto foi profundamente analisado no capítulo referente à "Conectividade: uma visão assente nos espaços", pelo que não nos alongaremos na exploração do conceito. Importa, contudo, relembrar as principais conclusões retiradas:

- **A conectividade financeira favorece a fluidez dos movimentos de capitais, dirigindo-os para as zonas geográficas e sectores mais competitivos.** Quem detém capital para investir procura as soluções de investimento que lhes ofereçam melhor rentabilidade independentemente da sua localização geográfica.
- Uma zona monetária comum estabelece um campo de possibilidades de conectividade financeira natural: **a política monetária única pressupõe que haja convergência competitiva em todo o espaço geográfico abrangido,** para que se evitem as movimentações de capital das zonas mais competitivas para as menos competitivas e que irão aumentar o endividamento das zonas menos desenvolvidas e fomentar a especulação, colocando em causa a política monetária comum
- A União Europeia forma um bloco regional, mas ainda não gera o campo de possibilidades de um espaço global, uma vez que as fortes disparidades nacionais são ainda maiores do que a integração regional. A convergência real destas economias é condição necessária para que os investimentos possam ser realizados com a expectativa fundamentada de que terão uma remuneração adequada.
- **Desde que sejam obtidas as condições de convergência real, a diferenciação de áreas e sectores com atractividade será estabelecida em função das vantagens competitivas de cada geografia, com os investimentos realizados a reforçarem e valorizarem o que forem essas vantagens iniciais de cada localização. Esta selecção, porém, não poderá ser feita em função dos interesses de cada espaço nacional, mas sim em função de uma leitura integrada das possibilidades e vantagens competitivas à escala europeia e da Zona Euro.**

Redes de conectividade

A conectividade empresarial



Num País como Portugal, onde a par de algumas grandes unidades a esmagadora maioria das empresas são de pequena ou muito pequena dimensão, a sua integração, sectorial ou intersectorial, tornou-se uma prioridade tendo em vista o alargamento e a conquista de novos mercados.

A constituição de plataformas de especialização ou de subcontratação, a cooperação entre empresas, designadamente através da dinamização de acções de demonstração, mesmo num quadro de concorrência, constituem formas de potenciar várias modalidades do que designámos por conectividade empresarial.

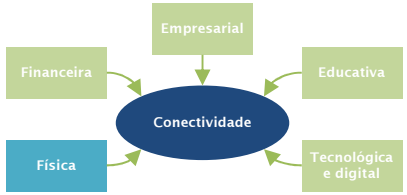
Na economia global estas são formas que as empresas podem usar para se poderem posicionar competitivamente perante um ambiente externo que, por força do dinamismo do próprio sistema, se vai tornando cada vez mais exigente e implacavelmente hostil.

O sistema produtivo, no quadro da reestruturação económica actual, onde o ritmo das transformações tecnológicas torna rapidamente obsoletos os equipamentos terá de ser mais flexível: a produção, sobretudo das pequenas empresas, vai-se adaptando às transformações, a maioria das vezes, sem pretender controlá-las. As produções onde exista uma procura em crescimento, pelo alargamento dos mercados, permitem a recuperação dos benefícios das economias de escala através da captação de economias de diversificação da gamas de produtos. A competitividade vai depender, designadamente, da capacidade para criar uma densa rede de pequenas e médias empresas subcontratadas ou de redes de importação e exportação que permitam a manutenção da independência funcional das empresas integrantes.

Exactamente para preservar essa independência, entre si e com grandes empresas, em termos financeiros ou tecnológicos, as várias empresas do sector e os próprios sectores podem tomar a iniciativa de constituir redes horizontais para conquistar nichos de mercado e fazer parcerias. Neste quadro é possível manter a competição dentro do grupo associado embora no âmbito de uma estratégia global comum. Desta forma, a unidade operacional, perante o exterior, adopta a forma de um projecto empresarial sustentado pela rede, em detrimento de empresas individuais ou grupos formais de empresas.

Redes de conectividade

A conectividade física (1/3)



Conectividade Física

A conectividade física, através de infraestruturas que permitem a circulação de pessoas e mercadorias, encurta distâncias e é um dos elementos (a par da evolução nas comunicações e tecnologia) **que permite o redimensionamento dos espaços nacionais em espaços maiores, sejam eles regionais ou globais e a maior proximidade entre as diferentes economias.** Suporta a especialização sectorial através da remoção de barreiras ao comércio internacional.

A fragmentação dos processos produtivos mundiais de acordo com as vantagens competitivas de cada espaço e a evolução recente dos transportes trouxeram importantes desafios na gestão logística e de cadeias de valor globais:

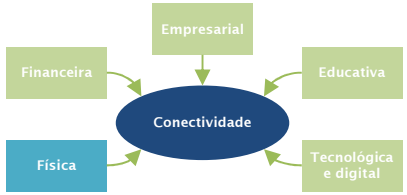
- **Globalização:** o aumento do volume e importância do comércio internacional e das dependências entre economias (que passaram de completas a especializadas, isto é, não produzem todos os bens e serviços necessários à satisfação das suas necessidades, dependem para o efeito umas das outras);
- **Melhorias na cadeia logística:** caracterizadas pelo aparecimento de novos operadores, maior incorporação e utilização das TIC e pelo outsourcing;
- **Sustentabilidade ambiental:** a redução do impacto ambiental negativo da actividade económica e a necessidade de desenvolvimento de transportes sustentáveis;
- **Nova procura logística:** com maiores exigências em termos de velocidade, volume e qualidade;
- **Aumento da concorrência:** caracterizada pela concorrência entre empresas de todo o mundo que competem em serviço, qualidade e preço.

Estes desafios conduzem a mudanças significativas na forma de operar:

- Maior flexibilidade nos abastecimentos e nos sistemas de transporte;
- Aumento das distâncias de transporte, que resulta num processo de concentração de centros de tráfego e de transporte;
- Redução dos custos fora do processo de produção, com impacto nos preços cobrados pelo transporte de mercadorias;
- Maior exigência do ponto de vista da qualidade dos serviços de transporte prestados, por via da externalização destas actividades.

Redes de conectividade

A conectividade física (2/3)



A posição geográfica de Portugal e os fortes constrangimentos existentes à despesa pública constituem importantes factores de reflexão sobre as prioridades que se devem atribuir à construção, ampliação e articulação de infraestruturas de conectividade internacional.

É indiscutível o progresso realizado no domínio das infraestruturas nas últimas décadas, contudo, estes progressos não foram suficientes para colocar Portugal numa posição privilegiada no acesso à e da Europa. Tradicionalmente, avaliada como periférica, a nossa posição está a ser transformada em mais valia ou mais valia potencial.

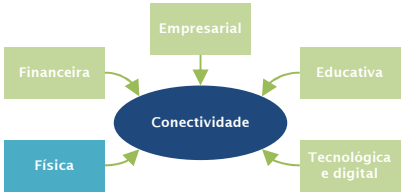
A reorganização das rotas marítimas e aéreas globais, para fazer face ao aumento do tráfego da Ásia com a América do Norte e com a Europa, bem como eventuais limitações à expansão de grandes portos e aeroportos localizados em regiões densamente povoadas da Europa, pode abrir espaço à evolução nas funções de portos e aeroportos localizados em espaços mais periféricos na Europa

A constatação de que Portugal pode ter a sua posição geográfica (com os recursos nela existentes) valorizada por estes processos está na base da reflexão sobre as prioridades de investimento neste domínio e que são influenciadas pelas seguintes dinâmicas globais:

- Aumento do dinamismo exportador das economias asiáticas;
- Potencial aumento das exportações da Europa para os EUA e Canadá e da instalação na Europa de empresas norte americanas interessadas em vender para a Europa, África e Médio Oriente – Derivado da Parceria Transatlântica do Comércio e Investimento em negociação entre a EUA e UE;
- Forte crescimento das exportações de petróleo e gás natural originados nas bacias do atlântico sul (margem latino americana e africana, estendendo-se até à costa africana do Índico);
- Maior autonomia energética dos EUA que poderá libertar uma parte mais substancial dessa nova capacidade de produção de petróleo e gás natural para o abastecimento da Europa Ocidental.

Redes de conectividade

A conectividade física (3/3)



Apesar da importância crescente que o transporte de mercadorias assume para a economia nacional, a conectividade física não se resume às mercadorias. **A circulação de pessoas assume também uma importância fundamental, não só porque dos transportes depende em larga medida um dos sectores bandeira da economia portuguesa, o turismo, mas também porque é fundamental para a circulação de pessoas:** para investidores e empresários estrangeiros que necessitem de acompanhar os seus negócios ou que procurem novas oportunidades de investimento, recursos humanos estrangeiros altamente qualificados que queiram trabalhar no nosso país e cidadãos portugueses que deixam a sua marca no mundo e que nele divulgam a marca Portugal.

A conectividade física reduz as distâncias e contribui de forma activa para a reconfiguração do nosso campo de possibilidades.

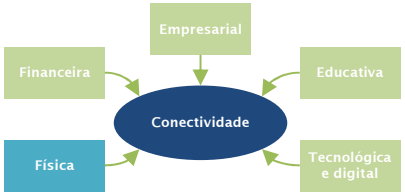
Conforme previamente abordado, Portugal precisa de encontrar os sectores onde detêm uma vantagem competitiva e sobre os quais consiga posicionar-se favoravelmente face aos seus concorrentes. São estes sectores que servirão de motor de crescimento da economia nacional e a conectividade física constitui uma peça chave deste puzzle, quer porque permitirá colocar bens e serviços nacionais em mercados estrangeiros, quer porque permitirá trazer consumidores estrangeiros ao mercado nacional.

Dada a importância deste tema, pedimos a duas das entidades promotoras da Associação Missão Crescimento o seu contributo de especialista relativamente à conectividade física.

Os contributos da Ordem dos Engenheiros e da Associação Comercial do porto são apresentados de seguida e antes de apresentarmos as conclusões relativamente a este ponto.

Redes de conectividade

A conectividade física – Contributo da Ordem dos Engenheiros (1/2)



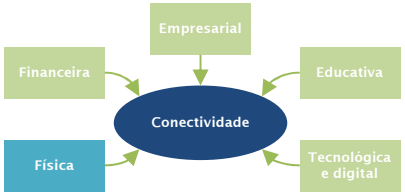
Portugal deve potenciar em termos práticos a sua posição geográfica como porta de entrada e saída de mercadorias para a Europa, desenvolvendo a logística e infraestruturas de forma a aumentar a competitividade da sua própria base produtiva de bens directamente transaccionáveis, bem como a prestação de serviços a terceiros em termos de transportes e de plataformas logísticas.

Assim, serão de sublinhar os seguintes eixos e linhas de orientação base:

Portugal e a Europa	Portugal no Centro do Mundo e da Europa	Investimentos e infraestruturas necessárias
Promover a conectividade entre a rede de transportes nacional e de outros países (aéreo, marítimo e ferroviário) e, em particular, assegurar as ligações ferroviárias por bitola europeia com o centro da Europa. Esta última vertente é crucial para o crescimento e competitividade das exportações nacionais, contribuindo também decisivamente para a competitividade dos portos nacionais.	Pela inserção geográfica de Portugal, **emerge a relevância do corredor litoral e respectivas ligações ao resto do mundo e, em particular, à Europa.** A solução passa por conseguir implementar naquele corredor um sistema multimodal único – resposta eficaz para todos os movimentos de pessoas e bens, assegurados de forma integrada, coordenada e eficiente entre todos os meios de transporte – sem restrição ou condicionamentos e garantindo a adequada interligação e interoperabilidade com a rede transeuropeia de transportes – RTE-T ("multimodal TEM-T Core Network – Connecting Europe").	Para o sucesso deste sistema único é crucial sublinhar a **necessidade da operacionalidade empresarial da componente ferroviária ser assegurada de forma absolutamente competitiva.** Ou seja, **é essencial assegurar que as empresas que operam no sector ferroviário de transporte de mercadorias, o façam duma forma realmente competitiva e em especial ao serviço da economia dos bens transaccionáveis**, deixando de estar refém de interesses sindicais e/ou corporativos que destroem completamente o respectivo contributo para a competitividade da economia portuguesa. Mais, se **não for urgentemente corrigida esta situação, todos os investimentos que se façam na ferrovia serão pura e simplesmente desperdiçados, pois em nada contribuirão para a competitividade global da economia portuguesa.**

Redes de conectividade

A conectividade física – Contributo da Ordem dos Engenheiros (2/2)



A este propósito, o Governo apresentou recentemente, na sequência das propostas do GTIEVA (Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado), uma lista de 51 projectos prioritários que integram o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI) e a respectiva lista complementar, a fim de serem implementados no horizonte 2014-2020.

Tendo em consideração a importância deste plano para a conectividade física da economia portuguesa, dedicamos algum espaço à análise crítica das opções defendidas.

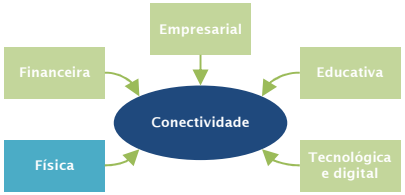
Pode-se dizer que, na generalidade, a avaliação e priorização destes projectos respeita o factor crucial da articulação com o sector produtivo, criando uma intermodalidade rodovia-ferrovia-portos capaz de promover a competitividade, à escala global, dos bens directamente transaccionáveis produzidos em Portugal.

Contudo, numa análise exigente em termos de custo – benefício dos investimentos propostos, devem todavia ser sublinhados os seguintes pontos cruciais:

1. **Particular destaque devem merecer as intervenções previstas para o Porto de Leixões e para o Porto de Sines**, incluindo, no primeiro, a **renovação da ligação ferroviária em bitola europeia entre o terminal de Leixões e a modernizada linha do Minho**, por aquilo que potencia na respectiva interoperabilidade com as redes ferroviárias espanhola e europeia, e, no segundo, **a ligação ferroviária em bitola europeia Sines/Setúbal/Lisboa/Caia, bem como o reforço da ligação rodoviária do IC33 – Reabilitação Relvas Verdes (IP6) – Grândola (IP1**), que terá forçosamente de **assegurar uma ligação rodoviária com características de auto-estrada entre o porto/terminais de Sines e as grandes cidades/plataformas industriais de Portugal, Espanha e centro da Europa**.
2. Já no que diz respeito às intervenções previstas para o Porto de Lisboa **não se entende a oportunidade do Novo Terminal de Contentores (*deep sea*) na respectiva margem sul**. Tendo a margem sul o Porto de Setúbal na sua proximidade directa, e o Porto de Sines com um grande terminal de contentores de águas profundas um pouco mais a sul, este novo terminal com graves problemas de acesso/calado/dragagem a navios de grande porte, nada resolve por outro lado relativamente à competitividade logística de todas as plataformas industriais e logísticas que se estendem de Lisboa/Margem Norte, a toda a zona Oeste e Beira Litoral até à Figueira da Foz.
3. Para a articulação dos dois corredores fachada, atlântica e internacional norte, realça-se a obra de **requalificação do IP3 Coimbra – Viseu, pelo que representa não só em termos de ligação entre dois importantes pólos económicos da Região Centro, como pela ligação que potencia ao Porto da Figueira da Foz e à linha do norte, na componente de mercadorias**.

Redes de conectividade

A conectividade física na Área Metropolitana do Porto
Contributo da Associação Comercial do Porto (1/5)



Ao longo dos 180 anos da sua existência, a Associação Comercial do Porto tem-se batido, sem hesitações, pela criação de condições de desenvolvimento económico e social daquela que é a principal região exportadora do País - o Norte de Portugal. Vem por isso consistentemente manifestando a sua preocupação face a um conjunto de temas que, pela sua relevância, irão condicionar o seu posicionamento estratégico num horizonte temporal alargado. Tem-no feito, granjeando apelo constante à concretização de investimentos infraestruturais prioritários que favoreçam o nosso progresso, sempre numa lógica de justiça, de equidade e de equilíbrio territorial.

"O Porto não é só a "capital do noroeste peninsular""

Hoje, o Porto não é só a "capital do noroeste peninsular". **Com a integração europeia, a liberalização económica impôs-se a todo o território nacional e o Porto definiu como estratégia:**

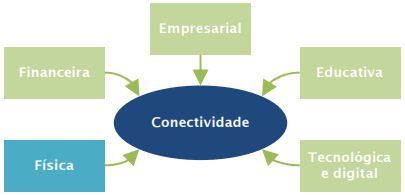
- **Converter-se numa cidade média da Europa**
- **Constituir, com o Norte de Portugal e a Galiza, uma "euro-região" com quase sete milhões de habitantes**
- **Desenhar até à Flandres um "arco atlântico", suportado por uma rede de transportes – de pessoas e bens – formatada de acordo com as grandes orientações e prioridades europeias**

A Ocidente, pelo mar, e através de Leixões, o Porto não tem cessado de criar novas oportunidades, que ganham relevo com o estabelecimento dos acordos transatlânticos de cooperação que se avizinham. É inegável que o Porto e o Norte dispõem hoje de um conjunto de infraestruturas de transporte de inquestionável relevância no contexto nacional. Não obstante, **a melhoria do seu posicionamento nas cadeias logísticas globais obriga a que se ultrapassem constrangimentos que afectam algumas das suas acessibilidades**, quer no plano interno, quer no plano das conexões internacionais.

No âmbito do **Plano Estratégico dos Transportes e das Infraestruturas**, recentemente aprovado pelo Governo, que contempla investimentos no Aeroporto do Porto e no Porto de Leixões e que são desde há anos reclamados pela região, **é crucial o *timing* de arranque das diferentes obras previstas nas duas infraestruturas**. Tal preocupação com o *timing* e para que não fique em causa a competitividade e a dinâmica a que estas duas infraestruturas nos habituaram e que constituem um exemplo da boa gestão que nunca é demais realçar.

Redes de conectividade

A conectividade física na Área Metropolitana do Porto
Contributo da Associação Comercial do Porto (2/5)



O Porto de Leixões

Com efeito, **Leixões, na sua vocação "multivalências" e posicionamento estratégico como rótula logística, é hoje o maior porto português de exportação, sendo responsável pelo escoamento de mais de 25% das exportações que saem de Portugal por via marítima. Nos últimos dez anos, a carga movimentada cresceu mais de 30% e as expedições mais do que duplicaram neste período, sobretudo para destinos como os EUA, Angola, Argentina e Argélia**. São cinco quilómetros de cais, sessenta hectares de terraplenos, doze de área molhada, um movimento de mais de três mil navios e mais de dezasseis milhões de toneladas de carga por ano, numa barra permanentemente aberta e com o porto a trabalhar 365 dias por ano.

Leixões é também o porto mais rentável do País, encontrando-se entre os vinte e cinco maiores portos europeus. A sua área de influência vai além-fronteiras, movimentando cargas com origem ou destino na Galiza, estendendo-se até Castela e Leão e ao limiar da Região Centro.

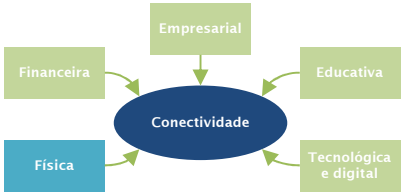
A constante capacidade de resposta do Porto de Leixões ao crescimento das exportações e à competitividade com outros portos concorrentes, estiveram sempre associadas à eficiência da sua gestão e ao esforço de investimento que foi realizando ao longo dos anos. Entre estes investimentos contam-se importantíssimas acessibilidades e ligações multimodais em torno da malha urbana circundante, bem como o Terminal de Cruzeiros, brevemente em pleno funcionamento e que aportará inquestionáveis mais-valias para o turismo da região e do País.

O futuro de Leixões e a sua capacidade concorrencial junto das cadeias logísticas nacionais e internacionais, assenta agora em três vectores fundamentais. Vectores que lhe permitirão, num universo temporal alargado, acrescentar valor à carga e tirar partido da sua localização na fachada atlântica: trata-se da **nova plataforma logística, do novo terminal de contentores e da ligação ferroviária de Leixões ao centro da Europa**.

A entrada em funcionamento da nova plataforma logística, que em breve estará operacional, será efectivamente um primeiro momento de reforço da capacidade de contentorização de Leixões. Esta estrutura, sobretudo o Pólo 2, constituirá uma plataforma excelente, não só para tráfegos portuários, mas também para as actividades logísticas de apoio ao consumo na Área Metropolitana do Porto, que carecem hoje de reorganização. Com uma área de cerca de 70 hectares, está prevista a construção de um terminal intermodal apoiado na linha ferroviária de Leixões (já totalmente electrificada), que permitirá a movimentação de mercadorias por comboio.

Redes de conectividade

A conectividade física na Área Metropolitana do Porto
Contributo da Associação Comercial do Porto (3/5)



Leixões e a sua importância na ligação à Europa e ao resto do mundo

É fundamental que Portugal recupere o atraso face a Espanha no plano da multimodalidade. Por isso mesmo, quer pelas suas características, quer pelo perfil da indústria que se concentra à sua volta, a plataforma logística de Leixões possui todas as condições para vir a desempenhar um papel essencial como parceiro do tecido empresarial do Norte nos seus desígnios de expansão para o exterior.

Por seu turno, **a construção do novo terminal de contentores, que viabilizará a entrada e a operação portuária a navios porta-contentores "Post-Panamax", com um calado de 14 metros, será outro factor verdadeiramente crítico para que Leixões se possa adaptar às novas tendências da indústria naval mundial e fazer face aos seus principais concorrentes**.

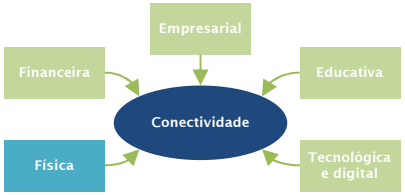
Por fim, a ligação ferroviária do Porto de Leixões e da sua plataforma logística ao centro da Europa. Como temos afirmado, **Portugal tem absoluta necessidade de garantir que os seus principais pólos de desenvolvimento ficam bem posicionados e bem integrados nas novas redes ferroviárias ibéricas e transeuropeias de elevada prestação**. Nesse sentido, o desenho que sempre preconizámos pressupõe a viabilização de um canal directo à Europa – Aveiro-Viseu-Salamanca, com interligação aos Portos de Aveiro e Leixões - que contrarie a lógica radial da rede espanhola e infraestruture toda a fachada Norte da Península Ibérica. Trata-se de um projecto fundamental para consolidar as ligações multimodais do Norte, e, por essa via, proporcionar um ecossistema favorável ao empreendedorismo e ao aparecimento de novos negócios.

Pelo que nos foi dado a conhecer, pretende-se utilizar a antiga Linha da Beira Alta de via única, que tem um traçado do séc. XIX, com um 3º carril e onde a bitola europeia termina na Pampilhosa. Ora, o risco que se corre é que a apresentação a Bruxelas de uma proposta sem as necessárias conformidades, possa vir a inviabilizar a alocação de fundos comunitários para a nova linha Aveiro-Viseu-Salamanca. Esta nova infra-estrutura, seria a que efectivamente permitiria fazer a ligação das mercadorias dos portos desde o Norte e Centro de Portugal até Euskadi, de forma perfeitamente interoperável, sem os actuais constrangimentos das linhas nacionais.

Ficar fora da primeira fase de ligações à Europa significaria não fazer parte da cabeça do pelotão na estratégia de competitividade dos portos europeus. Sem uma eficaz gestão dos canais ferroviários de ligação aos portos, o País nunca poderá potenciar a capacidade de *interland* das suas estruturas portuárias, de que Leixões tem sido exemplo único de boas práticas.

Redes de conectividade

A conectividade física na Área Metropolitana do Porto
Contributo da Associação Comercial do Porto (4/5)



O Aeroporto Sá Carneiro

De igual forma assume importância a manutenção do **Aeroporto do Porto** como **um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento desta região, não só no âmbito das actividades turísticas, mas também no que se refere à promoção do comércio externo e do investimento**.

Perfeitamente integrado na rede urbana de transportes, o Aeroporto do Porto é hoje, na sua categoria, dos mais modernos da Europa e tem apresentado sistemáticas taxas de crescimento que estão a revolucionar o turismo desta região. **Este aeroporto já atingiu uma posição de liderança no Noroeste Peninsular, com uma quota superior a 60% nos passageiros e superior a 90% na carga aérea**.

Importa assegurar que continuam reunidas condições para que o actual concessionário do Aeroporto mantenha uma atitude inovadora, atenta às tendências do mercado de aviação civil, designadamente em relação às companhias *low-cost*, para aprofundar o crescimento e a diversificação das ligações directas que o Aeroporto tem vindo a oferecer nos últimos anos. Estas companhias têm vindo a revolucionar o conceito de mobilidade, democratizando e massificando os designados *city breaks*, abrindo à região a oportunidade de se reposicionar nas rotas e destinos mais atractivos.

A **existência de um aeroporto com capacidade instalada, com boas acessibilidades, com uma área de influência que se estende à Galiza, com um número elevado de ligações directas a destinos relevantes, é determinante para assegurar a dinâmica de crescimento regional que todos pretendemos**.

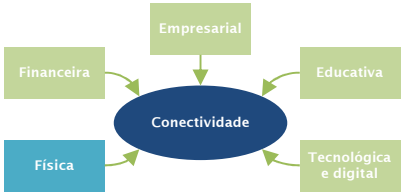
A rede interna de transportes do Porto

Uma palavra ainda para o reforço da conectividade interna da rede urbana de transportes e a sua relevância neste contexto. **A implementação do sistema de metro ligeiro de superfície que serve o Grande Porto e a sua progressiva integração com os serviços rodoferroviários e com o Aeroporto, veio beneficiar em grande medida o sistema de mobilidade neste arco metropolitano**, proporcionando mais-valias para os negócios e para o turismo.

Com efeito, a emergência de novos centros urbanos em torno do Porto e o incremento dos movimentos pendulares que lhe estão, por esta via, associados, tem conduzido a mudanças graduais no padrão geográfico das actividades económicas. A desconcentração do comércio, de alguns serviços e de núcleos industriais de menor dimensão, e o reforço, em paralelo, de uma concentração funcional de actividades lúdicas e culturais no Porto.

Redes de conectividade

A conectividade física na Área Metropolitana do Porto
Contributo da Associação Comercial do Porto (5/5)



A cobertura metropolitana do serviço de transportes públicos, que Metro do Porto e STCP garantem, não é apenas um factor de valorização competitiva desta região. Os elevados patamares de desempenho e a qualidade do serviço público são, e têm que continuar a ser – independentemente do modelo de governação que vier a ser adoptado - instrumentos decisivos para a coesão social e para a mobilidade sustentável desta região. Nestes onze anos de existência, o Metro do Porto percorreu mais de 50 milhões de quilómetros, transportou mais de 400 milhões de passageiros, evitou mais de 30 milhões de deslocações em automóvel e criou cerca de 500 mil metros quadrados de zonas verdes.

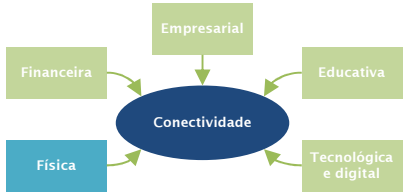
A dinâmica de crescimento económico que devemos preconizar para o Porto tem que ser indutora, não só da criação de emprego, mas também e fundamentalmente, da sustentabilidade social e ambiental, de modo a que a coesão do território não seja posta em causa.

Temos consciência das dificuldades e dos constrangimentos negociais associados ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, bem como a noção de que o investimento público em infraestruturas de transporte não se encontra entre as principais prioridades do próximo programa, que deve valorizar, sobretudo, a capacidade concorrencial das nossas empresas. Mas sabemos também o quanto é decisiva para esta região a qualidade das suas infraestruturas e o quão importante se revela garantir o seu desenvolvimento e expansão, designadamente no plano dos transportes.

A dinâmica de crescimento económico que devemos preconizar para o Porto tem que ser indutora, não só da criação de emprego, mas também e fundamentalmente, da sustentabilidade social e ambiental, de modo a que a coesão do território não seja posta em causa. Num axioma de um mundo ideal, **as cidades são ou devem ser capazes de identificar os seus próprios interesses e necessidades e de encontrar os meios para a sua concretização porque, de certa forma, tal como nós, têm que ser tidas como organismos em constante transformação.**

Redes de conectividade

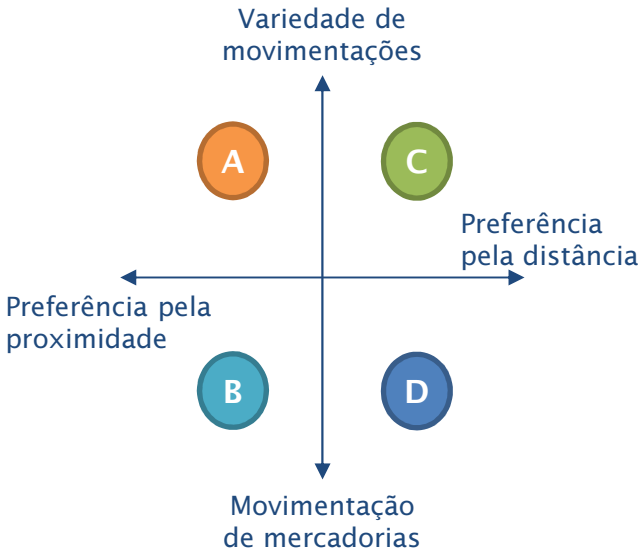
A conectividade física – Conclusões (1/2)



Se assumirmos que Portugal continuará a dar prioridade máxima aos investimentos nas redes de telecomunicações, nos serviços do ciberespaço e nas redes inteligentes (necessários para uma gestão em tempo real de áreas chave para o funcionamento das economias e das sociedades na globalização), as opções de investimento em infraestruturas podem ser estruturadas em torno de dois eixos:

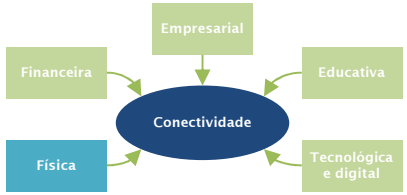
- **Eixo 1- Preferência pela proximidade vs distância:** No caso da opção pela proximidade, os investimentos são orientados para servir as necessidades de Portugal e Espanha e financiados por via dos respectivos orçamentos nacionais e/ou fundos estruturais. Já no caso da opção pela distância, os investimentos são estruturados em torno das necessidades dos operadores globais que, ao escolherem Portugal, resolvem igualmente necessidades de conectividade internacional do País (neste caso podem ser mobilizados financiamentos internacionais para o efeito).
- **Eixo 2 – Preferência pelo transporte de mercadorias vs apostar na variedade**: opção entre privilegiar a posição geográfica portuguesa para a movimentação de mercadorias ou procurar intervir numa maior diversidade de fluxos (mercadorias, indústriais, energia e/ou pessoas).

As infraestruturas chave variam para cada um dos cenários que resulta da combinação das diferentes opções.



Redes de conectividade

A conectividade física – Conclusões (2/2)



A

- **Complexo Portuário-Aeroportuário do Norte:** porto de leixões, Aeroporto Sá Carneiro e plataforma logística intermodal ligando este complexo ao Corredor Ferroviário Atlântico.
- **Aeroporto de Lisboa na Modalidade Portela ou Portela +1**: O Aeroporto de Madrid, após expansão e ligação à rede radial de TGV organizada a nível peninsular, se nada fizéssemos afirmar-se-ia como o *hub* intercontinental na Península Ibérica.
- **TGV Lisboa-Madrid** (em paralelo com linha ferroviária de mercadorias).
- **Porto de Sines com terminal XXI completo**, transformar-se-ia num porto ibérico servindo a comunidade de Madrid e Catalunha, nomeadamente por via dos respectivos portos secos.

B

- **Complexo Portuário-Aeroportuário do Norte**: porto de leixões com expansão, Aeroporto Sá Carneiro e plataforma logística intermodal ligando este complexo ao Corredor Ferroviário Atlântico das Redes Transeuropeias.
- **Portos de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal**: para servir as exportações.
- **Corredor Ferroviário do Atlântico**: concretizado mas com mudança para bitola europeia.
- **Aeroporto de Lisboa** (modalidade Portela ou Portela +1).
- **Portos de Lisboa e Setúbal**: Com a continuação do terminal de contentores na margem norte do Tejo, transferência de outras funções de carga de Lisboa para Setúbal e expansão da valência de RO-RO em Setúbal.
- **Porto de Sines com terminal XXI Completo**, sem terminal Vasco da Gama e sem acréscimo significativo de funções energéticas.

C

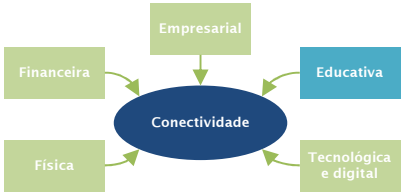
- **Consolidação do complexo Portuário-Aeroportuário do Norte:** Portos de Leixões/Aveiro com expansão e especialização, Aeroporto Sá Carneiro e plataforma logística intermodal.
- **Desenvolvimento em larga escala do transporte marítimo de curta distância para a Europa do Norte**: utilizando os portos de Setúbal e Leixões a norte, com ligações ao Benelux, ao norte da Alemanha (Hamburgo) e ao Reino Unido; desenvolvimento facilitado pelo aumento substancial da carga disponibilizada nos portos portugueses.
- **Existência de um hub aeroportuário transcontinental:** Construção, com um modelo de financiamento assente em capitais privados, de um novo aeroporto de Lisboa-NAL na margem sul do Tejo (construção por módulos), desempenhando funções de hub no transporte de passageiros nas ligações europa – Atlântico Sul.

D

- **Complexo Portuário-Aeroportuário do Norte**: porto de leixões com expansão, Aeroporto Sá Carneiro e plataforma logística intermodal.
- **Existência de um hub aeroportuário transcontinental:** Construção, com um modelo de financiamento assente em capitais privados, de um novo aeroporto de Lisboa-NAL na margem sul do Tejo (construção por módulos), desempenhando funções de hub no transporte de passageiros nas ligações europa – Atlântico Sul.
- **Criação de uma plataforma europeia de movimentação logística** conjugando o terminal de carga áerea do NAL, a construção do terminal Vasco da Gama em Sines, ligações ferroviárias de carga e estabelecendo uma conexão com o corredor mediterrânico de Espanha.
- **Renovação do Eixo Ferroviário Norte-Sul de Portugal**, passando a dispor de 2 linhas – Uma LAV e outra convencional (vocacionada também para mercadorias), por reaproveitamento da linha do Oeste e entroncando na actual linha do Norte, prolongada até Vigo.

Redes de conectividade

A conectividade educativa (1/3)



"Se queres um ano de prosperidade semeia arroz, se queres dez planta árvores, se queres cem faz crescer as pessoas"

Provérbio Chinês

O desenvolvimento económico está ligado à educação e à valorização do talento, sendo que nos países mais desenvolvidos o número médio de anos de educação é mais de 50% superior à média mundial[1].

Num novo contexto global, o talento é móvel e flexível, deslocalizando-se tal como o capital de acordo com factores de atractividade e produtividade. Por isso, competir à escala global, implica necessariamente:

- Criação de uma **dinâmica de atracção, desenvolvimento, valorização e retenção** das competências críticas dos recursos humanos.
- Desenvolvimento de uma **mentalidade de abertura e conexão com o Mundo**, dinamizando uma envolvente cultural em que as pessoas compreendem a realidade dos novos espaços, a necessidade de operar com escala e o imperativo de diferenciação por via da inovação.

A conectividade educativa passa pela capacidade de **integrar Portugal e os portugueses nas cadeias de valor de geração e desenvolvimento de talento** como alavanca para o crescimento económico sustentado, criando as condições para fortalecer as competências críticas, aumentar a empregabilidade, potenciar a atracção de talento e desenvolver a inovação.

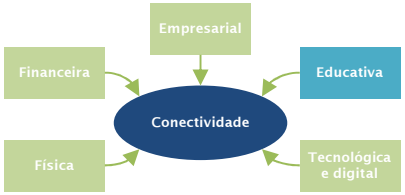
Apesar da evolução dos níveis de qualificação dos portugueses, Portugal ainda tem ainda um atraso estrutural face aos países desenvolvidos, quer ao nível do ensino superior, quer no ensino secundário.

Ultrapassar esse atraso é um processo estruturante e decisivo no ganho de competitividade nacional, mas com impacto apenas a longo prazo. A exigência de crescimento económico requer que, a par do aumento de qualificações a longo prazo, sejam **tomadas medidas para valorização do activo humano com impactos mais imediatos**, de curto e médio prazo.

[1] Relatório Desenvolvimento Humano, OCDE, 2013

Redes de conectividade

A conectividade educativa (2/3)



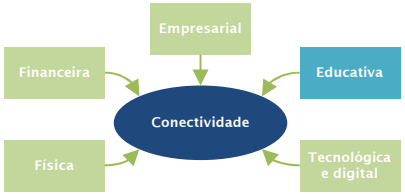
O desafio do crescimento económico passa pela conectividade educativa, integrando Portugal nas cadeias de talento globais e posicionando o País como um centro gerador de talento em áreas específicas, onde se possa diferenciar.

A conectividade educativa divide-se em quatro eixos de intervenção:

Atrair talento	• Criar pólos de referência para o ensino universitário, com dimensão e reputação para competir à escala global. • Desenvolver parcerias estratégias para além da UE, considerando os países de expressão portuguesa e países asiáticos. • Encorajamento da imigração temporária de jovens estudantes (ensino superior) e simplificação/harmonização das regras e condições à imigração e ao seu acesso ao ensino superior.
Desenvolver competências críticas	• Elevar as qualificações de base ao nível do ensino superior, ensino secundário e ensino técnico profissional. • Potenciar o desenvolvimento de capacidades críticas nas várias fases do ciclo educativo, com especial relevância para competências funcionais como o inglês e tecnologias de informação e competências emocionais como a flexibilidade, empreendedorismo e visão e cooperação global.
Aumentar a empregabilidade à escala global	• Fortalecer a relação entre a universidade e as empresas (formação contínua, projectos empresariais, auscultação de necessidades, parcerias de longa duração, gestão previsional de oferta e procura, etc.). • Potenciar a reputação das universidades nacionais à escala global. • Fortalecer o papel das universidades como geradoras de *startups* e de redes empresariais.
Potenciar a relação com a inovação	• Dinamizar a I&D aplicada às necessidades do mercado global, elevando o número de patentes e o investimento em inovação aplicada. • Potenciar redes de inovação e gestão de conhecimento nacionais, ligando universidades de diferentes regiões e faculdades de diferentes áreas funcionais.

Redes de conectividade

A conectividade educativa (3/3)



Um contexto de competição global, requer o desenvolvimento e valorização de novas competências nos recursos humanos, no sentido de acompanhar as necessidades e exigências empresariais e a nova envolvente transaccional.

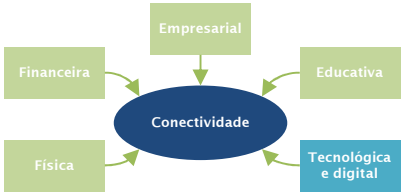
Como forma de potenciar a flexibilidade e polivalência da força de trabalho, a inovação e a conectividade empresarial, **o mercado de trabalho global tende a valorizar competências de natureza emocional** - relacionais, comportamentais e de adaptação à mudança - superando mesmo as competências técnicas e cognitivas.

Destacamos as seguintes valorizações:

- **Competências técnicas de base**: a par da excelência técnico-funcional, o domínio de línguas estrangeiras (nomeadamente o inglês) e de tecnologias de informação é a base mínima para competir globalmente.
- **Mentalidade de abertura à mudança e ao mundo**: a disponibilidade de mudança (geográfica e funcional) é outro requisito mínimo para competir globalmente, o que implica uma noção diferente das distâncias e a minimização das restrições à mobilidade.
- **Visão estratégica global**: capacidade para ambicionar, procurar informação e pensar à escala global, através do ganho de experiências profissionais e de aprendizagem multi-geográfica e multifuncional.
- **Cooperação global**: a capacidade de conexão, comunicação e trabalho em equipa, com diferentes pessoas e instituições, em diferentes contextos e em diferentes geografias, compreendendo a necessidade de ganhar escala, conectar competências e fomentar sinergias através da cooperação.
- **Empreendedorismo e inovação:** a capacidade de pensar de fora diferente e agir proactivamente, assumindo riscos e mobilizando os outros para empreender, como alavanca para construir a mudança e inovar.
- **Foco na Empregabilidade**: responsabilizando as universidades e institutos politécnicos pela empregabilidade dos seus alunos.

Redes de conectividade

A conectividade tecnológica e digital (1/2)



O passado recente é exemplo de um aumento exponencial das potencialidades oferecidas pelos progressos no domínio tecnológico e digital. Este progresso levou ao decréscimo do volume e importância de alguns negócios tradicionais, mas foi também acompanhado pelo aparecimento de novos negócios e formas de comunicação: É o caso do sector postal cuja actividade principal foi, em larga medida, substituída por formas de comunicação mais ágeis e menos dispendiosas, como o e-mail e as redes sociais.

A evolução a este nível favorece a globalização dos negócios, a partilha de experiências e a troca contínua de informação.

Na perspectiva empresarial, a conectividade tecnológica e digital oferece potencialidades inúmeras, designadamente na possibilidade de captação de investimento estrangeiro, na internacionalização da actividade de empresas nacionais para outras áreas geográficas, no estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas e no acesso a dados, que devidamente trabalhados, apoiam as empresas na sua actividade diária e no seu planeamento de médio e longo prazo.

A conectividade tecnológica e digital é, em contexto empresarial, ainda fundamental para que se promova a incorporação da inovação, interna ou produzida em pólos tecnológicos, nas empresas (traduzindo-se em novos processos, formas de organização, produtos e serviços).

Contudo, aproveitamos a oportunidade **para explorar o potencial que a conectividade tecnológica e digital oferece do ponto de vista da melhoria da conectividade interna e que pode ser capitalizada para a amplamente debatida "Reforma do Estado"**.

A conectividade tecnológica e digital permite desenvolver soluções diferentes das tradicionais, aproximando as regiões e permitindo com custos reduzidos assegurar o serviço público em regiões com menor densidade populacional (através da disponibilização de serviços públicos virtuais). Por outro lado, os progressos tecnológicos, em particular na área das comunicações, permitem igualmente pensar na forma como se organizam os serviços públicos e na forma como os processos administrativos são desenvolvidos:

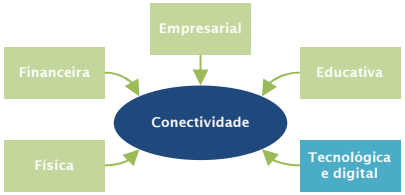
"Em 2012, Portugal ocupou o 2º lugar do ranking europeu relativo aos serviços públicos virtuais disponibilizados às empresas e aos cidadãos."

Dados do "eGov Benchmark 2012"

- A maior integração dos serviços centrais do Estado com os serviços desconcentrados regionalmente permitirá a redução da necessidade do trabalho administrativo local (os designados *back-offices*). Localmente fará sentido investir nos serviços de atendimento.
- Induz aumentos da produtividade dos trabalhadores e serviços do Estado por via da automatização dos processos e simplificação de procedimentos.
- Alargamento da oferta local de serviços da Administração Pública sem custos adicionais, através da aposta na disponibilização de serviços *online*.

Redes de conectividade

A conectividade tecnológica e digital (2/2)



- Aumento da satisfação do "cliente" (cidadãos e empresas), por via da maior conveniência e agilidade inerentes aos serviços públicos virtuais.
- Contribui ainda activamente para a redução da despesa do Estado e para os objectivos de consolidação orçamental, reduzindo a necessidade de efectivos associados a estas actividades, mas também um conjunto de despesas acessórias (por exemplo com consumíveis e fornecimentos e serviços externos).

A aposta nestes serviços favorece ainda a competitividade nacional uma vez que a sua implementação tem implícita uma revisão dos processos e procedimentos e abre espaço para a introdução de reformas que promovam a simplificação administrativa e a redução da burocracia.

São ainda os progressos registados a este nível que possibilitam a introdução de medidas orientadas para um atendimento focado no cliente final e que resulta da integração dos diversos serviços da administração pública. Esta possibilidade é particularmente relevante no que concerne aos serviços orientados para empresas, empresários, empreendedores e investidores. Conforme foi defendido pela missão Crescimento no Boletim de Janeiro, a revisão **do modelo de relacionamento da Administração Pública com empresas e investidores é fundamental.**

O modelo de relacionamento da Administração Pública com empresas e investidores do futuro é focado na empresa e investidor e nas suas necessidades (sejam elas processuais ou informativas). Actualmente, o relacionamento é gerido e organizado por Serviço da Administração Pública, dificultando a interacção e obrigando as empresas e investidores a compreender a organização do Estado e dos seus serviços. É uma lógica invertida e que prejudica a competitividade nacional e o crescimento económico.

Nos domínios sociais e, agora no que concerne à necessidade de reformular os sistemas de protecção social, é também suportada na inovação tecnológica e digital que algumas das medidas defendidas pela Missão Crescimento são tornadas possíveis:

- Criar um Observatório da Dívida com a obrigatoriedade de reavaliação periódica dos encargos futuros do Estado.
- Vincular o Estado a disponibilizar na internet, modelos de simulação de valores de pensões de reforma futuras.

A inovação tecnológica e a competitividade

I&D na economia portuguesa

Além do tema da conectividade, o Boletim de Abril debruça-se também sobre a inovação tecnológica e a competitividade.

A fim de promover o crescimento económico, a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I+DT) tem que se inserir na estratégia da competitividade das empresas que actuam em mercado global.

É este objectivo prioritário, que se designa por **inovação tecnológica empresarialmente competitiva**, que tem faltado em Portugal, duma forma incompreensível. Importa inverter rapidamente esta tendência.

O quadro que melhor retrata esta "disfuncionalidade competitiva" na utilização dos recursos humanos mais qualificados, é o da evolução do número de investigadores com doutoramento com vinculo laboral às empresas (mesmo que a tempo parcial), face ao número total de investigadores doutorados em actividade em Portugal.

Como se vê no quadro, de 1999 para 2011, o numero de doutorados em actividade em Portugal aumentou quase em 17.500, mas destes quase 17.000 foram trabalhar exclusivamente para o Estado .

Evolução dos Investigadores Doutorados em Empresas, face ao total de Investigadores Doutorados em Portugal (1999 – 2011)

Ano	Total	Empresas	%
1999	8725	104	**1,19**
2001	10.090	113	**1,11**
2003	12.152	189	**1,56**
2005	14.068	166	**1,18**
2007	18.405	371	**2,02**
2008	23.125	460	**1,99**
2009	23.290	512	**2,20**
2010	24.888	540	**2,17**
2011	26.175	709	**2,71**

Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN

Por Eng. Clemente Pedro Nunes, Ordem dos Engenheiros

A inovação tecnológica e a competitividade

A necessidade de promover a inovação tecnológica empresarialmente competitiva (1/3)

Esta situação de completa "asfixia estatizante" dos doutorados existentes em Portugal **tem sido incentivada por uma rede crescente de bolsas, designadamente de bolsas de pós-doutoramento,** que assegura uma sustentação financeira mínima aos já doutorados, **para que realizem actividades de I+DT, subordinadas a temas alheios aos interesses estratégicos das empresas que exercem actividade em Portugal.**

Ora, para se garantir um crescimento económico sustentado, é essencial promover a existência de doutorados inseridos como quadros no seio das próprias empresas, nomeadamente das áreas da ciência e tecnologia, de forma a que as empresas possam adquirir uma dinâmica própria de inovação que promova produtos, processos e serviços competitivos no mercado global, especialmente baseada nas respectivas características competitivas em termos tecnológicos.

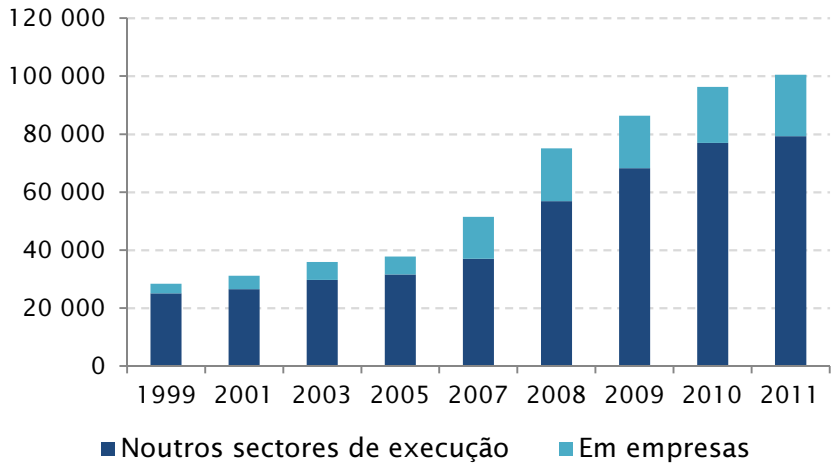
A situação actual, em que **apenas 2,7% dos doutorados que fazem I+DT em Portugal trabalham em empresas,** revela que é necessário reforçar drasticamente a capacidade de inovação tecnológica empresarialmente competitiva no nosso País, já que hoje **é o Estado (nomeadamente através do ensino superior e dos seus laboratórios) que dá emprego a 95% dos mais de 26.100 doutorados em actividade em 2011,** ou seja **mais de 24.800 do 26.100 doutorados em actividade em Portugal trabalham exclusivamente para o Estado.**

A inovação tecnológica e a competitividade

A necessidade de promover a inovação tecnológica empresarialmente competitiva (2/3)

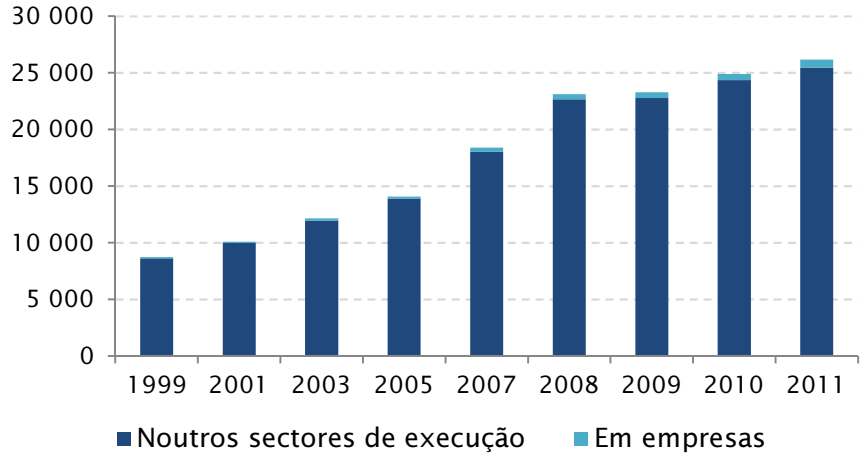
Tem sido, apesar de tudo, apreciável o esforço das empresas em investirem, pelos seus próprios meios, em inovação tecnológica empresarialmente competitiva, nomeadamente em termos do total de investigadores e do investimento total em I+DT, como se pode ver pelos gráficos seguintes:

Evolução do nº total de investigadores e do nº total de investigadores em empresas



Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN.

Evolução do nº total de investigadores com doutoramento e do nº total de investigadores com doutoramento em empresas



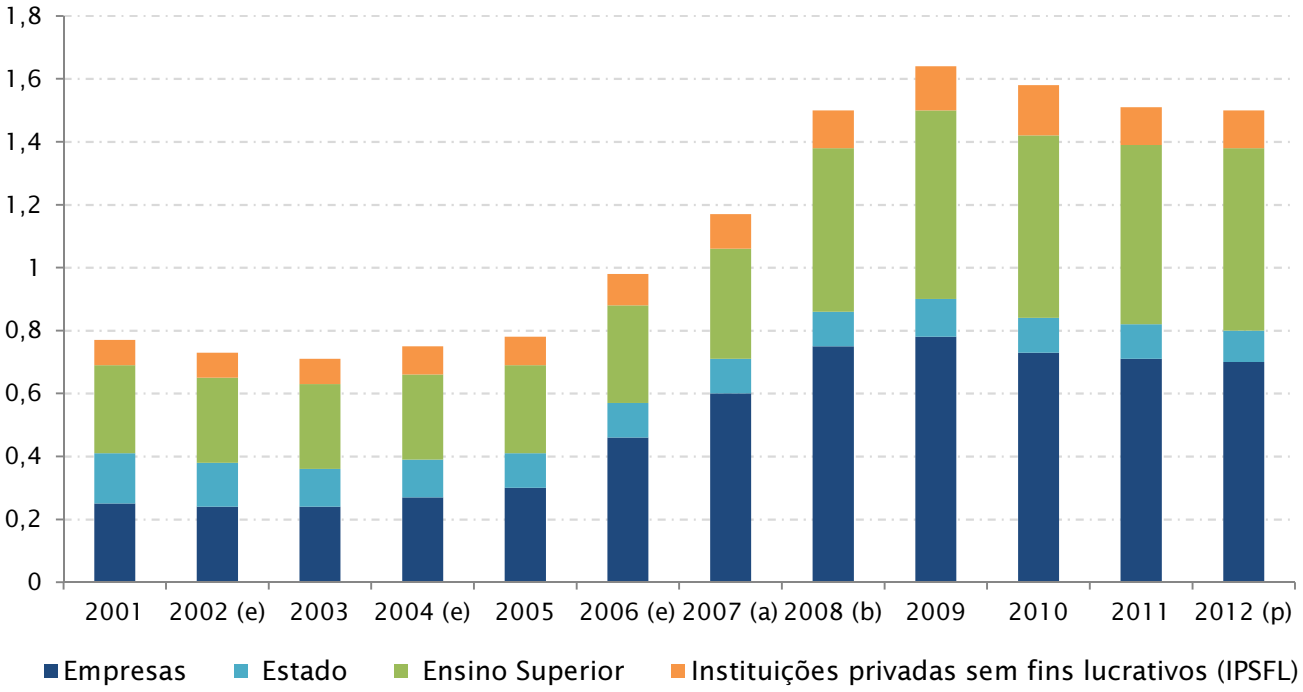
Fonte: DGEEC/MEC, IPCTN.

A inovação tecnológica e a competitividade

A necessidade de promover a inovação tecnológica empresarialmente competitiva (3/3)

Apesar da enorme diferença em termos da contratação de investigadores, em particular investigadores com doutoramento, as empresas são responsáveis por uma larga fatia, quase equiparável ao investimento do Estado, da despesa em I&D (em percentagem PIB nacional).

Despesa em I&D (em % PIB), por sector de execução (2001-2012)



Fonte: Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2012 - IPCTN12 – Resultados Provisórios; DGEEC
Notas: (a) Em 2007 deu-se uma 1ª "Quebra de série " decorrente do processo de alargamento e melhoria das fontes administrativas consultadas para a actualização do directório de empresas do IPCTN, que contribuiu para o aumento do número de empresas com I&D. (b) Em 2008 deu-se uma 2ª "Quebra na série" decorrente do processo de articulação da informação do IPCTN com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior - REBIDES, passando a quantificar-se no Sector Ensino Superior a actividade de I&D desenvolvida pelos docentes, bem como pelos alunos a realizar tese de doutoramento e de mestrado, não reportados pelos centros de I&D. (e) Valores estimados. O IPCTN teve periodicidade bienal até 2007, sendo os valores para 2002, 2004 e 2006 a média aritmética dos dois anos intercalares inquiridos. (p) Dados provisórios.

- Como se vê, **a grande questão é que o Estado "absorve" a esmagadora maioria** dos quadros mais altamente preparados, **de doutorados em ciência e tecnologia, evitando assim que eles estejam disponíveis para trabalhar nas empresas.**

  As designadas bolsas de pós-doutoramento, nomeadamente nas áreas de ciência e tecnologia, têm mesmo este efeito colateral negativo: ao dar uma estabilidade financeira a todos estes doutorados, à custa do Orçamento do Estado, e ao não promover a respectiva integração nas empresas, é o Estado que contribui para bloquear uma dinâmica de inovação tecnológica empresarialmente competitiva.

- **Para as empresas, a inovação tecnológica, seja ela desenvolvida internamente ou produzida em parceria com universidades e outros pólos de inovação e desenvolvimento tecnológico, é a chave do seu crescimento futuro.**

  A análise das tendências de mercado e dos consumidores só pode ser convertida em novos produtos e serviços, através da aposta na inovação e no desenvolvimento tecnológico, posteriormente, incorporada nos processos produtivos.

  Os nossos empresários não estão suficientemente alerta para a importância do investimento continuo em inovação e para o contributo fundamental que a inovação tecnológica empresarialmente competitiva representa, em última instância, para a sobrevivência dos seus próprios negócios. Todos ouvimos noticias sobre gigantes da indústria, outrora líderes dos seus próprios mercados, que perdem essa posição de liderança (e, em casos extremos, não sobreviveram) porque um concorrente desenvolveu um produto revolucionário que substituiu o seu. Lembremo-nos do caso da *Blackberry*.

- **A ainda pouco institucionalizada figura do *Chief Tecnological Officer* pode fazer a ponte entre a I&DT e a estratégia de crescimento de cada empresa, criando-se uma verdadeira cultura de inovação tecnológica empresarialmente competitiva em que as estratégias e prioridades de I+DT estão claramente alinhadas com as estratégias empresariais, facilitando-se igualmente maior cooperação entre as actividades de I+DT desenvolvidas no interior da empresa e as que existentes nos centros universitários e nos laboratórios nacionais.**

A inovação tecnológica e a competitividade

O foco necessário no futuro e as prioridades de actuação (1/2)

1 **Torna-se pois urgente reactivar um Programa de Inserção de Doutorados nas empresas, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, programa que aliás já existiu de 2000 a 2006 no âmbito da AdI e com uma taxa de execução de 125% (sublinhe-se que cerca de 250 doutorados foram assim inseridos nas empresas, durante o período de vigência deste programa) e que foi inexplicavelmente descontinuado em 2006**. Este programa é também um claro incentivo de politica pública que procura promover a apetência interna das empresas pela inovação tecnológica devidamente enquadrada na própria estratégia empresarial.

Note-se que o Programa de Inserção de Doutorados nas empresas funcionou de uma forma processualmente simplificada, dando grande autonomia às empresas no recrutamento dos doutorados assim apoiados, bem como na escolha das actividades concretas de I+DT a exercer, assegurando-se a credibilidade das empresas, dos doutorados por esta via recrutados, bem como a idoneidade do respectivo "tutor" empresarial, ou seja, do técnico da própria empresa que enquadra e se responsabiliza pelo trabalho dos doutorados em período propedêutico na empresa.

O apoio financeiro estendia-se pelos três primeiros anos de actividade profissional do doutorado no seio da empresa e consistia no co-financiamento público de 75% do vencimento durante o primeiro ano, 50% no segundo ano e 25% no terceiro ano. No término desse período de três anos, tanto o doutorado como a empresa eram livres de renovar ou não o respectivo vinculo laboral, sendo que à partida o programa fomentava fortemente as condições para se estabelecesse o prolongamento desse vinculo.

2 Será de referir que a existência de um ***Chief Tecnological Officer, ou seja, dum responsável pela estratégia de inovação tecnológica da empresa,*** poderá ser também um factor determinante para o enquadramento e para o sucesso profissional destes doutorados no seio de uma empresa, nomeadamente através da escolha e coordenação dos " tutores " empresariais de doutorados.

A inovação tecnológica e a competitividade

O foco necessário no futuro e as prioridades de actuação (2/2)

3

É de sublinhar que a apetência das empresas portuguesas na promoção de actividades próprias de I+DT é bem retratada pelo sucesso que tem tido o programa de bolsas de doutoramento em meio empresarial (BDE´S), bolsas atribuídas a doutorandos que fazem os respectivos trabalhos de I+DT em meio empresarial e em temas considerados pelas empresas como altamente relevantes para a respectiva competitividade.

De facto, o Relatório de Execução do POCI de Fevereiro de 2010 sublinhava uma taxa de sucesso de 109% na execução deste programa.

Trata-se pois dum eixo de actuação que não só deve ser mantido, como deve também ser amplamente divulgado junto do tecido empresarial, das associações empresariais e dos respectivos centros tecnológicos.

4

Igualmente devem ser retomados, e amplamente divulgados, os programas de apoio à criação de centros de I+DT devidamente estruturados e hierarquizados no seio das próprias empresas.

Este tipo de programas, que já existiram também no âmbito da AdI mas foram entretanto lamentavelmente desactivados, devem assegurar todavia nos respectivos regulamentos a necessidade de se evidenciar a existência de projectos de actividades específicas de I+DT devidamente articuladas com a estratégia da competitividade empresarial.

Isto é verdade tanto em grandes empresas, em que estes centros de I+DT as transformam na prática em empresas de base tecnológica, como em empresas criadas por tecnólogos, vulgo *startups*.

O vector "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade"

As medidas (1/3)

As medidas propostas pela Missão Crescimento e que contribuem para a capitalização do vector "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade" e para a promoção do crescimento económico são, de seguida, elencadas:

Conectividade física	• Assumir a vocação estratégica de Portugal como plataforma marítima europeia com a garantia de financiamento comunitário adequado ou, na ausência destes recursos, através de parcerias estratégicas fora do espaço europeu. • Promover a conectividade e o acesso ferroviário dos portos portugueses às linhas transeuropeias de transporte de mercadorias, desde que assegurado o financiamento nacional. • Abrir e facilitar o investimento de construção de um parque de tanques em Sines de forma a desenvolver esse porto como um *hub* para *transhipment* de super-petroleiros. • Promover a conclusão da 3ª interligação de gás natural entre a Península Ibérica e França para potenciar os 7 terminais de LNG já existentes na Península. • Existência de um *hub* aeroportuário transcontinental: Construção, com um modelo de financiamento assente em capitais privados, de um novo aeroporto de Lisboa-NAL na margem sul do Tejo (construção por módulos), desempenhando funções de hub no transporte de passageiros nas ligações europa – Atlântico Sul.
Conectividade tecnológica e digital	• Rever o modelo de relacionamento da Administração pública com empresas e investidores, com foco na empresa e investidor e nas suas necessidades em detrimento da lógica actual, que assenta na organização da Administração Pública. Esta reformulação é suportada e permitida pelos progressos registados nas TIC. Além dos ganhos de competitividade inerentes por via da simplificação e transparência, apoia o Estado na prossecução do objectivo de consolidação orçamental.
Conectividade empresarial	• Promover parcerias com investidores com capacidade técnica e financeira para promover a aceleração do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, se possível através da mobilização de recursos financeiros europeus ou, na ausência desses recursos, através de parcerias estratégicas fora do espaço europeu. • Potenciar, através de sistemas de incentivo e de capital de risco adequados, a integração de empresas nacionais em redes internacionais onde tenham maior valor acrescentado evitando lógicas de subcontratação. • Estabelecer contractos *ad hoc* entre investidores e Estado (com conjunto de incentivos fiscais e financeiros específicos) para projectos de investimento em sectores especiais. • Facilitar o regime de transmissão de propriedade das empresas de forma a promover a fusão de PMEs para obtenção de escala suficiente para a conectividade. • Criar um **fundo de promoção externa para produtos portugueses**, assente em capitais privados, e com o objectivo de apoiar a presença de empresas portuguesas em feiras internacionais. • Criar um **portal de apoio à exportação**, com consultores especializados e certificados que prestem serviços às empresas portuguesas que queiram iniciar ou expandir a sua actividade exportadora (conhecimento e apoio a análises de mercados alvo).

O vector "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade"

As medidas (2/3)

Conectividade educativa	• Reformar o ensino superior, promovendo a criação de um conjunto restrito de Pólos Universitários nacionais, mas de âmbito global, que se assumam como referência nos principais rankings globais e que: ✓ Potenciem a investigação aplicada, inovação e desenvolvimento de conhecimento; ✓ Tenham dimensão/escala e multidisciplinaridade para competir à escala global; ✓ Estejam focados nas áreas/sectores onde se pretende um posicionamento competitivo diferenciador; ✓ Possuam reputação global, com quadro docente de referência global; ✓ Sejam suportados por parcerias internacionais (no meio académico e meio empresarial); ✓ Estabeleçam relações privilegiadas com países de expressão portuguesa e países asiáticos, como forma de integração na Europa; ✓ Gerem emprego através de *startups* ou redes empresarias.
Inovação tecnológica e competitividade	• Reactivar um Programa de inserção de Doutorados, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, nas empresas, programa que aliás existiu e foi descontinuado em 2006 (no âmbito da AdI, com uma taxa de execução de 125%) e que permitiu a inserção de cerca de 250 doutorados nas empresas, durante o seu período de vigência). • Retomar e divulgar os Programas de Apoio à Criação de Centros de I+DT devidamente estruturados e hierarquizados no seio das próprias empresas. Este tipo de programas, que já existiram no âmbito da AdI, devem assegurar todavia nos respectivos regulamentos a necessidade de se evidenciar a existência de projectos de actividades específicas de I+DT devidamente articuladas com a estratégia da competitividade empresarial.
Conectividade financeira	• Constituir fundos orientados para a atracção de capital externo para co-investimento em empresas nacionais.

O vector "Conectividade, Inovação Tecnológica e Competitividade"

As medidas (3/3)

Estas medidas, de cariz empresarial ou de facilitação do ambiente de negócios, são ainda apoiadas por conectividades diplomáticas e políticas que se estabelecem entre os países. A este nível destacamos a necessidade de:

Rede Cultural	A rede cultural, além de outros contributos de diferente natureza, pode na perspectiva do crescimento económico: • Promover na CPLP um objectivo de maior integração comercial em articulação com as agências de diplomacia comercial nacionais. • Organizar investimentos culturais em países com raiz portuguesa, especialmente na Ásia, com aproveitamento para a visibilidade do país e das suas empresas. • Manter e organizar a diáspora dos portugueses, organizando e financiando clubes locais onde os produtos e marcas portuguesas possam ser colocados e divulgados.
Rede Diplomática	• Fazer depender a remuneração salarial nas agências de diplomacia económica dos resultados obtidos numa lógica de gestão por objectivos. • Garantir, designadamente pela via orçamental, que os instrumentos e estruturas orientados para a diplomacia económica mantenham meios materiais e humanos equivalentes aos de instâncias congéneres de outros países desenvolvidos, através de benchmarking sistemático com as melhores práticas internacionais • Instituir a obrigatoriedade de auditoria externa independente, bienal, de nível internacional, à operação e qualidade de serviço de todas as estruturas de diplomacia económica nacional. • Utilizar espaços físicos da rede diplomática, não ocupados, para a instalação temporária de empresas ou equipas de determinadas empresas que pretendam entrar no mercado onde as estruturas estão localizadas (face às limitações de espaço, a ocupação além de ser temporária, tem de estar associada a uma análise da dimensão, autonomia e capacidade de investimento da própria empresa).

A Missão Crescimento

Missão

A Missão Crescimento é uma plataforma de pensamento, debate e produção de acção orientados para a sociedade portuguesa; mobilizando e congregando esforços em vista o crescimento económico de Portugal.

Valores

1. Liberdade e independência: A Missão Crescimento é um espaço de debate e pensamento independente e livre, sem restrições de natureza ou orientação política, religiosa, étnica ou qualquer outra.

2. Rigor e isenção: O debate deve assentar em estudos rigorosos e credíveis, realizados à luz dos melhores princípios da investigação académica e da produção do conhecimento científico.

3. Diversidade: A Missão Crescimento acolhe todos os contributos externos e independentes que, respeitando os seus valores, contribuam para a promoção do crescimento económico de Portugal.

4. Prioridade à participação: A Missão Crescimento utiliza todos os meios ao seu alcance para agregar e interagir com toda a sociedade, envolvendo o maior número possível de sensibilidades e opiniões.

5. Prioridade à acção: Os estudos realizados são propostas de acção, oferecendo e colocando à consideração dos decisores públicos e privados propostas e medidas de acção concretas respeitando os princípios da economia de mercado e iniciativa privada.

O Conselho Geral:

- Esmeralda DOURADO (Presidente)
- Rui MARTINHO (Vice-Presidente)
- Carlos MATIAS RAMOS (Vice-Presidente)
- Luis Filipe PEREIRA
- Rui MOREIRA
- Luís MAGALHÃES
- Luís BRAGA da CRUZ
- JM BRANDÃO de BRITO
- Alberto CASTRO
- Jorge MARRÃO
- Adriano Gomes PIMPÃO
- Daniel PROENÇA de CARVALHO
- João SALGUEIRO
- António SALVADOR PINHEIRO

A Direcção Executiva:

- Paulo CARMONA (Presidente)
- António PINHO CARDÃO (Vice-Presidente)
- Álvaro NASCIMENTO
- Clemente PEDRO NUNES
- Luís SÍTIMA

missão CRESCIMENTO